ATLÂNTICO

REVISTA LUSO-BRASILEIRA

SUMÁRIO

ATLÂNTICO

REVISTA LUSO-BRASILEIRA

DIRECTORES:

ANTÓNIO VIEIRA DE MELO
ANTÓNIO FERRO

SECRETÁRIO DA REDACÇÃO:

JOSÉ OSÓRIO DE OLIVEIRA

REDACTOR:

ORLANDO VITORINO

EDIÇÃO DO S. N. I. E DA A. N.
LISBOA — RIO DE JANEIRO

NOVA SÉRIE NÚMERO 5

INÉDITO DE LEONARDO COIMBRA

NIETZSCHE
E A
TRAGÉDIA GREGA

....

Kant tinha domesticado a natureza por uma hábil disjunção da Razão teórica e da Razão prática.

A primeira só podia levar-nos a conhecer claramente o *fenómeno,* e à indicação da existência da coisa em si, — fenómeno, que, pela ciência, justificada na própria constituição do pensamento, fica ao dispor da acção humana, coisa em si ou *númenon,* absolutamente cerrado à preensão desta razão teórica.

A segunda — a razão prática — dá-nos no viver o contacto directo com esse mundo numenal, que se humaniza nos *postulados* de acordo do dever e da felicidade — Deus e a imortalidade da alma.

Mas esta *humanização* por postulados é uma audácia em relação a um absoluto incognoscível, que não pode tranquilizar o homem, pelo menos fora do estado de tensão moral superior em que se afirma, sem discrepâncias, o absoluto do dever.

Schopenhauer receberá o ilusionismo do kantismo, isto é, a doutrina de que só conhecemos o fenómeno — a aparência da coisa em si nos moldes na nossa apreensão — e procurará apenas reduzir o conhecimento por os *postulados* da razão prática a um real e verídico conhecimento. Assim procura no homem o que é anterior às formas apriorísticas — espaço, tempo e causalidade — que constituem a arquitectónica construtora do objectivo e, por isso mesmo, deformadora do absoluto da realidade.

Encontra esse absoluto na Vontade, que passa, tumultuante, objectivando-se em homem e natureza.

A vida é, pois, o querer essencial pluralizado em graus diferentes de objectivação — a gravidade, o magnetismo, as espécies, o homem da espécie, o homem artista, curandeiro do mal da vida pela contemplação,

e o homem santo, destruidor do ilusionismo universal pela negação ascética da parcelar vontade de viver.

Nietzsche não tem jeito para santo e desde o início há nele uma repulsa implícita e inconsciente para a doutrina do ascetismo redentor.

É o homem artista que serve a Nietzsche, desde o início e perdurando através de todas as suas crises, para as suas arrojadas interpretações metafísicas.

Nietzsche é um grande amigo da Vida e aquele *sentido da Terra,* que ele quererá servir e o há-de crucificar em Anticristo, é já presente nos seus primeiros ensaios e no seu genial estudo sobre a tragédia grega.

Quem tivera sabido ler esse estudo, todo ele submetido à Estética e à Metafísica de Schopenhauer, poderia profetizar a sua próxima separação do grande inimigo da Vida.

Hoffding coloca Nietzsche com Guyau nos teóricos da filosofia da Vida, e, com efeito, Nietzsche é o soldado fiel e o amante leal dessa madrasta, que, para ele, sempre foi a vida. Não é a renúncia que o profeta alemão vem pregar, mas desde o início da sua carreira uma recaldeação da cultura na torrente caudalosa da vida primária, da vida fundamental, para uma transmutação dos valores.

E, assim, se na altura dos seus estudos sobre a tragédia grega ainda não passou claramente *para além do bem e do mal,* é já para além do bem e do mal que ele nos coloca estudando a tragédia grega à luz do seu valor como órgão da exaltação heróica da vida.

A santificação, mesmo à Schopenhauer, é-lhe já antipática, e o seu Deus é, como o do grande obscuro, Heráclito, uma criança construindo e destruindo incessantemente.

A intuição deste Nietzsche é claramente visual, quase alucinação do espelhismo das montanhas, faiscante de imagens, emergindo e sumindo-se sem descanso.

Deus brincando com a luz, isto é, Apolo erguendo as formas lucilantes de claro recorte e Dionísio apagando-as no redemoinho das convulsões primordiais.

Essa a sua visão da alma da tragédia grega, visão que a sua sede de Vida aplicará à explicação do heróico optimismo helénico.

Se Deus é um artista inocente, como uma criança brincando na areia, será o homem, à imagem de Deus, também um artista da Vida, resolvendo-a na chegada de formas apolíneas, dos surtos da profundidade, calma e tumultuante, do esto dionisíaco.

O Uno primordial pletórico de riquezas, de contradições opulentas, purga-se e a sua catarses é o mundo da pluralidade.

As guerras, as lutas, as oposições das forças elementares, a insídia das raízes subterrâneas disputando vorazes, a raiva dos felinos triturando, o pavor da corsa sob os colmilhos da matilha, o uivar das alcateias famintas, as paixões humanas incendiando, talando, o fogo dos ódios assírios acorrentando prisioneiros de olhos queimados a lume vivo, caminhos dispersos da vontade essencial procurando-se em trágicos reencontros, que levaram Schopenhauer à redenção pelo ascetismo niilista, são, agora, em Nietzsche, revelações da magnificência desmedida do Uno primitivo, como serão, amanhã, gloriosas exaltações de instintos, propulsões candentes da vida, lavas chamejantes duma vulcânica *vontade de domínio* (1).

A tragédia grega, criação do delírio dionísiaco, é filha do coro ditirâmbico onde o coreuta não se mascara em sátiro, mas acorda de facto o sátiro que nele vive.

O sátiro é o homem elementar, anterior aos arranjos da cultura, como o oposto do homem natural de Rousseau.

Este é homem bom, o homem liberto das complicações da cultura, vivendo num fantástico, clorótico e irreal paraíso de bons instintos, o homem lírio de papel, o homem sonho de confeitaria, ou o homem-tipo duma ideal razão social.

Aquele — o homem sátiro — é o homem limpo do pó de arroz da cultura e carregado de todo o potencial dinâmico dos instintos e violências, que são na origem as forças em explosão da catarses do Uno primordial.

Homem e bode centauro, confluindo todas as audácias amorais, os ímpetos dos próprios elementos — eis o homem natural de Nietzsche.

Aqui convergem toda as forças, das quais, segundo Nietzsche, a moral foi diminuindo o homem, aqui palpita a sua ideia central e dominante do apoucamento do homem pela moral e pela cultura.

A *Germânia,* mãe dos bárbaros ressoa nas palpitações cardíacas deste homem elementar, como sob o homem de Rousseau palpitam desejos e requintes dum hipercivilizado.

Em Nietzsche: a turgescência brutal dos cultos dionisíacos, as arremetidas e violências dum raptor, os estremecimentos orgiásticos das procissões fálicas.

Em Rousseau: um requerimento para licenciar um *Líbido* um pouco anémico, galante, já entretecido de complicações de salão.

O coro de sátiros canta os sofrimentos e vitórias de Dionísio e no

---

(1) Individual, nacional ou rácico, etc..

movimento gerador da música é objectivada a própria vontade essencial. A arte para Schopenhauer era uma primeira libertação da Vontade, aquietando-se na contemplação das Ideias, graus da sua objectivação, nas artes plásticas, aquietando-se na objectivação imediata na arte suprema, que é a música.

Mas, para Schopenhauer esta quietude não *suprime* o parcelamento da Vontade em quereres dissidentes e conflituosos; a supressão é a santidade atingida pelo ascetismo místico, e, conscientemente, pelo desengano da iluminação filosófica.

Para Nietzsche, já vimos, que não pode haver tal desengano niilista, pois a Vida é inestimável e suprema.

A libertação artística de Schopenhauer terá de ser em Nietzsche uma *superação* (1) da própria vida, vencendo a desilusão, o sofrimento, a dor e a angústia.

Deste modo a música, que é o jorramento dionisíaco da Vontade, o referver das águas torrentosas do Uno Primordial colhidas na origem, é a deliquescência do *princípio de individuação* e a entrega de cada um aos abraços dissolventes da Unidade.

Qualquer coisa de que é longínquo eco o complexo *tanático* dos modernos freudianos.

A desejo da morte, a sedução do suicídio, como que *subconsciente* saudade da vida pré-natal, generalizadas da espécie à vida, da biologia à ontologia, eis o que seria o abandono da individualidade nas águas precipitosas da maré dionisíaca.

Analogias não faltariam a Nietzsche nas próprias formas da Vida, onde o amor se amalgama com a morte de tal modo que em muitas espécies se encontra um sabor de morte nos frémitos do transporte da chama vital.

Analogias até na posição quebradiça, frágil e instável de todas as energias pendendo para uma distensão de equilíbrio e quietude. Analogias: o coruchéu mais afilado da montanha tomado da gravidade que o levará ao vale; as mais ardentes labaredas dos sóis, entornando calor nos espaços que sem se aquecerem o vão sumindo; o sorriso virginal da noiva prefigurando a ruga da avó, desolado sulco das lágrimas do tempo; as mais altas manifestações da personalidade tombando, fumegantes, desiludidas, para a mediocridade que as cerca e solicita.

Queda de morte para um simples critério apolíneo da Vida, regresso ao Uno primordial para a ebriedade orgiástica dum coro báquico.

---

(1) O grande mal moderno.

Assim as imagens da morte para as quais o cristianismo nos rasgou os olhos são já para Nietzsche o caminho dum regresso da ilusão da *individuação* para a inominada magnificência do Uno primordial.

Este regresso é o caminho do lirismo, que não será um subjectivismo, mas o grande objectivismo que transcende o objectivo do fenómeno na coisa ou natureza e no eu ou sujeito empírico.

A vitória deste lirismo seria a dissolução dos indivíduos, que a ascese filosófica de Schopenhauer preconizava; mas Nietzsche não se deixa seduzir por este melancólico espírito de negação.

Nietzsche sabe que o Uno primordial se descarrega da plétora das suas oposições, oposições de opulência, na criação do Universo, e que, portanto, as formas só são prisões, quando mineralizadas, vistas numa transfiguração desvalorizadora, como coisas em si em vez de simples fenómenos.

Qualquer coisa como a criança desvanecida nas irisações das bolas de sabão, que liberta para o voo, que fosse obrigada a olhá-las como sabão e água em vez de cor e asas...

E então necessário se torna salvar a *individuação*, ampola irisada de ser, espuma lucilante do Uno primordial.

É esse o milagre da tragédia: o poder de Apolo em frente do poder de Dionísio. As águas dionisíacas cantam, marulham, refervem; e o curso do som, os movimentos da melodia e da harmonia que foram, sob o olhar de Apolo, esculpidos nas ondas de mármore dórico como no gesto da clâmide pitagórica, são reinsculpidas no corpo do mito e da epopeia. Assim o grego salva o princípio apolíneo da individuação sem aprisionar na forma ressequida e morta o encanto do deus infantil e inocente, que brincando cria, na necessária liberalidade do seu excesso de Ser.

Assim o heleno abre claros olhos sobre o horror, destronando-o do seu absoluto, desvalorizando a dor como essência, para a ver como os simples choques de bolas de marfim, que, à entrada do Tempo e do Espaço, uma mão inocente lançasse umas contra as outras.

Este o significado catártico de tragédia, que Aristóteles aponta como uma medicina do terror e da piedade.

Catarses dum terror e duma piedade que os gregos desafiam, como se tivessem a necessidade de retemperar as suas forças de optimismo na lembrança do disforme e do horrível.

A apetência para o pavor e para o delírio não mais seria que a capacidade helénica de levar o apolíneo nas águas originais e circundantes dum eterno dionisíaco.

A tragédia seria o efeito e a causa deste optimismo, efeito porque

seria este poder de espírito que o criou, causa porque era ele o próprio órgão de vida e crescimento de aquele optimismo.

A visão nietzschiana do sentido do trágico é ampla, profunda, quente, isto é, do próprio plano da criação ; a visão de Aristóteles é, quase sempre normativa, burguesa, explicativa, morna, do plano de erudição e da crítica.

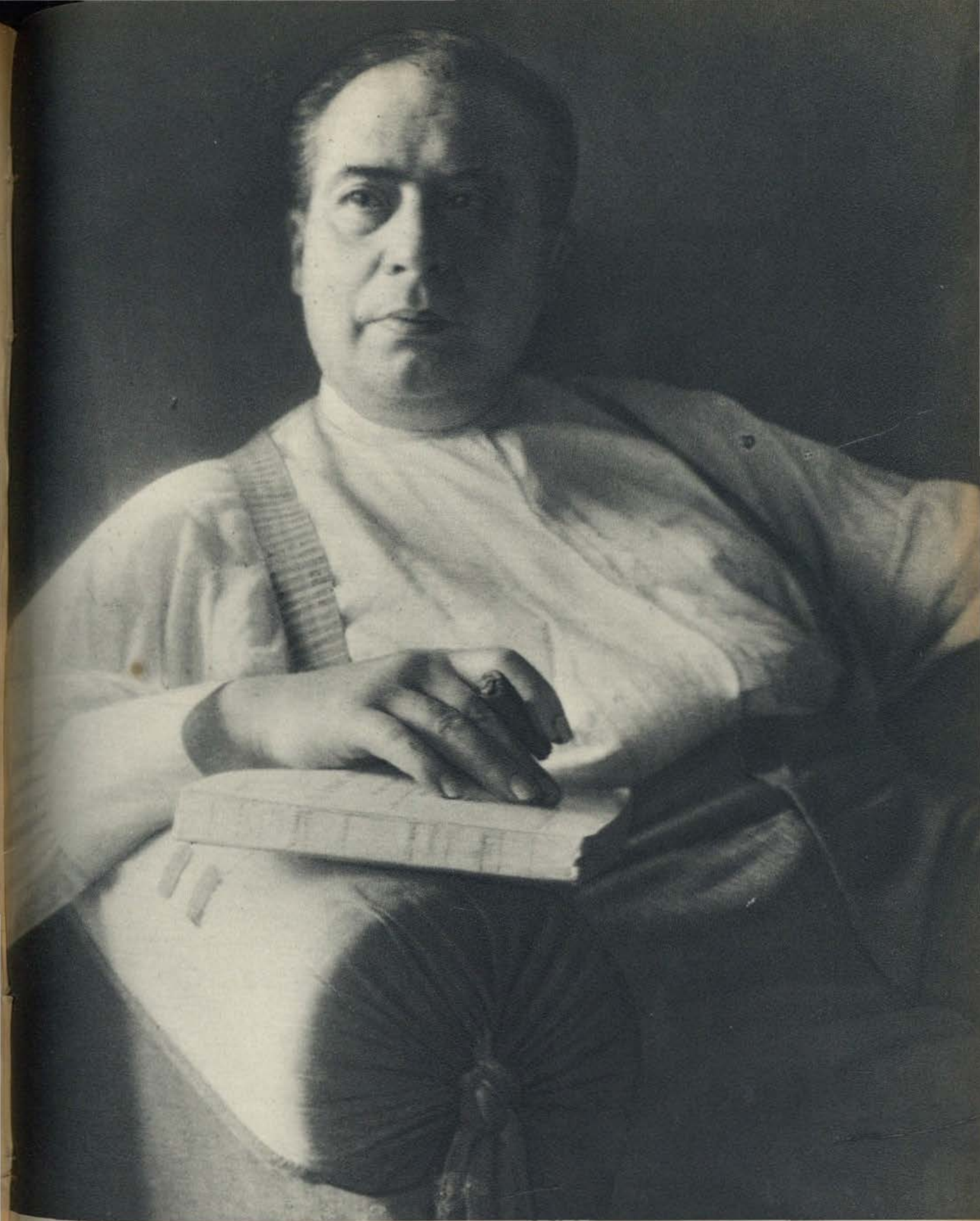
Quando nos «sete contra Tebas» Ésquilo faz dizer a Etéoclo: «Persegue-me a maldição dum pai: fúria vingadora, de olhar seco e sem lágrimas...» a visão da Fúria é uma criação alucinatória, um despejar catártico do tumulto da alma, à Nietzsche, ou é uma metáfora que Ésquilo procurou nas regras duma retórica, que Aristóteles virá um dia escrever?

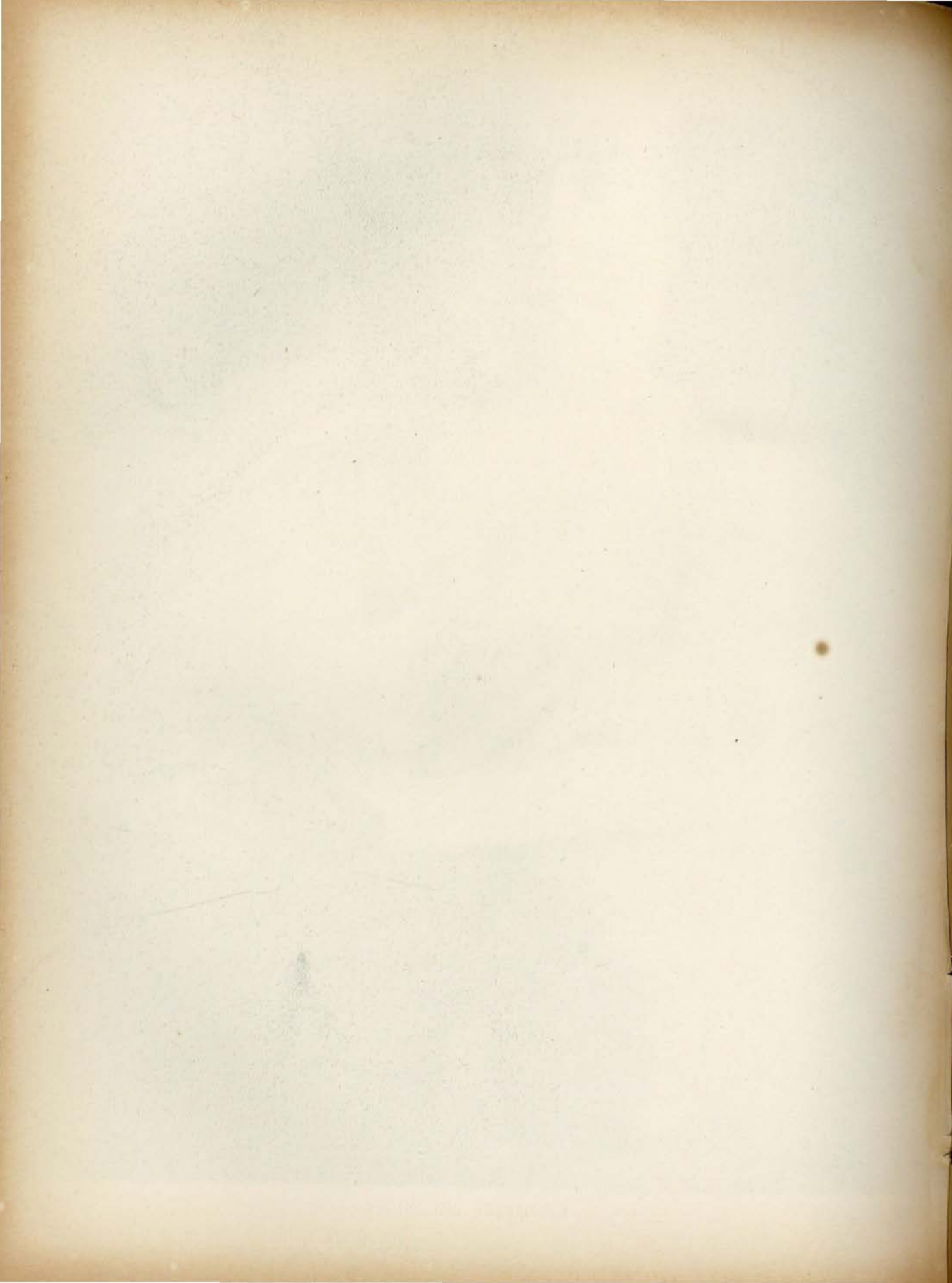
Sim ; Aristóteles é o colector das cinzas duma fogueira extinta, procurando concluir das cinzas a qualidade do combustível que ardeu ; Nietzsche é um tufão de vida, levando oxigénio às amortecidas cinzas para reanimar a alma do fogo que as fizera nascer.

Aristóteles quer tudo explicar da arte pela imitação do que já é ; Nietzsche vê muito bem que o que já é, é o cadáver duma vida que já partiu ou que, diminuída e oculta, se perde triste faúlha num frio oceano de cinzas. Aristóteles é um professor e explicador da poética ; Nietzsche é o arrebatamento da própria poesia.

Por isso mesmo Nietzsche é mais um documento vivo da tragédia que um teórico dessa mesma tragédia. Que fica da visão nietzschiana se quebrarmos os elos do seu implícito kantismo?

Nietzsche protesta contra as fáceis interpretações da tragédia grega como um furacão do Destino sobre a pobre humanidade. Protesta e muito bem, mas o Destino aparece implícita e explìcitamente na grande tragédia e até mais que em nenhum outro trágico naquele que para Nietzsche é o mais alto e o melhor representante do espírito trágico — em Ésquilo.

....

LEONARDO COIMBRA

(Fotografia inédita)

SONETO

Estranha, poderosa nostalgia,
Vós que em sombra e em luar nos desfazeis,
Que luz de praias, de ilhas, luz macia,
Que madrugadas bruscas acendeis!

Somos os rios que a melancolia
Anoiteceu; e nossa mais sereis
Quando, cruzando a estranha asfixia,
À luz, à luz gelada transporteis.

O que erra em nós e paira e se revolve
Nas paisagens que não há, plantando
A ausência e a noite, e nos desesperando...

Árvores loucas que o luar dissolve
Mar de imprevistas crispações, doendo
Na alma — o coração está morrendo...

ALPHONSUS DE GUIMARAENS FILHO

A GALIZA ABANDONOU O SEU DESTINO E VIDA NACIONAIS

(UMA REFLEXÃO HISTÓRICA)

Foi um historiador português, um autêntico e grande historiador, o Padre Luís Gonzaga de Azevedo, quem melhor e com mais fundamentos mostrou a ligação entre a unidade Galécio-Lusitana do Reino dos Suevos (que se estendera às Astúrias) e os primeiros Reinos da Reconquista, o de Astúrias-Galiza, ou de Oviedo, e, depois, o de Leão.

Creio que se pode também, com segurança, filiar nessa primeira unidade nacional do Reino Suevo e na sua rápida reconstituição parcial, não só a primazia do galaico-português, linguagem popular e culta, por mais antiga e mais natural elaboração, mas também a sua extensão a todo o Leonês.

Separou-nos a própria fatalidade do processo histórico natural da Reconquista. Bem cedo o Reino de Leão começou a ser o campo onde se chocaram duas influências, a do Ocidente, Galego, e a de Leste, a da Cantábria e Navarra. É possível que na região da Cantábria, pròpriamente dita, se tenha dado também uma reconstituição de uma primitiva unidade nacional que, rediviva na resistência ao invasor, permitiu, com o avanço para o sul, em plena actividade histórica, a formação do Condado de Castela, primeiro, (do princípio do século IX ao princípio do século XI) e do Reino de Castela, depois. O que é certo é que uma outra *Nação,* de outra linguagem, ràpidamente fixada, e de uma cultura mais influenciada sempre pela Civilização Francesa (caminhando para o apogeu desde os Carolíngios) e, porque nela apoiada sempre, mais evoluída, impediu a absorção total do Reino de Leão pelo núcleo Galaico-Português e a sua linguagem e cultura nascente e mais original.

Mas, por outro lado, o primitivo núcleo ocidental da resistência estava demasiado unido ao Reino de Leão. Isto quer dizer que, na Galiza ao norte do Minho, não foi possível reafirmar-se a unidade nacional independente do Reino de Leão (por ela, em parte, criado) e que, a esse Reino ligada; veria aos poucos a Galiza desaparecer a sua autonomia e recuar a sua influência, substituída, por fim, no Reino de Leão e Castela, núcleo da futura Espanha, a sua preponderância pela da Nação Cantábrica e Castelhana. Ao contrário, o Condado Portucalense, ao sul da Galiza, mantendo-se terra fronteira na Reconquista e realizando esta numa linha de avanço própria, diversa da linha central, seguida por Leão e Castela, intensificava a afirmação da sua independência natural. Esta independência, proclamada contra o Reino de Leão, implicou, assim, por um novo processo histórico, transviado mas invencível, a separação entre Portugal e a Galiza.

Pela própria extensão da sua influência, pelo valor mesmo da sua preponderância no primeiro Reino da Reconquista, foi transviada a Galiza do processo histórico natural do seu desenvolvimento como Nação. Em vez de se ligar ao núcleo meridional da Galécia, de entre Minho e Douro, e por ele ao núcleo central da Lusitânia, entre o Douro

e o Tejo, e de seguir o avanço da Reconquista extremo-ocidental, ou da região Atlântica, a Galiza, auxiliando embora a Reconquista central, em que a influência de Castela se tornou preponderante, passou a ser, desde a formação do Condado Portucalense, o único estado «peninsular» sem fronteiras com o inimigo muçulmano, o único para quem acabou, desde o século XI, toda a possibilidade natural de se expandir e a própria comparticipação directa no processo histórico da Reconquista, estreitamente ligado às reafirmações nacionais no Ocidente.

O desvio histórico iniciou-se, a bem dizer, cedo, com a recusa da Galiza a admitir a preponderância do seu núcleo meridional, aquém do Minho, como era indispensável pela própria necessidade e caminho natural da Reconquista atlântica. Conjugaram-se, para determinar esse desvio, não só as forças de coesão com o Leonês, as que resultaram da preponderância da Galiza no primeiro Reino da Reconquista, mas ainda uma outra e imensa, de natureza religiosa.

A crença no achamento do túmulo do Apóstolo Santiago em lugar ao norte da Galiza e a fundação e desenvolvimento da cidade de Santiago de Compostela ; a atracção que esta, qual outra Cidade Santa, passou a exercer sobre todo o mundo cristão da Reconquista ; a luta pelo seu primado religioso ; estes foram os degraus ascendentes de uma força benéfica e admirável, pelo seu aspecto moral, religioso e civilizador, prejudicial, no entanto, ao máximo, para o processo histórico evolutivo da Nação Galiciana.

A metrópole católica da Galécia era històricamente Braga. E esta cidade, pela primazia que tivera nas Espanhas, pela força da sua tradição e da sua renovada actividade na Reconquista, e em contacto mais directo com a Expansão religiosa para o sul, não podia, de forma alguma, ceder à força absorvente de Santiago de Compostela. Impedi-lo-ia, aliás, mesmo que, por um só momento, o tivessem admitido os Prelados Bracarenses, a estreita ligação da metrópole religiosa com a actividade nacional já renascida no Condado Portucalense. Também o centro político da Galécia estava, geográfica e històricamente, na sua parte sul, entre o Minho e o Douro, elo central de ligação geográfica e histórica entre a Galécia e a Lusitânia.

Fora assim com o Reino dos Suevos, ou de Portucale, sua cabeça, pela própria natureza da unidade Galécio-Lusitana, então conseguida, e as necessidades da resistência aos Visigodos concentrados no interior e no sul da Península. Mais necessàriamente ainda impunha a Reconquista a deslocação do centro impulsionador, e dirigente de um estado Galaico-Portucalense, para o sul, para a província de Entre Douro e Minho, para Guimarães, nossa primeira capital, para Braga, metrópole religiosa, ou mesmo para o Porto, ou antes Porto-Cale, a dupla cidade, na foz do Douro, que estabelece a directa ligação entre a Galécia e a Lusitânia e que se valoriza pela fusão das duas forças e comparticipa das qualidades complementares de ambas.

Daí vem que a extensão do nome de *Portucale* a todo o Reino, tenha um significado real, de correspondência exacta com a sua formação com parte da Galécia e toda a Lusitânia. À integração de toda a Galiza neste novo Reino opunha-se, porém, todo esse conjunto de forças a que me venho referindo e especialmente a última, a que tem seu fundamento na criação de um verdadeiro centro religioso da Reconquista, e de todo o Ocidente, em Santiago de Compostela. Por natural evolução, a cidade que fora, de princípio, sòmente um lugar sagrado de peregrinação, tornou-se um verdadeiro centro de influên-

cia político-religiosa. Culminou esta evolução com a actividade pessoal de Dom Diogo Gelmires, homem verdadeiramente superior e grande, mas que foi o instrumento das forças que levavam a Galiza a desviar-se do seu caminho nacional, e ele próprio causador, também, desse desvio histórico, por seu carácter e orgulho e por toda a luta que sustentou para estabelecer a preponderância de Santiago de Compostela.

Já se haviam unido pela primeira vez Leão e Castela (1037-1068), principiando assim uma outra influência, a da Nação Castelhana, sobre o primeiro Reino da Reconquista, quando a diocese de Braga foi restaurada (1070). Pouco depois aquela união voltava a realizar-se (1073) e depois, pela rendição de Toledo (1084) ao Rei de Leão e Castela, iniciava-se o verdadeiro processo histórico da Constituição da Espanha, Nação do centro da Península. Mas também se renovava o sonho do Império Visigótico naquela sua antiga capital. Por este sonho e para servir a sua realização, foi pedido e obtido o título de *Primaz das Espanhas* para a restaurada metrópole (1088), contra a verdadeira Primazia de Braga, necessária também à reconstituição nacional do Ocidente.

Era um duplo e igualmente natural processo histórico a marcar-se pelos factos e a acção e a inteligência dos homens — o da reconstituição do Reino do Ocidente e o da formação do Reino de Espanha, o Reino central da Península. Era já também a errada e perigosa sobreposição, neste, da miragem unificadora da Península à realidade, mais fecunda e bela, da sua constituição nacional verdadeira.

Se a Galiza tem tido, nesse momento da História, um inspirado chefe religioso e nacional que tivesse podido e querido levá-la a separar-se do Reino de Leão e Castela e a unir-se estreitamente ao Condado Portucalense, aceitando a primazia religiosa da metrópole Bracarense e apoiando a ambição natural de independência dos seus irmãos do sul-ocidental e atlântico, ter-se-ia renovado a completa unidade Galécio-Lusitana.

Deu-se precisamente o contrário, e a História é... o que foi. O que não pode significar, de modo algum, a recusa a compreendermos, no encadeamento dos factos históricos, o que realiza uma natural e criadora evolução, o que a estorva ou com ela embate, o que a desvia da sua directriz ou impede a sua persistência, por contrariedades do tempo e erros dos homens. Analisar tudo isto no momento inicial para a formação das Nações da Península Ocidental que se abre com as lutas da sucessão de Afonso VI de Leão e Castela compete a uma História Geral do Ocidente, ainda por fazer.

Aqui basta que se diga que, nesse momento, os chefes e o povo da Galiza (ou antes da Galécia ao norte do Minho) não souberam aceitar nem querer o seu destino verdadeiro e nacional. Não o quis o grande Diogo Gelmires nem os que, com ele, apoiando Afonso Raimundes, mesmo sublevando-se contra a Rainha de Leão e Castela, sua Mãe, se ligaram aos destinos desta Coroa que, pela já realizada ocupação de Toledo, iniciava o verdadeiro processo histórico da formação da Espanha. Era esse Afonso Raimundes o futuro Afonso VII de Leão e Castela, (1126-1157), o futuro «Imperador», por ilusório título imposto pela miragem visigótica, mas na realidade e verdadeiramente o primeiro Rei de Espanha, a Nação central da Península.

Era esse o momento, ou nunca mais, no processo histórico da Reconquista, para se reconstituir e tornar independente da colaboração que essa Reconquista impusera, durante quatro séculos de resistência ao invasor muçulmano, para se reconstituir, segundo a sua natureza e a história, e se erigir em Reino, a Nação Galécio-Lusitana. Isto compreenderam

os chefes religiosos Bracarenses opondo-se à Primazia de Toledo. Isto compreenderam todos os Barões do Condado Portucalense, preparando a elevação de D. Afonso Henriques à realeza de Portugal. Isto compreenderam todos, grandes e pequenos, nobres e populares, da Galécia de Entre Douro e Minho e do norte da antiga Lusitânia, já então liberto. Todas as forças étnicas e históricas e as da vontade e génio dos chefes e do sentimento e valor do povo, se conjugaram para a realização grandiosa desse natural processo histórico da independência nacional do Ocidente Atlântico.

A isto se opôs, quanto à Galiza, a vontade, a ambição desproporcionada, o valor do Arcebispo Dom Diogo Gelmires.

A separação da Galiza do novo Reino de Leão e Castela (ou da Espanha) implicava a sua reunião com o Condado Portucalense; a escolha do seu herdeiro como Rei de toda a Galécia e da Lusitânia, reunidas no Reino de Portugal; o apoio firme da autoridade e independência da Metrópole de Braga e a união de todas as dioceses da Nação Galaico-Lusitana sob a sua primazia. Este o cumprimento da sua evolução natural e o caminho da grandeza futura para a Galiza.

Opôs-se a isto a vontade superior de um homem (Diogo Gelmires) e a dos barões e povos que ela manobrava? Em grande parte, mas ainda, nisto, pelas forças históricas que deram forma à sua ambição e iludiram a sua inteligência — a demasiado estreita união, anterior, da Galiza com o Reino de Leão e a sua coroa; a extensão da influência galiciana para além do âmbito da sua nação; e, mais do que tudo, a nova grandeza religiosa de Santiago de Compostela que se opunha à autoridade Bracarense. Estas forças históricas eram bastantes para vencer qualquer alma que não fosse a de um génio, fundador de uma Pátria.

Nas lutas entre Braga e Compostela vemos iniciar-se a separação entre as duas Galécias, a do Norte para se ligar ao destino da Espanha e a do Sul, ou de Entre Douro e Minho, para, unida com o norte da Lusitânia, criar o Reino de Portugal.

Braga, metrópole portuguesa, contribuiu para essa criação por uma forma que nunca poderá ser exagerada. Não foi Roma que, por si, quis dar auxílio à independência portuguesa. Foi Braga e o seu Episcopado, em acordo com o Rei Português, que de Roma o reclamaram e souberam obter.

Foi Braga, metrópole da Galécio-Lusitânia, que tentou manter a completa unidade nacional do Ocidente e, não podendo vencer o novo prestígio de Santiago de Compostela, em grande parte preparou e auxiliou a separação, que se tornara indispensável, entre a Galiza e o Condado Portucalense.

À política hispânica de Dom Diogo Gelmires, opôs-se a política nacional do Arcebispo de Braga Dom Paio Mendes, do sangue dos senhores da Maia, de uma das quatro Casas Nobres Nacionais sobre que se fundou o Reino, irmão de Soeiro Mendes e do Lidador. De junto dele e da cidade—metrópole portuguesa partiu Dom Afonso Henriques para a batalha de São Mamede (1128) onde se conquistou a definitiva independência de Portugal. Já então os principais fitos da ambição de Dom Diogo Gelmires haviam sido alcançados. Santiago de Compostela fora elevada a metrópole (1120) e por esse modo Gelmires não só procurava separar da metrópole bracarense os bispados da Galiza mas, pela concessão obtida dos direitos da extinta metrópole de Mérida, procurava estender a sua autoridade ao Sul da Galécio-Lusitânia, ainda por conquistar. Auxiliava assim, voluntàriamente, a política hispânica, que também logrou ver representada pelo seu pupilo Afonso Raimundes, coroado Rei de Leão e Castela (1126) com o nome de

Afonso VII. Completara, nos primeiros anos do século, a Catedral maravilhosa que consagrara a Santiago.

Compostela tornou-se por ele o centro religioso das Espanhas, a nova Roma do Extremo-Ocidente, o lugar santo das peregrinações de toda a Cristandade Ocidental. Mas matara a vida nacional da sua Pátria.

Entre 1100 e 1139, o governo de Dom Diogo Gelmires elevou Santiago de Compostela à culminância do seu prestígio. Apenas Braga lhe resistiu, bem apoiada no sentimento nacional portucalense e na força histórica e naturais direitos que a haviam feito sempre a metrópole do Ocidente Galaico-Português.

E Dom Diogo Gelmires ainda pôde ver subir ao sólio bracarense (1138) um homem de verdadeiro génio e incansável vontade, um dos homens que fizeram Portugal — o Arcebispo Dom João Peculiar. De verdadeiro génio e, por isso mesmo, em íntimo acordo com a Nação e os seus chefes e o herói, sobre-humano, que encarnou a vontade colectiva e a impeliu e com quem, feito Rei, se ia cumprir a natural evolução histórica do Ocidente Atlântico.

Maior e mais feliz (e mais ambicioso também), humilde ante Deus e a Pátria, orgulhoso da verdadeira obra eterna dos homens, Dom João Peculiar limitou-se a firmar os alicerces de um Reino que, pela sua acção histórica, a sua alma, o seu génio, o seu pensamento e a sua Literatura, viria a transformar o destino e o espírito da Humanidade inteira.

Dom Diogo Gelmires preferiu, ou apenas soube, completar uma Catedral e lutar para que ela fosse o centro religioso de uma falsa unidade hispânica. Mas essa Catedral admirável, erguida, para celebrar a Vida Eterna, sobre o túmulo do Apóstolo Santiago, era também o monumento funerário da Galiza.

Independentemente, porém, da vontade e da ambição, pessoal e estreita, do seu grande Arcebispo, Santiago de Compostela continuava a ser um dos centros de atracção da vida mais intensa e alta. Desde o século X, o caminho de Santiago era uma das vias dos peregrinos e também do avanço da cultura, rediviva na Europa de além-Pirenéus. Roma, Jerusalém e Compostela foram as três peregrinações maiores da Cristandade medieval. Os caminhos por onde elas seguiam, bem mais do que as linhas do comércio, expandiram a Civilização nos seus mais altos aspectos e uniram os homens e as Nações, de toda a Era Românica, entre si.

Desde que, no fim do século XI e no princípio do século XII, a França e a Provença entraram na fase de pleno florescimento da sua cultura e da criação dos seus génios nacionais, com os peregrinos devem ter vindo também, pelo Caminho de Santiago, muitas influências dessa nova e tão alta Civilização. De cidade em cidade, de santuário em santuário, vinham, até ao extremo-ocidente, peregrinos que declamavam os Poemas dos Santos e as Canções de Gesta, e também, por certo, as cantigas dos Trovadores.

Esta foi uma das vias de penetração na Península da Literatura e da Civilização de além-Pirenéus, de toda ela, complexo admirável em que colaboraram várias Nações e principalmente a França, seu núcleo central. Não por certo o mais importante caminho, pois as relações entre as Cortes maior influência tiveram nesta difusão de cultura, mas um muito importante caminho da civilização foi este de Santiago.

O Túmulo do Apóstolo, chamando a vida, incitou-a e recriou-a. O túmulo da Galiza, não.

É certo que, dos meados do século XII ao fim do século XIII, a Galiza colabora, intensa e criadoramente, na realização de uma bela e nobre Poesia. É certo que essa Poesia Galaico-Portuguesa (e tam-

bém Leonesa, até ao fim do século XIII) ecoa tão poderosamente na Corte de Espanha que naturalmente levou o Rei Afonso X a escrever em galaico-português as suas «Cantigas de Santa Maria», fazendo assim dele um poeta galiciano, e dos maiores.

Mas também é certo, por outro lado, que a colaboração da Galiza (sem dúvida, no inicío, a maior) nesta grande criação da Poesia dos trovadores ocidentais, foi para a Pátria Galega, cuja vida nacional cessara, ao mesmo tempo o princípio e o fim da sua Literatura.

O que para a Pátria Galécio-Lusitana, rediviva e independente (embora incompleta) no Reino de Portugal, não foi mais do que um início, um ponto de partida, o começo e a fase de formação de uma grande e original Literatura, foi, ao contrário, para a Galiza, toda a sua Literatura, toda a expressão, incompleta e como que estrangulada ao nascer, de fontes ancestrais e da força que criara uma linguagem. A Poesia galaico-portuguesa, que para o Reino de Portugal inicia um ciclo novo e inteiro da Literatura, encerra o ciclo de toda a vida espiritual, própria, da Galiza, só renascida no século XIX.

Um desvio histórico e a separação da unidade nacional Galécio-Lusitana, a que pertencia, levaram o génio criador da Galiza a morrer na infância.

Estreita e terrível é a ligação entre o processo de evolução histórica e o da evolução dos génios nacionais e da Literatura. Aceitando o nefasto desvio da sua natural evolução histórica e unindo-se à Nação Hispânica; traindo, por imposição de outras forças históricas ou a vontade e a ambição de um homem, a Nação a que étnica e històricamente pertencia, a Galiza aceitara também o adormecimento da sua vida nacional e, consequentemente, do génio dos seus homens. O seu carácter nacional, mantido apenas pelo povo, perdeu a força necessária para animar o génio dos seus Poetas, por se ter desligado da vida histórica que lhe era própria.

A Literatura só existe como produto e expressão de uma vida nacional autónoma e intensa, de uma vida histórica própria e criadora. Tem raízes milenares qualquer Nação verdadeira. O seu carácter nacional basilar forma-se no decurso de milénios e, formado, pode persistir, indefinidamente, e resistir a todas as opressões da força e a todas as captações das alheias culturas. Mas, só com a autonomia e a vida histórica independente e activa, esse carácter nacional se revela numa linguagem e cria uma Literatura. Só com a linguagem e a Literatura se realiza um génio nacional.

A Nação Lusitana, já com raízes milenares, revelara, na resistência ao domínio de Roma, a sua capacidade para criar uma Pátria. A romanização abafou por séculos a sua vida nacional e calou a sua voz própria, a sua linguagem autónoma, a sua Literatura, que de todo se perderam para nós. Durante este período inteiro da Lusitânia Romana e de linguagem latina (igual à de todo o Império) não pode reconhecer-se a existência de um único escritor que revele, mesmo de longe, o génio nacional Lusitano. O mesmo, exactamente o mesmo, aconteceu à Hispânia, à Gália e a todas as províncias do Império de Roma, durante o seu domínio e, para aquém deste, enquanto persistiu a sua influência e não se puderam formar as novas linguagens, autónomas e nacionais.

A unidade Galaico-Lusitana, que se tornou possível com a ruína do Império Romano e a constituição do Reino dos Suevos, ou de Portucale, apesar de submetida, por um século, à falsa unidade visigótica, reconstituíra-se com a ruína desse novo e mais falso «Império», ante a invasão muçulmana, e com as lutas da Reconquista.

Isto permitiu uma primeira criação

nacional, a de uma língua galaico-portuguesa. Natural e activamente com ela avançou para a primeira realização do génio nacional—a Poesia galaico-portuguesa. É desde o aparecimento dessa Poesia que podemos reconhecer e definir a existência de uma Literatura Nacional. Afastada, porém, a Galiza, ou, melhor, a parte da Galécia ao norte do Minho, da vida nacional; perdida por isso a sua influência, que também fora uma natural extensão do seu domínio, no Leonês; substituída, pela influência castelhana, a sua linguagem própria e a sua Literatura; é um ciclo inteiro que se encerra para o que podemos designar, no seu conjunto, mais pròpriamente por Literatura Galaico-Portuguesa.

Todo o ciclo, de sete séculos, da vida criadora da Galiza parece querer-se encerrar, assim, pela sua admirável Poesia lírica. Mas nesse final da Literatura Galaico-Portuguesa pròpriamente dita (compreendendo uma colaboração do Reino de Portugal, da Galiza e de Leão e até mesmo, tão longe foi o seu prestígio, de alguns castelhanos), nesse final de um ciclo de predomínio da Galécia, ainda espiritual e linguìsticamente una, começou também uma evolução própria e exclusivamente portuguesa, de aperfeiçoamento da sua linguagem e de formação da sua Literatura.

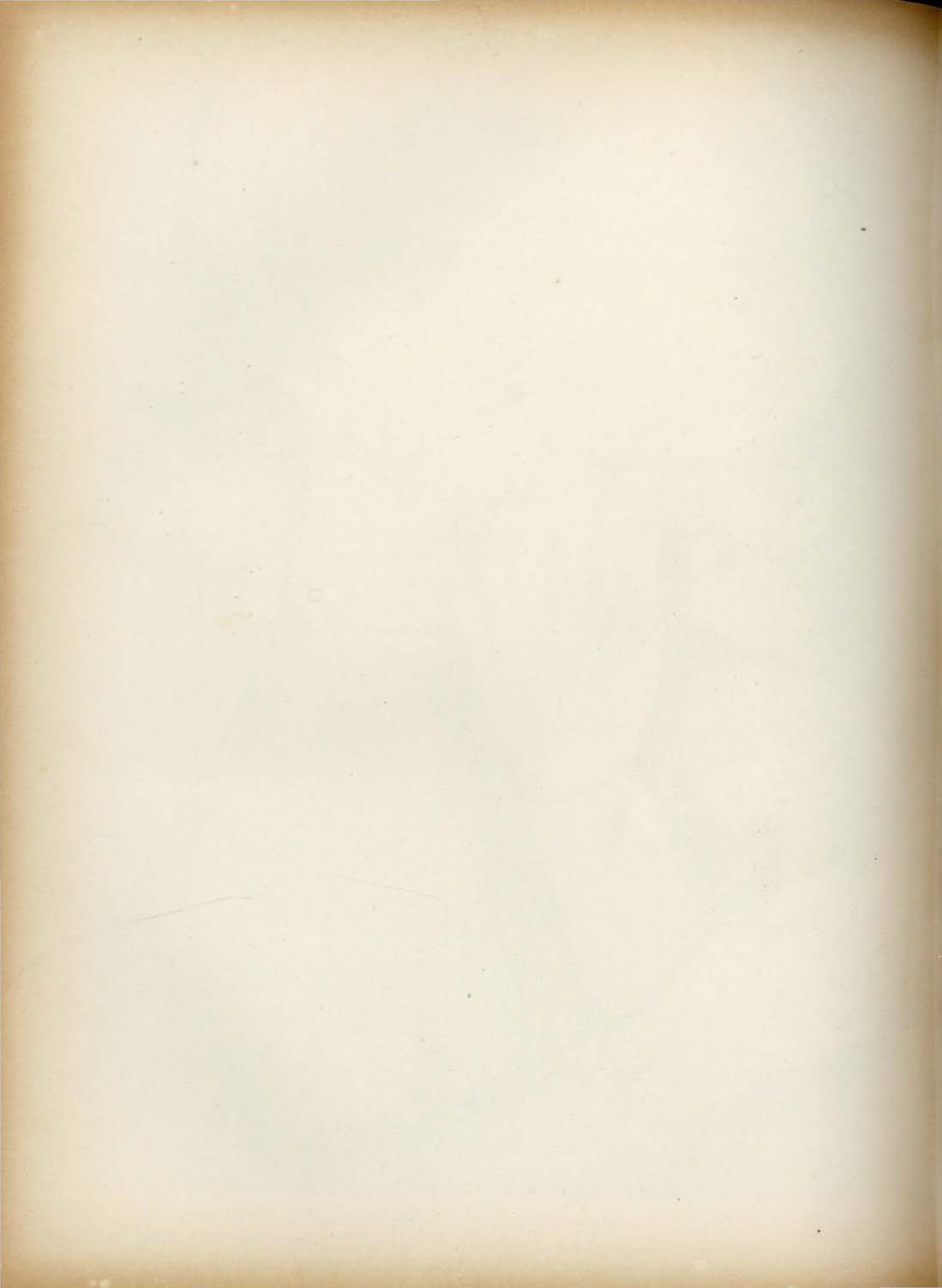
Com a separação da Galiza, no sentido restrito desta designação geográfica, não perdeu a Nação Portuguesa a colaboração dos valores próprios da Galécia e suas características especiais, por isso que no Reino se manteve, para a sua formação lutou, e para o seu espírito e o seu génio contribuiu sempre, a Galécia Meridional, de Entre Douro e Minho.

Talvez, na evolução do génio nacional, se possa reconhecer um crescente predomínio dos povos da antiga Lusitânia e do seu carácter mais aventureiro, mais combativo e orgulhoso. Mas a Unidade Nacional Portuguesa (uma das mais perfeitas da História) fundiu num só génio, verdadeiramente, o carácter particular dos dois núcleos irmãos da mesma grande e complexa Nação.

A própria fase de formação da Literatura Portuguesa, que corresponde ao período da Literatura Galaico-Portuguesa, mostra essa unidade nacional. E não é também de pouco significado para a demonstrar, o facto da ressurreição da Literatura Galega no século XIX e da sua natural ligação com a Literatura Portuguesa.

De tudo isto, do passado longínquo ou recente, dos erros e desvios da evolução histórica nacional, e desta em sua força invencível, persistente e admirável, podemos tirar agora a conclusão — a Literatura só existe com uma vida plena e forte da Nação e é esta que provoca o aparecimento e incita o valor dos génios individuais.

JOÃO DE CASTRO OSÓRIO

JORGE DE LIMA — «*Amor*»

Poemas de Amor Aristotélico

1.º — Ser Unido

Por ti, em nós reinou meu fogo ardente.
P'ra ti eu só vivi ó ser amado.
Por tua voz de amor fui embalado.
Os dois fomos um só num Ser sòmente.

2.º — Apartamento

Depois por um estranho alto poder,
Um do outro ficámos apartados.
Eu seria p'ra corpos variados,
Tu sempre a mesma em névoa de mulher.

3.º — Queda

Porém, por te não ter ó minha amada,
E não ser já o Ser minha ventura,
A procurar-te errei pela aventura
E sem rumor de ti senti o nada.

4.º — Prece

Mas se foste o meu lago de harmonia,
Se vivemos num céu de som e cor,
Volta-me para o teu verbo de amor
Ó névoa real da minha fantasia!

Lisboa, 1947

VASCO DA GAMA RODRIGUES

A Confissão de Leontina

Eu e seu Edmundo estamos vendo se arranjamos um dinheirinho pra ajudar na tua defesa, Rubi me disse. E então eu respondi que não adiantava nada porque o velho era muito importante e que o meu advogado já tinha me avisado que desta vez eu estava mesmo no mato sem cachorro.

Rubi então cuspiu o *chiclé* na parede e começou a andar de um lado pra outro me perguntando porque é que fui matar o velho, eu que sempre tinha dado prova de ser uma moça boazinha e tudo. Caí então chorando no ombro dela e respondi como respondo pro advogado e como respondo pra mim mesma quando acordo no meio da noite com aquela buzina tocando forte com se estivesse bem debaixo do meu travesseiro. Que também não sei mas tudo começou com aquele amaldiçoado vestido *marron*.

Meu nome é Leontina Pontes Santana e tenho vinte e um anos. Nasci em Olho Dágua e não conheci nem meu pai nem minha mãe porque foi madrinha que me criou desde que eu era assinzinha. Eu carecia trabalhar desde cedo catando lenha no mato e fazendo o almoço e depois lavando a louça e de tarde fazendo a janta e lavando a louça outra vez e depois indo fazer as crianças dormir. Pro Bentinho eu tinha que cantar e pra Laura eu tinha que contar histórias que precisavam ser compridas que não acabavam mais e muitas vezes eu pegava no sono perto da cama deles e só ia acordar na manhã seguinte de tanta canseira que eu sentia.

Eu queria ir com a minha mãe, pedi um dia pra madrinha que vivia dando pescoção na gente. Então ela riu e respondeu que minha mãe não queria saber de mim nem pintada e que andava caindo de bêbada numa venda porca no meio de gente atoa. Assim mesmo eu estava disposta a ir com ela mas sempre que chegava a hora de ir eu perdia a coragem e ia adiando, adiando...

Um dia uma mulher de cabelo amarelo veio me procurar e me deu um embrulho dizendo que ali estavam as coisas da minha mãe que já tinha morrido fazia uma semana. Não chorei nem fiquei triste. Só levei um susto só isso e de noite fiquei com medo que ela aparecesse pra mim.

Dentro do embrulho tinha um pente preto e um cartão postal e um roupão de seda todo rasgado. O cartão postal colorido representava uma linda moça vestida de noiva com um colar de pérolas na testa. Perguntei então pra madrinha se aquela dali era a minha mãe mas madrinha come-

çou a rir e me disse que minha mãe nunca pilhou um casamento e que era seca como um fio de macarrão e que tinha a cara mais esburacada do que um queijo. Acho que não acreditei nisso porque sempre que penso na minha mãe vejo uma moça linda como um anjo e com um colar de pérolas coroando a testa.

Quando fugi de casa tinha dezanove anos. Juntei o dinheiro da passagem e vim parar aqui na cidade. Todas as minhas colegas lá do salão de danças me contaram que se perderam com moços que prometeram casamento. Pois comigo foi diferente porque o Roque até que não prometeu nada. Ele me dizia que era marinheiro e que por isso mesmo não podia andar com mulher e panelas sempre atrás. Era muito bom pra mim e me chamava de Joana porque achava que eu tinha o mesmo cabelo anelado do São João do carneirinho. Um dia me deu uma pulseira cheia de pedrinhas e me fez muita festa e me deu também um retratinho dele debruçado na grade de um navio. Aceite esta como prova da minha amizade, ele escreveu atrás e eu me achei a moça mais feliz do mundo. Depois passou a mão na minha cabeça e me disse para ter muito juízo e procurar um moço bom pra gostar de mim. Mas eu não quero ninguém eu só quero você, respondi chorando porque me veio um pressentimento ruim. Não chora Joana, ele me disse. Não chora que se eu te deixasse até te fazia um favor porque sou um camarada que nunca esquentou lugar e esse negócio de ficar sempre parado me bota maluco. Daí eu disse que se ele me largasse eu me matava e ele então disse que estava brincando mas nessa noite mesmo saiu e nunca mais voltou.

Sem Roque não achei mais nenhuma graça na vida e num dia em que eu não sabia mais o que fazer de mim fui pra rua comprar soda e fazer como fez uma colega lá de Olho Dágua. Mas quando passei pelo *Bar* senti cheiro de salame e a fome me apertou e entrei pra comer um sanduíche. Enquanto comia o sanduíche ia chorando sem querer e daí apareceu o Hortênsio me perguntando o que tinha acontecido e mais isso e mais aquilo. Contei tudo e então ele me disse que nesses casos é melhor beber cerveja porque soda queima que nem fogo e cerveja sempre lava o coração.

Uns tempos depois minha amizade com Hortênsio também acabou. Ele era mau de génio e quando bebia quebrava tudo que tinha em redor. Uma vez arrancou a porta do guarda-roupa e jogou na calçada e também um vidro de loção que o Roque tinha me dado. Fiquei aborrecida e mandei que ele sumisse duma vez. Já vou já vou ele dizia jogando pela janela todas as roupas da gaveta. Depois foi cantando pela rua afora e nunca mais botei os olhos nele.

A cidade era grande e eu não conhecia ninguém e achei então que era uma maravilha morar num lugar assim onde a gente pode dar as cabeçadas que quiser e nem o vizinho fica sabendo. E dei mesmo com a cabeça a torto e a direito mas se eu ia com este ou com aquele era por amor porque não sou dessas que têm o costume de pedir coisas em troca. Não senhor e seu Edmundo que é o pianista lá do salão me conhece muito bem e está aí de prova. Quando ele me via dando sempre o contra num negociante que queria largar a mulher por minha causa me dizia que eu era mesmo a mais direitinha de todas. Falou também que Deus dá noz pra quem não tem dente mas até hoje não sei o que ele queria dizer com isso.

Foi a Rubi que me apresentou pro seu Angenor e daí ele me contratou pra dançar com os fregueses das dez às quatro da manhã.

No começo pensei que ia morrer de tanta canseira. Dançava dançava dançava e quando chegava lá pras três eu não sabia mais onde pisar e só queria me estender no chão e dormir. Rubi me deu muitos conselhos e foi tão boa pra mim que quando penso nela e me lembro que não vamos mais morar juntas tenho vontade de fazer nem sei o quê... Nunca diga não pro freguês, ela aconselhou. Responda de um jeito que ele não fique sabendo direito se você aceita e assim ele volta e não fica com raiva. Também não prometa nunca que vai num encontro e depois não aparece porque uma vez já levei o meu com essa história de prometer e não ir. Diga que vai pensar ou então que fica pra outra vez porque já tem um outro compromisso. Mesmo que ele te pise nos pés o tempo todo fique sempre de cara alegre e dizendo que ele dança muito bem e onde foi que ele aprendeu a dançar tão bem assim. Se ele te apertar muito diga então que por você não faz mal mas o caso é que o regulamento proíbe apertar muito e que se ele continua você acaba perdendo o emprego.

Às vezes a gente esperava que de repente aparecesse algum que gostasse da gente de verdade e um dia até falasse em casamento. E em toda a minha vida nunca quis outra coisa. Mas isso a gente só pensava por pensar porque está visto que nenhum homem se casa com mulher que fica dançando a noite inteira com tudo quanto é cristão que aparece. Assim mesmo era bom imaginar que ia aparecer um moço querendo casar comigo tudo direitinho. A gente podia ir visitar madrinha em Olho Dágua e ela de tão feliz fazia uma festa e as minhas colegas todas ficavam olhando pra gente e eu ia apresentando este é o meu marido e elas iam ficando roxas de inveja. Tenho até na cabeça o jeito dele com uns cabelos pretos e uns olhos verdes... Madrinha me punha comendo com ela na mesa e o Bentinho com a Laura nunca mais iam repetir que eu tinha sido achada dentro da lata de lixo...

Mas nem sei porque digo essas coisas se o advogado já me avisou que decerto vou ficar por aqui uns vinte anos. Vinte anos... Eu disse pra ele que não queria matar aquele velho e Deus é testemunha que nunca pensei matar ninguém porque até de ver matar galinha me doía o coração e muitas vezes fugia pra dentro de casa quando via madrinha pegar pelo pescoço de uma delas e torcer como se fosse um pedaço de pano. Eu disse tudo isso mas ele continua me mandando contar a verdade e me faz tanta pergunta que já nem sei mais o que digo e já estou fazendo uma embrulhada e ele volta sempre fazendo perguntas e eu já não sei já não sei minha Nossa Senhora o que é que esse advogado quer mais...

Por esta luz que me alumia como nunca pensei fazer ruindade pra ninguém. O seu Edmundo pode dizer se alguma vez fiz safadeza lá no salão. Ele pode dizer pra quem quiser ouvir e também a Rubi mas o advogado me respondeu que não adianta nada o depoimento de vagabundos. Então eu disse que o seu Edmundo é um pianista já de idade e pai de família e que a Rubi pode ter lá as suas coisas mas sempre trabalhou e não é vagabunda não senhor quem dança das dez às quatro da manhã sem parar.

Puxa Leo, que eu já me meti em muitas mas até esse ponto nunca cheguei, me disse a Rubi. Então não aguentei mais e me agarrei nela chorando e ela chorou também e perguntava porque porque eu fui fazer uma coisa dessas... Respondi que toda a culpa foi do vestido *marron* que estava exposto numa vitrina. Naquela horinha justo justo naquela horinha o diabo entrou em mim e foi me puxando até aquela vitrina porque o negócio começou quando eu vi o vestido *marron*.

Estava numa boneca que tinha mais ou menos meu corpo e eu pensei que decerto ele ia me servir direitinho e era o vestido mais lindo que já tinha visto. Engraçado é que nunca me importei muito com vestidos e por isso mesmo até hoje não sei porque fiquei como boba olhando pra aquela vitrina.

Foi então que ouvi uma voz me perguntando se eu queria o vestido pra mim. No vidro que parecia um espelho estava a cara do velho. Era gordão e mole como geleia. Tive vontade de rir porque já disse que dinheiro nunca me fez frente. Aquele um podia ser até meu avô e bem que quis seguir meu caminho mas lá estava o vestido tão lindo com aqueles babadinhos de renda que não aguentei e respondi que se ele quisesse me dar eu aceitava sim com muito gosto.

Uma vendedora ruiva veio cumprimentar o velho e vi então que os dois se conheciam. O vestido me assentou como uma luva e a vendedora

veio me ajudar a abotoar os punhos dizendo que eu fosse com ele no corpo porque estava uma beleza.

Não vi o velho tirar a carteira e me parece que ele falou pra pôr na conta. Na rua é que me lembrei que tinha deixado na cabine o meu vestido *grenat*. Vou buscar meu outro vestido que esqueci lá dentro, eu disse, mas o velho agarrou forte no braço e rindo um riso esquisito falou que eu era muito engraçadinha por querer fugir assim.

Só quando entrei no automóvel é que vi que decerto ele era muito rico pra ter um automóvel daqueles. Andámos por muitas ruas e ele ia passando a língua na boca e me perguntando o que é que eu fazia e mais isso e mais aquilo. Depois ficou quieto e eu preferi muito porque assim não carecia ficar olhando aquela cara que era feia que só vendo. Não que fosse tão feia assim porque até que ele tinha o nariz bem feito e os olhos azuis como duas continhas. Com o que eu não podia era com aquela boca sempre molhada de cuspe e roxa como se tivesse levado um murro.

Mas não quis pensar mais nisso porque estava muito contente e imaginando o que as minhas colegas iam dizer do meu vestido e tão perdida eu ia nessas ideias que nem reparei que o automóvel corria agora por uma estrada.

Aqui a gente pode conversar melhor, ele disse parando perto de um barranco. E logo foi pegando na minha mão e me puxando pra mais junto dele dizendo que eu era linda e começou a me beijar o pescoço. Senti então o pescoço todo molhado e quando me lembrei da boca roxa me deu um grande nojo. Eu não disse nada mas acho que ele adivinhou que eu não estava gostando porque ficou fulo de raiva e começou a dizer que se eu quisesse bancar a cachorrinha me largava ali mesmo.

Deus é testemunha que eu estava disposta a ter paciência e fazer o que ele queria porque está visto que a gente não ganha nada assim de graça não senhor. Mas quando ouvi aquela história de descer e voltar a pé fiquei feliz porque eu não desejava mesmo outra coisa. A cidade não podia estar longe e sempre gostei de andar porque em Olho Dágua não havia estrada que eu não conhecesse.

E logo que ele veio me agradando de novo fechei a boca quando ele me beijou. Sai já já, ele disse então e as bochechas cor de terra tremiam que nem geleia.

Não esperei segunda ordem e ia abrindo a porta quando ele me avisou rindo aquele riso esquisito que eu podia bater as asas mas antes tinha que deixar a plumagem. Não entendi que plumagem era essa e daí ele deu um puxão no vestido e disse que a plumagem era isto.

Fiquei desesperada e comecei a chorar que ele não me tirasse o ves-

tido porque me prendiam se eu aparecesse só de combinação e depois era mesmo uma coisa indecente e todos iam caçoar de mim. Mas ele ria ria arreganhando o beiço e mandando que eu deixasse o vestido e caísse fora.

Eu então quis ficar de bem e pedi tanta desculpa prometendo ser boazinha mas não sei porque foi que ele ficou ainda mais fulo quando eu disse que gostava dele que só vendo e estava arrependida e tudo. Não sei mesmo porque foi que ele espumava que nem um touro arreliado a me chamar disso e daquilo.

Comecei então a ficar ofendida porque eu não era bem aquelas coisas que ele dizia não senhor. E depois ele não tinha nada que puxar o nome da minha mãe que era boa e linda como um anjo. Isso não estava certo porque nela que estava morta ninguém tinha que bulir. Ninguém.

Foi o que eu disse e disse ainda que eu não merecia tanto desaforo porque trabalhava das dez às quatro da manhã num salão de danças e se às vezes ia com este ou com aquele era por amor mesmo.

O bofetão veio nessa hora e foi tão forte que quase me fez cair do banco. Fiquei com um zunido no ouvido e a cara ardendo e chorava chorava pedindo a ajuda da minha mãe como sempre fiz nas aperturas. E também pensei no Roque que era tão bonzinho pra mim e que um dia quase surrou num camarada que passou esbarrando no meu braço. Agora eu estava apanhando sem merecer...

Quero ir embora, pedi me abaixando pra pegar meu lenço que tinha caído. Pelo amor de Deus me deixa ir embora, gritei.

Foi então que vi num relâmpago o punho do velho descer fechado na minha cara. Foi como uma bomba. Meu miolo estalou de dor e não vi mais nada.

De repente tive um estremecimento porque uma coisa me disse que o velho ia acabar me matando. Meu cabêlo ficou em pé. Que medo que medo minha Nossa Senhora porque ele acabava me matando mesmo... E quis fugir e dei com as costas na porta mas ela estava bem fechada.

Fui escorregando do banco e já ia caindo ajoelhada no fundo do automóvel quando estiquei o braço pra não cair de todo e nessa hora achei uma coisa fria e dura no chão. Era o ferro. Se eu bater com esse ferro na cabeça do velho ele fica desacordado, pensei. E também pensei depressa depressa nas brigas que eu tinha visto e nos homens que levavam cadeiradas e caíam desmaiados e logo se levantavam só com uma brecha e iam embora como se não tivesse acontecido nada.

Então num salto me levantei e dei com o ferro na nuca dele. Assim que comecei a bater fui ficando com tanta raiva que perdi as trasmontanas e batia batia com toda a força e só parei quando o corpo foi vergando

pra frente e a cabeça encostou no guidão. A buzina começou então a tocar e levei um susto louco porque pensei que ele estivesse chamando alguém. Mas o velho parecia dormir de tão quieto.

Fique aí agora beijando a buzina para ver se é bom, eu disse. Ele não se mexeu. Então me abaixei para ver a cara dele e dei com aqueles olhos arregalados olhando para mim e a boca aberta como se quisesse morder.

Comecei a suar frio e aquela buzina que não parava mais e aquele sangue morno e grudento que não sei como pingou na minha mão... Limpei ligeiro os dedos na almofada e catei minha carteirinha. Fuja Leo, fuja que não é nada, eu disse. Daqui a pouco ele desperta e se te pega aqui você está perdida.

Quando dei acordo de mim estava correndo pela estrada. Quanto mais eu corria mais fraca ia ficando a buzina que me perseguia correndo comigo também. Só parei quando não ouvi mais aquele *onnnnnnn* que já estava me deixando maluca. Arranquei então os sapatos e fui andando bem achegadinha ao barranco porque não queria que os automóveis que passavam dessem comigo assim.

Anoitecia e tive então um medo danado naquela escuridão e naquele frio. Fui andando e fui chorando como só tinha chorado quando o Roque me deixou. Lembrei de Olho Dágua e das vezes que eu andava de pé no chão pelas estradas e que era tão alegre apesar de levar os pescoções de madrinha e de ter que fazer as crianças dormir e tudo. Agora a vida era triste triste porque eu gostava de dançar mas só com alguns fregueses que eram bem educados e não com os outros que vinham pisando que nem elefante, sempre convidando a gente para dormir e beliscando como se a gente fosse de borracha. Pensei como a vida era ruim ainda mais com toda essa trapalhada com o velho. E senti muita falta do Roque que tinha sido tão bonzinho e também senti um pouco de falta do Hortênsio e do Octávio. Mas mais ainda do Roque.

Quando cheguei no meu quarto me atirei na cama com aquela canseira que eu sentia nas primeiras noites que dançava lá no salão. Só acordei na tarde do dia seguinte e acordei gritando porque parecia que tinha uma buzina debaixo do meu travesseiro. Acho que sonhei tudo isso, pensei sem coragem de me levantar. Foi sonho foi sonho... E de repente dei com o vestido *marron*.

Fiquei então com vontade de me afundar no colchão. Eu me sentia vazia como se não tivesse mais nada dentro de mim. Nem para chorar eu tinha ânimo e só fiquei repetindo matei o velho matei o velho...

Anda Leo, eu disse para mim mesma. Não lembre mais disso que o

velho não morreu coisa nenhuma e a estas horas já está pulando por aí. Então fui fazer café e depois que tomei café e comi um pedaço de bolo que Rubi tinha trazido de uma festa fiquei mais contente e fui para rua pensando que o velho devia estar fulo. Mas era bem feito porque ninguém mandou ele ser um malvado e encher a cara da gente de bofetão.

Saí para ir na casa da Alzira ver se achava a Rubi e acabei parada defronte daquela vitrina a olhar a boneca que agora estava com um vestido azul.

Já que eu estava alí inventei de pedir o meu vestido *grenat* que tinha ficado na cabine. Amaldiçoada hora essa. Ah minha Mãe Santíssima por que foi que me deixou pedir aquele vestido?... A estas horas eu não estaria aqui.

Mas uma coisa me arrastou até aquela vitrina e agora eu estava parada na porta procurando ver lá dentro a vendedora ruiva. É melhor eu entrar, pensei, e se ela perguntar do velho eu digo que não sei dele e assim ela não desconfia de nada porque se eu fugir é pior e aí é que ela vai pensar que fui eu mesmo.

Nesse instante tive um pressentimento de que devia fugir depressa e nunca mais voltar ali. Anda Leo. Fuja fuja agora. Quando dei o primeiro passo para correr a vendedora ruiva me viu. Ela estava conversando com um homem perto do balcão. Assim que deu comigo ficou de boca aberta olhando para mim. Depois me apontou com o dedo.

O homem dobrou o jornal e veio vindo devagar pro meu lado. Fiquei pregada no chão. Ele veio vindo veio vindo com um risinho no canto da boca. Botou a mão no meu ombro e disse: belezinha do vestido *marron* venha comigo mas bico calado.

E me trouxe para cá.

L Í G I A F A G U N D E S T E L E S

DESTINO

Há, perto ou longe — não importa —
Um destino qualquer.
Sei o caminho para lá chegar,
E vencer — ou morrer.
Bela estrada deserta,
Batida pelo sol, banhada do luar!
Vê-se um nome gravado sobre a porta
E a porta aberta
De par em par.
Perto ou longe — que importa? —
Deixá-la estar.
Consola-me que exista à minha mão,
Junto da minha fome
E do meu coração,
Esse caminho, aquela porta, e o nome.
Para vencer,
Para morrer,
Só sei dizer:
Ainda não!

CABRAL DO NASCIMENTO

Á L B U M

O avô tinha sido um ancião convencional
que se enterrou de sobrecasaca e polainas;
e a avó — uma menina pálida que morreu ao pari-la:
o pai fez algumas baladas,
contam que tinha uma luneta para olhar ao longe.
Daí, — a mão dobra a página do livro,
e a história da tataraneta finda com uma estocada no ventre:
há destinos travados, lenços quentes de lágrimas,
algum incesto, uma violação sobre um sofá antigo...
Quando a mão dobra a página, há rastros de sangue no soalho.
Esta é a mais nova das cinco.
Veja que os seios são como neve que nós nunca vimos
e ninguém nunca viu o pai que lhe fez um filho;
e o filho desta menina é este moço de luto.
Agora vire a página e olhe o anjo que ele possuiu,
veja esta mantilha sobre este ombro puro,
e estes olhos que parecem contemplar as nuvens
através da luneta avoenga. Veja que sem o fotógrafo querer
as cortinas dão a impressão de caras impressionantes
por detrás da gravura: um estudante de cavanhaque e outro de capa.
Repare bem o braço que ninguém sabe de onde
circunda o busto da moça e a quer levar para um lugar esconso.
Fixe bem o olhar com o ouvido à escuta para perceber a respiração grossa,
os gritos, os juramentos... A saia negra parece um sino de luto,
e o decote é a nau que a levou para sempre. E este fundo de água
pode ser o mar muito bem, mas pode ser as lágrimas do fotógrafo.

J O R G E D E L I M A

PÁGINAS DE ANTOLOGIA

EVOLUÇÃO MITOLÓGICA DE BACO

ATRAVÉS a bruma das idades, vão os meus olhos sonhando, em ridentissimas miragens, a pompa das vindimas do mundo velho, que os prosaísmos da vida egoísta exautoraram das suas galas mitológicas.

É a cepa, transfigurada num deus adolescente, árico de origem, com a cabeça cheia de diabos azuis, caprichoso e histérico, que pelo entusiasmo das festas inspira o teatro ao mundo antigo; deus fugaz, inexplicável de génio, amoroso, faiscante, risonho, sanguinário, terrível, que ora se disfarça nas eflorescências do símbolo, ora faz boiar à flor da realidade, o seu divino corpo de efebo, perfumado e nu. É ele o último gentil-homem do Olimpo que deixa a Índia, sua mãe pátria, para entrar na Grécia embalado nos braços de Sileno, o velho frascário que lhe incute os segredos convulsivantes do mosto, e as voluptuosidades rubras das vindimas. Desde então, ensaiam representá-lo, por um fetichismo intencional nuns esboços de escultura, donde a imaginação grega virá a arrancar noções para as futuras e extraordinárias metamorfoses do deus.

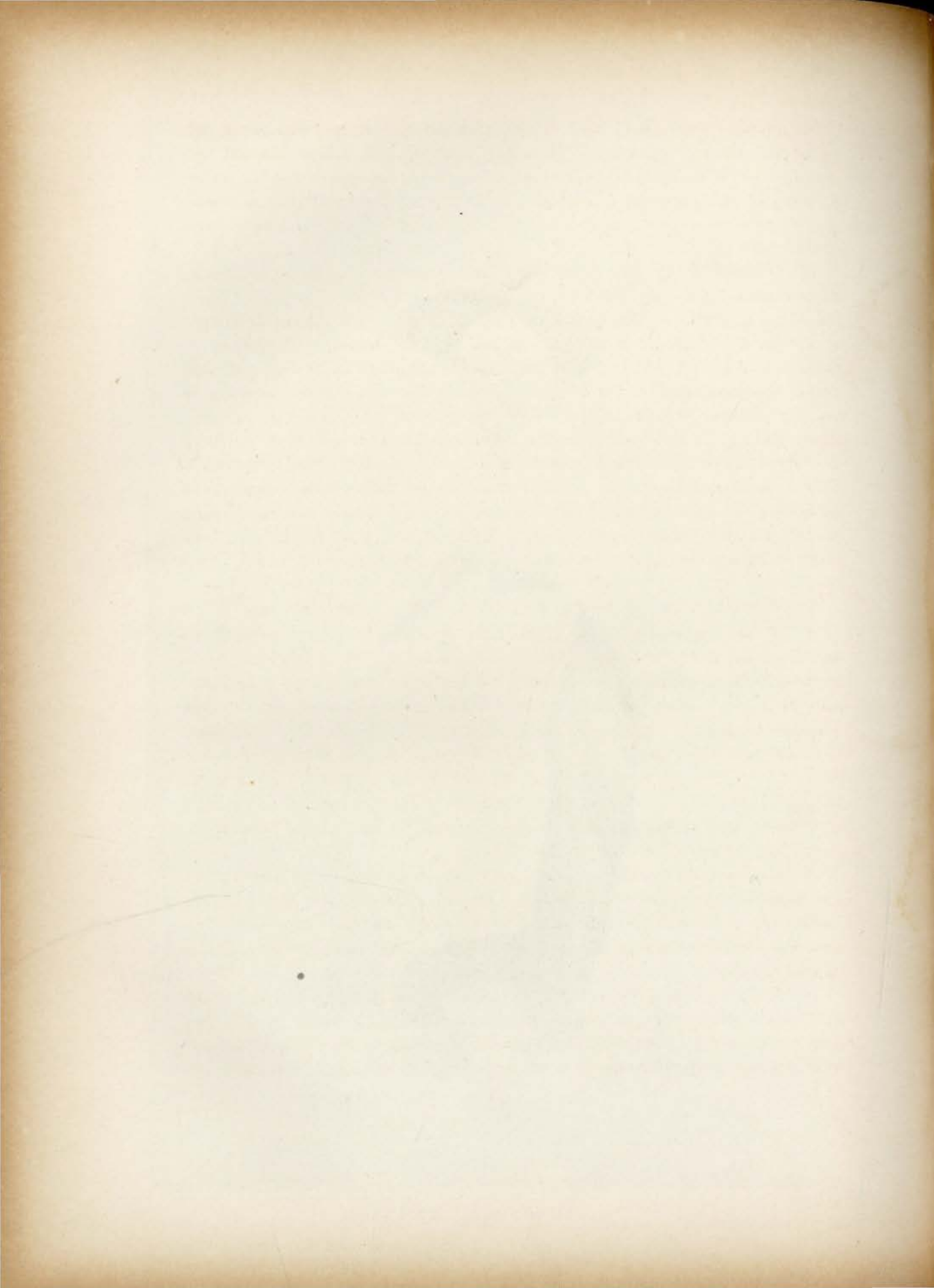
Aos juvenis amores que por entre as vinhas passeiam as primeiras emoções do idílio, escandecidos de sol, enlaçados, e com o olhar absorto no desejo, ele aparece nas nodosidades das cepas que de acaso pareçam modelar alguma máscara de cara galhofeira, com a sua grande barba de pâmpanos, e as vides que ascendem, cintilando nos seus vernizes circulantes, e que rolam numa espécie de anseio tumultuoso, são como os braços do deus, abertos para abençoar os noivos que passam, estreitando-lhes as cintas, a fim de melhor lhes condensar o prazer. Não ouvem?

Já lhe levantam estátuas, e poetas anónimos lhe tecem genealogias bizarras, aonde as alusivas transparências da fábula deixam recompor um patético culto à natureza.

Ele é o filho de Sémele, terra vegetal, fecundada por Zeus, deus do ar, donde escorrem as chuvas da Primavera, sendo a terra abrasada em seguida pelos fogos do Estio. Porém seria imperfeito, roubado à acção maturativa dos grandes orvalhos do outono: e eis que chegam para amamentá-lo e fortalecê-lo, as Híades pluviosas, brancas filhas do Oceano, com os seus peitos gotejantes.

Já a criança assim robustecida, vem mostrar-se em mármore nos baixos relevos dos templos, correr nos atalhos tépidos da Hélade, sob la-

«Velha alentejana»

(Aguarela inédita de Fialho de Almeida,
da colecção Marques Valente)

tadas ditirâmbicas, num carro de panteras negras, entre sátiros com pés de cabra, músicas rústicas de frautas, e juventudes que esbanjam virgindade nos amplexos selvagens do vinho — todos os vortilhões enfim do sangue que formilha vitalidades irresistíveis! Desde então, as vindimas tornam-se a doida quermesse dos países do sol: tudo dança, tudo canta, tudo ri!

O amor é um divino poema enquadrado nas paisagens violentas da vinha: e para o ler é necessário ser novo, estar forte, e beber. Baco faz-se agora o riso do lar, a flama do holocausto, a vida íntima do corpo, a energia dos músculos, a faísca do génio, a escandência do sangue — turbilhão que explui nesse vasto movimento impulsional, e nas palavras deixa titubeamentos sublimes, e exacerba todos os ardores, e incende todas as cóleras, e esgarça aos ventos todos os raciocínios e todas as tristezas. Ei-lo aí de taça alta, feita dum côncavo de casca de árvore coroada de parras, os olhos borrachos, espremendo o sumo dos cachos olorantes, com a sua tenra figura de Apolino radioso, amolecida numa delicadeza de linhas mórbidas ainda de juventude, em cujo botão parece dormir, ninfeia alba, a graça viril do futuro adolescente — e as roscas de carne sobram-lhe nas curvas dos pequeninos membros relaxados de vinho.

A sua idade caminha e progride, e aperfeiçoam-se em paralelo os mistérios do culto que o país das estátuas lhe vota. Esta divindade imberbe e infantilmente amorosa como um primeiro período de ebriedade, não pede em começo mais do que pequeninas festas campestres, sem grandes pompas rituais, sem ruídos, nem cortejos de cidades, nem marchas de guerreiros semi-nus, entoando o poean, *nas cadências do passo ginástico. É um deus rústico, que na época das vindimas, quando as abelhas zumbindo se abatem de entorno às videiras vergadas de frutos, se faz passear em efígie tosca, ao derredor das vinhas, numa padiola levada por vindimadores.*

Um escravo conduz adiante um vaso engrinaldado de parras, em que referve o primeiro vinho do ano. Outro, após ele, traz um cesto de figos; em volta escorregam valsando os pares abandonados — e logo uma virgem ergue acima das cabeças o phallus *sagrado; símbolo da fecundidade.*

Nada encantador como esta procissão pagã, glorificadora das grandes forças misteriosas da terra, e congratulando pelo amor os espíritos sinceros do povo. Ainda agora as nossas vindimas parecem guardar reminiscências destes primitivos cortejos, cheios de cantigas, volitando em

danças rudes, e cuja gracilidade plástica dir-se-ia atinente a divinizar as culturas sacras dos vedonhos.

Nos mais antigos vasos gregos, a pintura retrata esta forma inicial das bacanais, com o seu cortejo animado, desfilando ao clangor dos Evoés, entre coroas de parras e tirsos.

Uma pedra achada em Óstia, diz Paulo de Saint Victor nas Deux Marques, *representa Baco já homem, com um leque de barba feito de quatro asas de abelhas, e a risonha boca entreaberta, como um cortiço aos enxames. Não é ainda o deus terrível que se vai abalançar à conquista do mundo, igualando por suas estranhas metamorfoses as aventuras do Vichnou indostânico, mas um companheiro alegre, um borracho benévolo e delicado, um deus bom rapaz, que nos faz esquecer na sua hilaridade, todas as horas más que a vida tem.*

Breve, mui breve todavia, essa fase de nonchalance *olímpica se apagará, desde que se lhe faça impetuoso o sangue nas veias, e lhe refervam lá dentro os ardores da idade, e lhe retumbem explosões de paixão dentro do peito.*

Já ele começa a exigir sardanapálicos amores aos seios alvinitentes, que apenas um calmo arfar santifica; já ele encanta e perturba as ligeiras cabeças loiras, com os penetrantes vapores que exala.

Um riso baba-lhe os beiços, e escancara-lhe as fauces, bestializado numa espécie de sensualidade ululante.

Há crispaturas na sua face barbuda e grosseira — e as cordoveias do pescoço entumecem-se-lhe num preâmbulo de cólera frenética, e de embriaguez furiosa, que aspira, com a venta tigrina, o sangue dos assassinatos.

Já aos seus gritos os espinhaços das panteras negras do seu carro se arqueiam e corcovam, nos espasmos que o fumo do sangue desperta; e o cortejo se mescla e engrossa de figuras nada tranquilizadoras. Às harmonias da marcha cadenciada, sucedem-se hesitações nos grupos, fumaradas de orgia que avança pedindo cruezas à carne, vortilhões de monstros lutando entre o lampejo metálico das flechas! os beijos furtados uivam de apetites convulsos. Entre a fúria dos mugidos báquicos, à luz dos fachos, sob as ramagens dos loureiros, dos ciprestes e dos plátanos, rodilhões de personagens galopam, em estranhas promiscuidades, cantando nas penumbras do bosque, derredor do carro do deus. E tudo se anima e transfigura como ele!

Já os sátiros advêm por esquadrões, e os troncos da floresta rasgam os seus ventres centenários, para deixar sair as dríades, desgrenhadas e loucas, com insectos de oiro em constelações sobre os cabelos verdes.

Mil e mil abstracções simbolizadoras das fecundas seivas da natureza, tomaram corpo, engrossando a turba, e desfilam por estranhas famílias, ele aegipans, centauros, silenos ventrudos como guardiões, esboços de criaturas, caprichos de animalidade, monstros criados com retalhos de todos os seres, meio homens, meio cabras, meio serpentes, meio génios... — grandes larvas exóticas do húmus terreno, que muitas forças tivessem fecundado ao mesmo tempo!

Eis que a orgia atinge paroxismos trágicos, e espadanando nos vales, começa por assolar os tranquilos campos, como um dilúvio de búfalos selvagens. É quando a festa desandou em catástrofe, e dos peitos golfa a podridão das vinganças!

Como no sacrifício da missa, transfez-se o vinho em sangue nas taças dos sacerdotes, e vivo ainda, numa agonia muda, lá vai manchar as máscaras de gesso das bacantes, e as suas túnicas fendidas de alto a baixo, sobre os seios abocanhados.

O furor do vinho leva à morte as primeiras vítimas: é o deus que reclama sacrifícios! E o mundo inteiro se apavora desta terrível cólera sanguinária — as árvores que suplicam clemência, com os seus braços de escravos vergastados; pássaros tresnoitados que fogem, ramo em ramo; e as águas dos regatos, enrubescidas de sangue inocente. Evoé! São as bacantes que debandam contra os maciços da folhagem, a estrangular nos seus antros os leõezinhos de mama! Sátiros que asfixiam as ninfas, com seu amor de bestas feras! Touros decepados, cuja agonia guarda a religiosa tristeza dum cântico. Evoé! Evoé! — e de todas essas carnes que agonizam, e contraídas mugem, jorra um sangue generoso, em fumaradas, que se espalha e circula, regando a terra comovida por hecatombe tamanha.

Tal é a evolução mitológica de Baco: psicologia do vinho, esmaltada num quadro alegórico, que eu vejo e revejo nas suas maravilhosas contramarchas, com os olhos absortos de Cânova contemplando os frisos do Partenon.

(Do livro: «O PAÍS DAS UVAS»)

F I A L H O   D E   A L M E I D A

DESAFIO

Aumenta a meus pés
os pesados grilhões.
Sete dores é pouco. Prende mais.
Prende milhares.
Encadeia-me bem, se é esse o teu ofício.

Conheces de sobra
meus entusiasmos suicidas.
E bem sabes
que darei tudo de mim, para escapar-te.

Dor, Morte, Vida, Sonho,
Incógnita-de-muitos-nomes-
que-determinou-esta-eclosão-de-mundos-,
mostra-te grande, para que eu seja maior,
vencedora ou vencida,
ao tentar conquistar-te.

Do teu império transporei os muros,
pela porta, se a abrires,
ou de rastros
pelas fendas,
como os répteis, os ratos, a enxurrada,
furtiva como animal nocturno,
rebelde como as feras acuadas,
bem negra de lama

de desespero
e de pecado.

Demónio de rosto velado,
velo contigo.
E irei contigo e contra ti
pela existência inteira,
e, quem sabe? além dela.

Por tua própria lei,
nada no mundo impedirá que eu cruze
tua larga fronteira. —

APENAS UM INSTANTE

Sinto-me prosseguir
tranquila e fatalmente
como um rio.
Misteriosas nascentes
trouxeram-me de longe o impulso inicial.

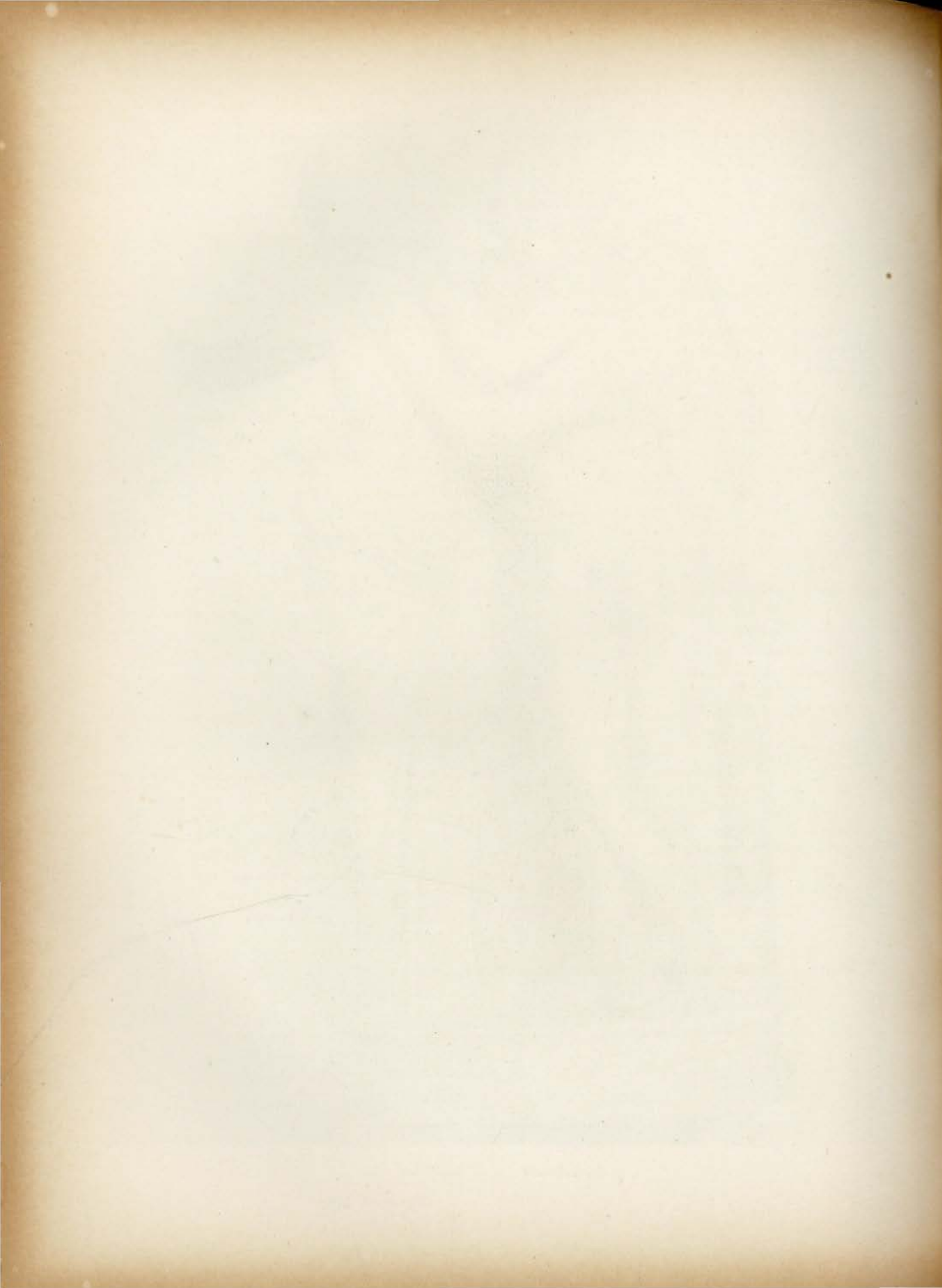
Levo comigo os séculos
densos e fundos
para desaguar não sei em que oceano.

Sinto-me prosseguir
como se não tivesse começo nem fim.

E no entanto
sei em definitivo
que sou apenas o instante que passa.

R U T H G U I M A R Ã E S

«Amor e Psique»

(Escultura grega)

QUEM VÊ DEUS, MORRE...

(O MITO DE PSIQUE)

A JOSÉ ALMADA NEGREIROS

As «histórias» da Hélada, — partam, embora, dos mais diversos pontos de vista —, concluem unânimes pela exaltação de um povo que gostosamente saboreou os frutos da «Árvore da Ciência». Se a história da filosofia é o mais íntimo da história universal; se o progresso da consciência é o próprio sentido da universalidade, — a «razão» que a história procura, subindo e descendo o multimilenário curso dos fenómenos étnicos e nacionais —, na verdade merece a cultura grega a incontestável e incontestada admiração dos Séculos. Pois a Grécia não sòmente se nutriu dos «frutos», como também plantou e cultivou a «árvore» donde colheram as sucessivas gerações o primeiro e natural alimento da mesma fome de Absoluto.

Sob vários aspectos, é a Grécia um termo e um início. Reconhecemo-lo explìcitamente, quando, na perspectiva didáctica da história universal, dividimos o mundo Antigo em Oriental e Clássico, pela linha do horizonte idealista. Efectivamente, na sua expressão original, parece o idealismo grego a mais directa confirmação do bíblico «*aperientur oculi vestri*»: segundo Aristóteles (V. *infra*, pág. 44), o desejo natural de saber é significado pelo próprio exercício da sensitividade visual, e já no sistema de Platão era a ideia o supra-sensível prolongamento da visão natural.

Neste particular, é a Grécia a fronteira do Oriente e do Ocidente.

Para além do horizonte idealista, no subconsciente e sub-histórico Oriente, dorme embalada ao ritmo do verso, ou jaz encantada sob o gesto ritual, a *ideia* que, no Ocidente, aquém do horizonte idealista, despertará para a vigília, consciente e histórica, dos futuros séculos.

Ao passarmos da Antiguidade Oriental à Antiguidade Clássica, assistimos mais bem a uma metamorfose semelhante à primaveril desnudificação da Natureza hibernal, que a um trânsito do *mesmo* ao *outro*, ou à substituição de *estado* por *estado* que mùtuamente se excluam.

Não o esqueçamos: a linha que separa o Ocidente do Oriente, — a Grécia, de Creta, do Egipto ou da Anatólia —, é a linha movente do idealismo. Ao lembrá-lo nos advertiremos de que as separações abismais resultam sempre da ilusória perspectiva de um progresso rectilíneo, que não consente a ondulação da vida.

A divulgação da cultura deforma irreflectidamente esta relação entre a Antiguidade Oriental e a Antiguidade Clássica. Ainda hoje se descreve a origem e a evolução da política e da ciência helénicas, como a guerra mortal que um pensamento iluminista moveu a uma religião obscurantista. A religião é o Oriente, a ciência é o Ocidente. O Oriente é a noite, o Ocidente, o dia. O Oriente é a inércia do ritual, o Ocidente, a mobilidade da instituição O Oriente é a cega submissão ao dogma, o Ocidente a esclarecida libertação pelo teorema.

Estabelecida nestes termos contradi-

…tórios a fronteira entre o Oriente e o Ocidente, dir-se-ia que, na Grécia, a «Árvore da Ciência» *cresceu rancorosamente contra o solo onde mergulhara as próprias raízes.*

Ora, a mais interessante verdade é que aconteceu històricamente, no Mundo Antigo, o que fenomenològicamente se dá em todos os tempos e lugares: o perene diálogo da religião, pelo canto dos poetas, e da ciência, pela palavra dos filósofos.

Bem encarada esta relação entre os dois tipos de pensamento, não é difícil transpor o abismo que, culturalmente, parece separar o Ocidente grego do Oriente bárbaro. Do diálogo que a poesia e a filosofia, há dois milénios, travaram em terras gregas, nós ouvimos, hoje, apenas o que passou através dos rumorosos tempos. Por motivos óbvios, a cultura *filtrou,* digamos assim, o diálogo de outrora. Das palavras do interlocutor-filósofo, sòmente escutou as que lhe poderiam servir para a reconstituição do insignificante monólogo, que veio divulgando sob título de «história da filosofia». As palavras do interlocutor-poeta, essas, amontoou-as em volumes monstruosos de «história da literatura», donde retira, de quando em quando, fórmulas que lisongeiam o gosto da época e opiniões que justificam a prática instante. O resultado da cisão, — do distanciamento, que não permite, agora, o reencontro do poeta e do filósofo, que, outrora, *conversaram* a mesma realidade por diversos sistemas de categorias —, é sombra de uma sombra, a representação falaz de um antagonismo aparente, e esta, por seu turno, obscurecerá para sempre a viabilidade de uma fenomenologia da expressão, único meio de reestabelecer a autêntica fisionomia da Antiguidade.

A «Árvore da Ciência» germinou em solo grego. Admitamo-lo, ainda que custe sacrificar ao particularismo étnico a universalidade da ciência. Admiti-lo, porém, não dispensa que prossigamos coerentemente pelo fio de imagens que aderem à metáfora proposta: a flor não se opõe ao ramo, nem o ramo nega o tronco, nem o tronco abole a raiz, nem a raiz aniquila o solo. A terra, — digamos, neste caso, a religião —, sustenta a árvore, — a filosofia; e esta nutre-se da terra, não só no momento de germinar, mas em todos os graus sucessivos do próprio desenvolvimento, da ínfima radiciação à suprema florescência.

Noutros termos: o diálogo da poesia e da filosofia gregas, não data apenas do nocturno passado das «teogonias»; — a poesia lírica e a filosofia da Natureza, a tragédia esquiliana e a primeira reflexão ética, Eurípides e a sofística, a miturgia platónica, o alegorismo dos estóicos, são outras tantas fases do perene diálogo, que se sucedem em épocas mais esclarecidas pela luz da história.

Nas páginas que vão seguir, tentaremos comprovar a veracidade desta tese, pela resolução de um problema discutidíssimo: a composição literária do *Asinus Aureus.*

Sob o título de «*Lúcio*», «*Metamorfoses*» ou «*Burro de Ouro*», legaram-nos as letras latinas um romance notabilíssimo, da autoria de Apuleio, cujo atractivo principal reside, ao que parece, na sua composição. A parte mais extensa (8 livros) coincide, na matéria, com outro romance, atribuído a Luciano, escrito em língua grega, e também intitulado de «*Lúcio*». O último livro (Livro XI) narra a iniciação do protagonista nos Mistérios de Ísis; é, por ventura, a fonte mais abundante de que dispomos para o conhecimento deste culto famoso. Enfim, na extensão de dois livros (parte do IV e do VI e todo o Livro V) dá-nos o ilustre afri-

cano de Madaura o único relato do mito de *Eros e Psyche.*

Na composição do «*Burro de Ouro*» têm incidido os mais diversos juízos críticos, prevalecendo, todavia, o que resulta da comparação das versões de Apuleio e de Luciano. Neste caso, a opinião da crítica, tanto desfavorece o escritor latino, censurando-o de haver desfigurado a fábula com impertinente misticismo, quanto louva o escritor grego porque a soube converter em deliciosa sátira dos costumes da sociedade Antiga.

Consintamos provisòriamente no juízo da crítica. Ao ler o «*Lúcio*» latino, compreendemos que dificilmente se possa harmonizar o jeito grotesco das primeiras páginas com a solenidade hierática das últimas. Compreendemos, portanto, a censura que resulta da comparação com o «*Lúcio*» grego, onde a tonalidade humorística se mantém da primeira à última página: quanto mais se assemelham as aventuras do asno, paralelamente desenvolvidas nos dois romances, tanto mais díspares se nos afiguram o mito de Psique e a iniciação isíaca; e tanto, que no romance de Apuleio chegarão estes episódios a ser considerados como supérfluos e até como *postiços!*

Sê-lo-iam, efectivamente, se o propósito do escritor latino coincidisse com o do escritor grego. Mas não cremos que Apuleio apenas pretendesse divertir o público. Correndo, embora, o risco de exceder o autêntico significado do romance, devemos presumir que as deficiências estruturais ocultam a *intenção* coesiva daquelas suas heterogéneas partes.

Se assim for, converter-se-á o problema *literário* no problema *fenomenológico,* cuja solução desejaríamos sugerir aos nossos leitores:

Nos anos derradeiros do paganismo romano-helenístico, que ideia teria associado um mito e um rito de incontestável nobreza, às consequências picarescas de um acto de magia negra? Que relação existirá entre as aventuras de Lúcio, o mito de Psique e a iniciação nos Mistérios?

O Mito de Psique

Eros e Psyche, o grupo de figuras aladas que se abraçam e beijam, é conhecido por numerosas representações plásticas, algumas das quais datam do Século IV a. C. (1), mas só Apuleio relatou o mito nas mais belas páginas do «*Burro de Ouro*». Na tradução de Francisco António de Campos, publicada em Lisboa, no ano de 1847, encontrá-las-á o leitor português com a frescura que só a proximidade da fonte proporciona, e sem as dificuldades do original latino. Entretanto, um breve resumo servirá de referência a quem não possa imediatamente recorrer ao texto.

Era uma vez um rei e uma rainha que tinham três filhas de rara beleza. Porém, tanto excedia a formosura da mais jovem a daquela «que os louvores dos homens podem convenientemente celebrar», que chegara o povo da cidade e das regiões vizinhas a divulgar a fama de que Vénus «pùblicamente patenteava a sua divindade e era conversável no meio do povo». À donzela dirigiam as súplicas, em seu nome sacrificavam. E, assim, pouco a pouco foi imergindo no esquecimento o culto da deusa, até que esta, de ânimo inflamado pelo ciúme, exigiu do filho vingança da afronta.

No entanto Psique, — tal era o nome da donzela —, não colhia saboroso fruto da adoração que lhe prestavam os povos. A mesma adoração a apartava da felicidade que a suas irmãs não fora

recusada; havia muito que elas tinham desposado reis, enquanto Psique lamentava a sua desamparada solidão. Mas, se triste era o presente, maior tristeza lhe reservava o futuro: falara o Oráculo de um lugar terrível, onde a mísera haveria de celebrar fúnebres esponsais com um monstro que os próprios deuses enchia de pavor. E, como ao Destino, todos, mortais e imortais, se submetem, Psique, acompanhada por todo o povo em pranto, vai, com passos firmes, ao encontro do drama da sua existência.

Do alto de um rochedo desce a um vale delicioso onde se ergue um palácio encantado. Vozes de corpos invisíveis convidam-na a sentar-se à mesa nupcial, e, chegada a noite, recebe em seu leito o incógnito amante, o qual logo a adverte dos horríveis tormentos que terá que sofrer, se mais confiar na perfídia das irmãs, que nas delícias da hora presente. Mais tarde, Amor, — que outro não era o nocturno visitante — mais claramente pronuncia a ameaça da Fortuna: — «aquelas lobas, com grande afinco te armam insídias nefandas, a principal das quais é que examines o meu semblante, o qual, como tantas vezes te tenho dito, se uma vez o vires, nunca mais o verás». Mas, como que para lhe minorar o tormento da inquietação, também anuncia a próxima maternidade. Ilusória consolação! O destino do filho está indissolùvelmente ligado ao destino da mãe: — «se guardares o nosso segredo em silêncio, o nosso filho será divino; se o divulgares, será mortal».

O Fado cumpre-se. Dóceis nas suas mãos omnipotentes, a inveja e a perversidade das irmãs fazem esquecer tudo quanto poderia tornar Psique invulnerável, ante as arremetidas da Fatalidade. Certa noite, a descuidosa tira a lucerna, cheia de azeite e brilhando com uma luz clara, de sob o alqueire que a encobria, — do esconderijo que preparara —, e, empunhando o ferro libertador, aproxima-se do leito onde dorme o terrível monstro. Pois assim cuidava ela que fosse o terno amante, desde que mais puderam no seu ânimo as pérfidas irmãs, do que o amor que já não se contentava de ser cego. Mas, ai!, eis que lhe entrega o rasgado seio da noite, em lugar do temível dragão, a imagem sublime de um deus adormecido. Arrebatada, estremece e arde, toda ela, e não já apenas as entranhas do seu ser obscuro; depois, insaciável, leva-a a curiosidade a tocar nas armas que jaziam aos pés do leito, e, de mãos ainda frementes, fere-se nas setas do poderoso deus: «assim a ignorante Psique se inflama de amor por Amor».

É então que, movida pela nostalgia do senhor de todos os fogos, uma gota ardente da lucerna cai no ombro da divindade, que desperta e desaparece, não cuidando da ferida que só ele poderia sanar. Este é o primeiro momento crítico no drama de Psique. A existência dela passará, depois, num vaguear inquieto pelo mundo em busca de Amor, que a desobediência lhe arrebatara.

Recorre a Ceres e a Juno, que não lhe valem, por tal lhes não ser lícito. Por fim, cai em poder de Vénus, que já então a procurava, não só pela antiga afronta, como também pela vingança frustada. Mal correspondendo às súplicas da jovem, impõe-lhe a deusa tarefas que tanto excedem as humanas possibilidades, que mais parecem meios certos de perdição: separar um monte de sementes diversas, trazer lã dos carneiros do Sol, ir em busca da água estígia e, enfim, descer aos infernos para de lá trazer numa boceta um pouco da formosura de Prosérpina.

Em todas estas provas lhe assiste Amor; prestam-lhe os entes e as coisas

o auxílio que permite levá-las a bom fim. As formigas separam as sementes numa noite de labor; a «cana viçosa, suave criadora de música» aconselha-a a esconder-se dos ardores do Sol; a águia, «ave real do supremo Jove», enche a urna de água estígia; a torre, donde Psique intenta arremeçar-se para «ir ter aos infernos em direitura», ensina-lhe o caminho e proporciona-lhe o viático; e, quando no regresso a invade «um sono infernal e verdadeiramente estígio» por, mais uma vez, não ter resistido à curiosidade, é o próprio Eros que acorre e «limpando cuidadosamente o sono, e colocado segunda vez no seu anterior lugar da boceta, desperta Psique com o inocente toque da ponta de uma das suas setas».

Este despertar é outro momento crítico no drama de Psique. Mas o segundo ferimento das setas de Amor, confere-lhe a imortalidade e o gozo pleno da união perfeita com o divino esposo.

Exegese Alegórica

Numa erudita nota, dedicada às interpretações tradicionais, refere, depois, o tradutor português do *Asinus Aureus* os indícios de interesse que a paixão aventurosa de Psique mereceu dos poetas e dos estudiosos modernos. Em Portugal, Sá de Miranda, em França, La Fontaine, Corneille e Molière, e não sabemos quantos mais poetas de outros países, metrificaram a «fábula» Antiga. Quanto a estudos interpretativos, além dos mencionados pelo nosso tradutor — os de Fulgêncio, Bergero Torlácio e John Bellamy, este último publicado em 1813 —, haveria que acrescentar a bibliografia dos Séculos XIX e XX (2).

O mais recente trabalho que conhecemos é o de um psicólogo suíço, o Dr. A. Stocker, intitulado de «A lenda de Amor e Psique» e sub-intitulado de «O Humanismo Psicológico dos Antigos» (3). Mas, apartado o mui louvável propósito de refutar as apressadas conclusões da antropologia laicizante de Freud e de Kretschmer, as páginas escritas em 1944, pelo sábio suíço, referentes à interpretação do mito, pouco ou nada diferem das que escrevera o erudito português em 1847.

É a seguinte a interpretação adoptada pelo nosso compatriota:

«Psique é mais bela do que suas irmãs: isto é exacto, porque estas são a parte irracional da alma, a vida animal, os dois princípios, o irrascível e o concupiscível, donde procedem todas as paixões; enquanto Psique é a parte intelectual, a razão, que Deus lhes infundiu como imagem da sabedoria divina. O autor, para dar-nos uma ideia da excelência da sua beleza, diz-nos que Vénus lhe tinha inveja, e esta mesma ficção é muito feliz, por ser conforme com os princípios teológicos anteriormente estabelecidos (4). Vénus, de que depois se fez uma deusa, na sua origem não era senão o astro deste nome, cuja luz rivaliza com a do Sol e a da Lua; e sendo Psique uma emanação destes astros, continua contra ela a mesma rivalidade, que existia contra seus progenitores. O rei e a rainha devem portanto ser o Sol e a Lua.

«É também mais nova do que suas irmãs, e esta circunstância conforma-se igualmente com os mencionados princípios. A parte irracional da alma, representada pelas suas irmãs, é denominada pelos Pitagóricos e pelos Platónicos veículo e carro da alma, e era portanto necessário que elas fossem anteriormente formadas para poderem servir de envoltório à inteligência, quando descesse do Sol.

«A sua descida do alto de um rochedo para um vale formoso, é a descida da

Lua para se unir a um corpo, sem que por isso renuncie à sua natureza. E quando neste vale encontra um palácio construído por mãos mais que humanas, calca aos pés pedras preciosas e é servida por vozes incorpóreas, o autor quer dizer-nos nesta pintura, que a alma enquanto for inocente e pura de toda a mancha terrestre, gozará de todo o género de felicidades, terá os astros a seus pés, e será servida por anjos invisíveis de que, segundo a doutrina de Platão, todo o ar está cheio, para a acompanharem e servirem. Mas, se a alma esquecendo-se de sua natureza divina, não amar o que é divino, imortal e eterno; se não fugir a tudo o que é corpo, para desejar ùnicamente objectos invisíveis, perderá toda a sua felicidade, não poderá elevar-se à contemplação de Deus, nem unir-se a ele, que é o fim para que foi criada.

«Psique não pôde conservar por muito tempo a sua pureza. Suas irmãs, a ira e o desejo, a persuadiram a que procurasse ver a figura de seu marido, ou o objecto corpóreo do seu amor; ela o viu e ficou encantada de sua beleza. Por este facto, seu amor até ali intelectual, tornou-se mundano; e sua tendência para os objectos invisíveis mudou de direcção, amando um objecto corpóreo; de que resultou a perda imediata de toda a sua felicidade. Neste estado a alma não podia voltar à sua antiga inocência, nem tornar para a habitação dos imortais, sem ser completamente purificada. Foi então que Vénus, não a vulgar, mas Vénus-Urânia, que preside aos amores castos, a mandou apregoar por Mercúrio, para a punir como escrava sua fugitiva, e estas duas circunstâncias com facilidade se explicam. É escrava fugitiva do amor casto para um amor sensual; e Mercúrio é o encarregado da missão, porque, segundo esta doutrina, ele é condutor das almas tanto na sua descida, como na sua volta para o mundo inteligível.

«Psique em sua desgraça tinha implorado o auxílio de Ceres e Juno. Elas a trataram até com dureza, desculpando-se com Vénus-Urânia, que tinha ofendido com um amor sensual. E havia ainda outra razão para a não protegerem. Estas deusas são virtualmente a Lua, a deusa poliónima, como se verá na bela invocação do Livro XI, na qual se resumem todas as deusas do sexo feminino, assim como no Sol todos os deuses do sexo masculino, e tendo ela manchado sua natureza divina, não podia a Lua, donde tirava a sua origem, auxiliá-la em seu amor sensual, de que devia purgar-se.

«Então Psique entregou-se espontâneamente a Vénus, e principiam seus trabalhos, que não são mais que a sua purificação.

«As purificações segundo o ritual órfico, faziam-se pelo ar, pela água e pelo fogo. O primeiro trabalho que lhe deu Vénus foi o separar um monte de diversas sementes, misturadas todas juntamente. O crivo que significa a ventilação, era o emblema do ar; e no Livro XI, o veremos figurar na procissão isíaca, com este atributo. E ainda que neste lugar se não faz menção do crivo, talvez fosse para não descobrir muito a alegoria da fábula; mas não há a menor dúvida que o crivo é o instrumento próprio para a separação das sementes.

«O segundo foi que lhe trouxesse lã dos carneiros do Sol, cuja braveza na ardência do calor, é exprimida com toda a exageração pela deusa Cana, que lhe ensinou os meios de a poder obter. Assim, não podemos deixar de ver neste trabalho a purificação pelo fogo. A circunstância de ser a deusa Cana e não outra qualquer, a que lhe indicou os meios de obter a lã, parece não ser tomada ao acaso. Siringa sofreu esta metamorfose para conservar a pureza da

sua virgindade contra as perseguições de Pã, e este fez dela os sete tubos da sua flauta, que são o emblema da harmonia celeste. O socorro que ela lhe deu é portanto natural.

«O terceiro foi ir buscar a água estígia, que é evidentemente a purificação pela água. A águia, os dragões e mais circunstâncias, parecem relativas à astronomia, mas de que não estou em estado de poder dar explicação.

«Depois desta purificação, ainda a alma não está em estado de se unir ao seu princípio. Precisa de descer à região das sombras, porque só de lá pode passar ao seu último destino. Foi por isso que Vénus a remeteu a Prosérpina; e na volta teve o letargo, que se pode considerar a primeira morte das almas, segundo a doutrina platónica. Assim, depois de purificada, ficou restituída à sua antiga pureza, celebrou-se o casamento legítimo, porque o antecedente era ilegítimo, e foi recebida no número dos imortais. Em todos estes trabalhos foi auxiliada pelo amor, porque conforme a mesma teologia, é ele quem dirige o carro da alma, de que a inteligência é o cocheiro. Tal é na minha opinião o verdadeiro sentido da fábula» (6).

A opinião de Francisco António de Campos é guiada pela do Cidadão Dupuis, aliás, por ele expressamente nomeado numa nota subsequente, acerca da religião «toda astrológica» dos Egípcios (5). É, em suma, a opinião comum dos alegoristas do Século XVIII, cujos representantes mais notáveis, além de Dupuis, o autor da celebrada «*Origem de todos os Cultos*» (1795) (7), são o Padre Bergier, que escreveu dois volumes relatando «*A Origem dos Deuses do Paganismo e o Sentido das Fábulas descoberto por uma explicação passo a passo das Poesias de Hesíodo*» (1767) (8), e Court de Gebelin, que publicou, a partir de 1773, nove grandes volumes versando sobre «*O Mundo Primitivo, analisado e comparado com o Mundo Moderno, considerado no seu Génio Alegórico e nas alegorias às quais conduziu este Génio*» (9).

O «espírito» do sistema alegorista vem excelentemente definido a páginas onze da terceira parte do I volume desta última obra:

«O génio alegórico dos Antigos consistiu na inclinação e no jeito de espírito, que levaram os sábios da Antiguidade a velar as suas lições sob emblemas e enigmas, próprios a torná-las mais atraentes, mais vivas, mais animadas, para que fossem solicitadas com mais diligência e retidas com mais facilidade.

«Por este engenhoso artifício, vertiam no sensível as verdades mais abstractas; mudavam em imagens e quadros as mais áridas proposições e as mais difíceis de compreender; era assim mais amável, mais doce e menos ofensiva, a verdade; personificavam-se os seres inanimados e os seres morais; toda a Natureza assumia nova face; revestindo perfeições e belezas corporais, o que havia de mais metafísico parecia sensível como a Natureza; as próprias relações que existem entre os grandes objectos da Natureza e as respectivas influências nos homens, metamorfoseavam-se numa História de Personagens Ilustres, que despertavam a imaginação e cujos agradáveis aspectos jamais se extinguiam.

«Este génio alegórico desenvolvia-se em palavras figuradas, Provérbios, Metáforas, Parábolas, Emblemas, Fábulas, Apólogos, Enigmas, Relatos Mitológicos, Símbolos e Pinturas Hieroglíficas».

Como se depreende destas linhas, o «alegorismo» nega à expressão imaginífica um significado próprio. Parte evi-

dentemente das hipóteses seguintes: 1.ª) que as imagens *dizem outra coisa*, que não a imediatamente expressa; 2.ª) que uma doutrina *primeira* é portadora do sentido das imagens *segundas*.

Datam os primeiros ensaios de exegese alegorizante da crítica à teologia homérica, e a culminância, do sistema do alemão Creuzer, cuja «*Simbólica*» (10), publicada em 1810/12, foi traduzida em 1838 pelo francês Guigniaut sob o título de «*Religiões da Antiguidade*» (11).

Por motivos óbvios, não estranhamos que o nosso compatriota, no ano de 1847, em Lisboa, permanecesse fiel aos iluministas franceses do Século XVIII, nem tão pouco, a sua ignorância do sistema mais amplo de Creuzer. Não nos surpreende, portanto, que a interpretação do mito de Psique procedesse pela retroversão da «fábula» na psico-cosmologia pitagórica e platónica. Estranhamos, sim, que o intérprete de 1944 use e abuse de um método que, entretanto, por meados do Século XIX, já não merecia a confiança dos estudiosos.

Exegese Simbólica

Não é raro surpreender, em escritos de arqueologia e de história antiga, a mágoa do investigador que se encontra perante «um livro de imagens sem texto» (12). Tal é, *mutatis mutandis*, a mágoa do filólogo, quando se lhe deparam os mitos referidos pelos «clássicos». O nascimento da Anadiomene, a Afrodite que irrompe do seio das ondas fecundadas pelos mutilados órgãos genitais de Cronos; o rapto de Perséfone, perpetrado pelo subterrâneo Plutão, e a dolorosa busca de Deméter; a interrupta gestação de Dionisos, levada ao termo natural dentro de uma coxa de Zeus, e tantos outros eventos fabulosos, — não só estes em que intervêm apenas deuses, mas também aqueles, como a paixão aventurosa de Psique, em que os mortais colaboram com os imortais —, constituem algumas das milhares de páginas de um imenso «livro de imagens sem texto».

A missão do mitólogo é interpretar as imagens.

Entendem uns, — e estes são os alegoristas —, que a interpretação consiste em imprimir, na página ilustrada, a legenda explicativa. E assim preencheu a psicologia neo-platónica ou neo-pitagórica a lacuna que Apuleio deixara aberta nas páginas das «Metamorfoses» que relatam o mito de «Amor e Psique».

Entendem outros, — e estes são os simbolistas —, que as imagens *falam por si* e que o texto explicativo, cronològicamente posterior, nada de novo acrescentará ao «mutus liber», ou, quando muito, apenas virá ampliar, ou traduzir noutra linguagem, o sentido já explícito das imagens.

Cabe a *Johann Jakob Bachofen*, que foi mestre de direito romano na Universidade de Basileia, o mérito incomparável de haver integrado em compreensivo sistema da imaginação mitológica um ou outro eventual pressentimento de que a imagem precede o conceito. E tanto mais importa invocá-lo neste estudo, quanto mais certo é que ao grande arqueólogo romântico devemos também uma exegese do mito de Psique, das mais esclarecedoras.

Demos, pois, a palavra ao autor da «*Simbólica Funerária do Mundo Antigo*».

«O mito é a exegese do símbolo. Desenvolve, aquele, numa sucessão de actos exteriormente ligados, o que este traz unitàriamente em si. O mito assemelha-se à exposição filosófica discursiva, na medida em que decompõe o pensamento numa série de imagens correlatas, deixando ao observador a

possibilidade de tirar a última conclusão acerca do respectivo nexo... Demasiado pobre é a humana linguagem para revestir de palavras a riqueza de pressentimentos que desperta a cíclica mutação vida-morte e as supremas esperanças do iniciado. Só o símbolo, e o mito correspondente, poderão satisfazer estes nobres anseios. O símbolo desperta o pressentimento; a linguagem sòmente esclarece. O símbolo fere simultâneamente todas as cordas do espírito humano; a linguagem necessita de entregar-se sempre a um único pensamento. O símbolo mergulha as suas raízes nos mais recônditos abismos da alma; a linguagem passa como a brisa pela superfície do intelecto...» (13).

O mito é a exegese do símbolo e as raízes do simbólico mergulham no mais recôndito dos abismos da alma!

Relevamos estas palavras, que implicam o mais vasto e compreensivo conceito de *expressão.*

O homem não se exprime apenas pela linguagem, falada ou escrita. Seria até lícito afirmar, atendendo à estabelecida ordem de sucessão dos meios expressivos, que é a linguagem escrita a última projecção da consciência humana no plano do intemporal. Da ordem de sucessão infere-se vulgarmente a hierarquia da perfeição: o último seria o perfeito...

Esta perspectiva, se bem que lisongeira para a facílima loquacidade do homem moderno, não abre, todavia, mui largos horizontes às elevadas prorrogativas da taciturna plástica, e, demais, o ténue paralogismo da cultura não sustenta o impetuoso voo das Musas.

A inclinação «irracionalista» e «anti-intelectualista» dos poetas românticos; o inconformismo da poética e da estética modernistas perante a minorativa comparação com o modelo «clássico», depõem, por via indirecta da polémica estéril, contra o abuso da interpretação alegórica. Ao passo que o artista defende, contra a crítica «retardatária», a imediável significação da obra de arte, isto é, quando se recusa a separar a essência, do significado da sua obra, reivindica, no mesmo passo, o direito a uma fenomenologia, que garanta a autonomia da expressão artística.

O método exegético de Bachofen inaugura uma autêntica fenomenologia da expressão mitológica. Ao invés dos alegoristas, quando interpreta um monumento do passado, infere o conceito da imagem, e não a imagem do conceito. Obedece, assim, à convicção de que no «momento» da imaginação não é ainda actualizável o «momento» da ideação, se bem que a nebulosidade da imagem envolva já o núcleo incandescente da ideia.

Noutros termos: o exegeta simbolista, ao contrário do intérprete alegorista, confia na originalidade, na autenticidade, na veracidade das imagens. E, como o conceito vem, histórica e fenomenològicamente, *depois* da imagem, a exclusão do conceito-explicativo significa uma tentativa do exegeta para se *situar* na mesma época da história, ou para se *recolher* ao mesmo grau de consciência, produtivos da imagem mitológica. Ou ainda: se a interpretação alegórica reduzia o passado do mito à actualidade do filosofema, a exegese simbólica, pelo contrário, refere o presente da filosofia ao passado da mitologia.

Tal é o princípio teórico da exegese simbólica. A sua aplicação à «fábula» de *Amor e Psique,* ocupa algumas das mais belas e eloquentes páginas do livro de Bachofen, já citado. É certo que a perfeita inteligência dessas páginas necessitaria a prévia exposição da filosofia da história do professor de Basileia. Mas, se o leitor recordar a conhe-

cidíssima teoria do *Matriarcado*, — aliás, deformadíssima pela crítica tendenciosa —, não encontrará dificuldades insuperáveis.

«Especialmente instrutiva é a relação da lâmpada com Psique. No mito atribui-se à lâmpada uma função que nos esclarece acerca do respectivo lugar nos «Mistérios»...

«...Mais pela divina beleza do seu corpo, que por consciente decisão, é Psique arrastada para a confusão da sensualidade e absorvida pelo pântano da materialidade. Como escrava de Afrodite, terá que percorrer longa série de expiações e de provações, e que atravessar todos os horrores do mundo infernal. Por fim, possuída pelo sono estígico, imóvel, qual inanimado cadáver, recebe Psique, uma vez despertada pelo contacto de uma seta, o revestimento da imortalidade e, unida a Eros, o tranquilo gozo de todas as suaves delícias, que em vão procurara ao serviço de Afrodite. Dois graus da existência feminina, semelhantes à dupla série de figuras pintadas de tantos vasos gregos; comparáveis às duas partes do Fausto de Goethe: a alma feminina, primeiro ao serviço de Afrodite, dominada pela matéria, levada a cada passo do fatal destino para sempre renovados e inesperados sofrimentos, e por fim, aos mais fundos abismos da matéria —, mas depois, renascida para nova e revigorada existência, transitando da vida afrodítica à vida psíquica. Aquele grau, inferior, tem carácter telúrico; este, superior, carácter urânico...

«...Ali, tudo é inquietação e sofrimento, inesperadas ilusões e obscuras soluções; aqui, repouso, eternidade, seguro prazer, a magia da luz, que a tranquila noite de luar derrama sobre a diurnamente revolta e ruidosa habitação dos homens. Ali, a impureza da matéria telúrica, a serpente e o junco, ambos nascidos do pântano profundo e sombrio, sinais e emblemas da irregrada cópula da água e da terra; aqui, a mariposa, provinda da material crisálida, — vinda à luz, procurando a luz e dela participando; ali, a material Afrodite, aqui, a Afrodite Urânica; ali, a união hetaírica, aqui, a união conjugal; ali, σῶμα (corpo), aqui, ψυχή (alma); ali, a obscura matéria terrestre, aqui, a terra celeste purificada, — a Lua —, o mais puro dos corpos telúricos.

«Em Psique, ascende a própria Afrodite ao grau lunar, o mais alto que a materialidade da mulher pode atingir...

«...O mesmo laço une Lunus e Luna, Amor e Psique, Aquiles e Helena. O beijo que os reúne é o *basium* do esposo à esposa, não o *savium* do amante à hetera. A pureza e a castidade do amor, que atingiu a final plenitude, está expresso no grupo de figuras que se abraçam e beijam, com uma perfeição à qual nenhuma representação lírica poderá aspirar...» (14).

A imagem-arquétipo

No relato de Apuleio, os acontecimentos decorrem numa sequência de abundantíssimo pormenor, que reveste o mito de Psique de um aspecto fantasioso, mais adequado ao género literário do *conto*. Por isso, sofrem as respectivas interpretações de uma confusão que Antigos e Modernos não cuidaram de evitar, sendo certo que raras vezes distinguem o mito autêntico do conto fantástico.

Nem todos os sucessos de um conto devem ser considerados como desinentes da imagem-arquétipo, célula originária de um mito. O autor ou o redactor do conto, poderá *compô-la* artificiosamente, quer dizer, envolvê-la de imagens acessórias, de modo a servir determinado propósito.

«Artemis e Actaeone»

(Vaso grego)

Admitamos que Apuleio, pretendendo *ilustrar* a cosmopsicologia pitagórica ou platónica, redigisse um conto onde ficara entretecido o mito de Psique. Então, bem procede o alegorista, retrovertendo imagens em conceitos. Mas se prossegue no rigoroso paralelo entre eventos míticos e ensinamentos filosóficos, por isso mesmo deverá cuidar de que eles jamais se contradigam.

E caso é que numa exegese, tal como a do tradutor português do *Asinus Aureus*, precedentemente citada, uma contradição se nos depara, — mortal para o sistema alegórico. Demonstrá-la-emos ao leitor, pois que, através dela, fácil se tornará o acesso à solução do problema que lhe propusemos. Antes, porém, importa reunir os necessários esclarecimentos.

Ainda que um ou outro pormenor denuncie a «importação», as doutrinas pitagóricas e platónicas acerca da origem e destino das almas, são especìficamente gregas, na sua tonalidade expressiva. E o mesmo se pode dizer, quanto ao mito de Psique (15), se, procedendo como Bachofen, o despojarmos do circunstancial e do acessório, que o dilui na textura do conto.

Outros mitos gregos reflectem a imagem-arquétipo do mito de Psique.

Nutre a alma de todos os povos a crença de que só a morte paga o alto preço da contemplação da divindade: «quem vê Deus, morre», dizem os remotos Séculos, pela voz do povo. Mas há uma alternativa: «quem vê um deus, morre ou... cega!». Esta variante, genuìnamente grega (16), da crença universal, nasceu na religião, desenvolveu-se na poesia, floresceu na filosofia.

Por haver surpreendido uma deusa, na sua esplendorosa nudez, Actaéon perdeu a vida, e Tirésias, a vista. Dir-nos-á um erudito-poeta de Alexandria que tal é a pena imposta pela inexorável lei de Cronos (17): a sanção tem fundamento no reino da fatalidade, — da fatalidade indómita pela própria vontade dos deuses. Não pôde a compassiva Atena evitar que a luz se extinguisse nos olhos de Tirésias, nem Ártemis poderia, ainda que quisesse, arrancar o corpo de Actaéon às presas dos ferozes mastins.

Invertendo a ordem dos acontecimentos, o ritual dos «mistérios» *imita*, por actos claramente significativos, a sorte de Actaéon e de Tirésias, a de Penteu e de Sémele (18).

A Ísis helenística e romana revela-se ao iniciado no meio da Noite e nos umbrais da Morte:

«Cheguei aos confins da morte, e tendo marchado sobre o limiar de Prosérpina, voltei dali conduzido através de todos os elementos. À meia-noite vi o Sol cintilando com cândida luz, cheguei à presença dos deuses celestes e infernais e adorei-os de perto» (19).

E assim, também as divindades de Elêusis:

«...Então [na morte] sofre [a alma] uma impressão como a dos iniciados nos mistérios maiores; por isso, na morte (τελευτᾶν) como na iniciação (τελεῖσθαι) a palavra concorda com a palavra, e o acto com o acto: primeiro, digressões e circuitos debilitantes, certas andanças suspeitas e intermináveis através das trevas, e antes do termo, todos os terrores, — medo, temor, suor e espanto —, mas depois irrompe uma luz admirável e acolhem-nos lugares puros e ridentes pradarias...» (20).

Quer dizer: se a *consequência fatal* de um encontro fortuito com a divindade, é a morte ou a cegueira, porque não há-de ser a mesma morte ou cegueira, livremente consentida, a *condição necessária* da vida eterna e da visão plena?

Na verdade, a equação morte-cegueira implica a dos opostos: vida-contem-

plação. Assim se compreende que o perfeito iniciado, que ao neófito pode dizer: não há morte!, seja denominado ἐπόπτης, — *o que vê.*

Esta equação, transferiram-na os gregos da mitologia para a gnoseologia; e tanto mais naturalmente se efectuou o trânsito, quanto mais certo é que o próprio idioma o pré-figurava. O início do primeiro Livro dos «Metafísicos» (21), sinala claramente que «a palavra concreta está na origem da palavra abstracta», que «a ideia também foi imagem», que «a lógica foi primeiramente mítica que o filósofo interpretou e purificou» (22). Se lermos no original as palavras do Estagirita, ficamos cientes da «razão» em virtude da qual «todos os homens por natureza aspiram ao saber». É que *saber* dizem os gregos εἰδέναι, infinitivo presente que é o perfeito de ver (ἰδεῖν, latim *videre*). Se o exercício da actividade teorética radica no da sensitividade visual, e de certo modo o prolonga, não surpreende, portanto, que *por natureza* (φύσει) todos os homens aspirem ao *saber,* pois tão naturalmente o desejam, como naturalmente desejam *ver.*

Chegámos ao oportuno momento de denunciar a contradição do intérprete alegorista do mito de Psique, a que atrás nos referimos.

Esquecido de que o *saber* é o *ter visto,* de que pela *visão* se acede à *ideação ;* olvidado do sentido manifesto da mais famosa alegoria platónica, — de que o Sol é como a suprema Ideia da Verdade, do Bem e da Beleza e toda a terrena fonte luminosa é imitação transitória daquela Ideia eterna, — esquecido, enfim, do «estilo» próprio da gnoseologia grega, o nosso intérprete, e com ele a maioria dos que o antecederam e lhe sucederam, persistiu em considerar o «episódio» da lâmpada como o *pecado mortal* de Psique: «por este facto, seu amor até ali intelectual, tornou-se mundano; e sua tendência para os objectos invisíveis mudou de direcção, amando um objecto corpóreo, de que resultou a perda imediata de toda a sua felicidade» (23).

Se a exegese do alegorista acertasse na essencial significação do mito, deveríamos concluir que, lida na «fábula», a cosmopsicologia contradiz a gnoseologia; noutros termos, que em certo momento a doutrina neo-platónica acerca da origem e destino das almas opor-se-ia à doutrina platónica das ideias.

Não será necessário percorrer todos os corolários de tal contradição, para concluirmos pela incomparável veracidade da exegese simbolista de Bachofen. Aqui, pelo contrário, significa o desocultar a lâmpada o trânsito da vida material à vida anímica; sinala, portanto, um momento de ascese, e não um momento de queda, na existência de Psique.

É certo que neste mito o autor do *Matriarcado* apenas focou as imagens que desenvolvem uma simbólica do amor. Mas também é certo que a filosofia grega cingiu, no mesmo sistema, duas simbólicas, — a do amor e a do conhecimento —, naquela fase em que o pensamento de Platão irrompe, através do orfismo, dos mais profundos estratos da consciência religiosa pré-helénica (24).

Conclusão

O «*Burro de Ouro*», «*Lúcio*» ou «*As Metamorfoses*» é um romance; portanto, uma narrativa de amor. Mas também é uma «história» romanceada do conhecimento.

Luciano, ou outro que seja o autor do «*Lúcio*» grego, explorou sòmente o lado

ridículo de um sortilégio malogrado e das subsequentes aventuras de um mago-aprendiz. Mas o autor do «*Lúcio*» latino quis trazer à superfície do acontecer um dos abismais enigmas do ser. Os confins do cómico e do trágico, do Carnaval e das Cinzas, do riso e das lágrimas, da vida e da morte, — só se fixam e definem no quotidiano. Pois no fundo mais fundo da eternidade mora a indiferença dos contrários...

O lado sério da «história» ficou sinalado no «*Burro de Ouro*» pelo mito de Amor e Psique: Lúcio e Psique, ambos vítimas da curiosidade e da ignorância, da ingénua aspiração humana ao alargamento e aprofundamento do horizonte natural, percorrem juntos trajectórias paralelas do destino. Talvez Apuleio não tivesse demonstrado claramente tal comunhão no destino; mas se de qualquer modo a não sugerisse, razão de sobejo teria a crítica literária, na preferência da novela grega.

Não sabemos se as páginas que precedem, bem ou mal serviram o propósito de re-enunciar e re-solver o problema da composição do «*Burro de Ouro*». Esperamos, todavia, que uma linha de solubilidade possa unir alguns dos pontos que submetemos à consideração do leitor esclarecido.

Setembro de 1947.

E U D O R O D E S O U S A

NOTAS:

(1) Roscher, *Ausfuehrliches Lexikon der Griechischen und Roemischen Mythologie*, Art. EROS, Vol. I, Col. 1370 e segs. enumera e descreve as representações plásticas do mito de Psique. V. também Franz Cumont, *Recherches sur le symbolisme funeraire des Romains*, Paris 1942, pág. 111; 319, nota 7; 324.

(2) Bibliografia presumìvelmente abundante. Do lado da ciência estrictamente universitária, apenas conhecemos, além dos artigos *Eros* e *Psyche* dos Dicionários de Roscher e de Pauly-Wissowa, o excelente trabalho de Reitzenstein, o infatigável investigador da Gnose e do Hermetismo, intitulado «*Das Maerchen von Amor und Psyche*» (1912). Por via indirecta de algumas referências, aliás muito vagas, parece-nos que o melhor dos estudos interpretativos seja a tese latina, da autoria do holandês De Jong, que também publicou um dos mais penetrantes estudos dos «mistérios» da Antiguidade (*Das Antike Mysterienwesen*. Leiden, 1909).

(3) Dr. A. Stocker, *La légende d'Amour et Psyché (L'humanisme psychologique des Anciens)*. Editions du Rhône, 1944.

(4) Págs. 422-426 (nota à pág. 199) da tradução portuguesa do *Burro de Ouro*. Esta tradução foi publicada, anònimamente, em 1847, em Lisboa. O seu autor, Francisco António de Campos, Barão de Vila-Nova de Foscoa, escreveu-a quando homiziado por motivos políticos.

(5) Ibid. págs. 426-431.

(6) Ibid. pág. 444, nota à pág. 400 «sobre a religião dos egípcios».

(7) Dupuis, *Origine de tous les cultes*. 3 vols. in-4.° e um atlas. Paris, 1795. Foram publicados depois vários «abrégés». Destes, temos presente a edição de 1820.

(8) Bergier, *L'origine des dieux du paganisme, et le sens des fables découvert par une explication suivie des poésies de Hésiode*. Paris, 1767.

(9) Court de Gebelin, *Monde Primitif analysé et comparé avec le monde moderne, considéré dans son génie allégorique et dans les allégories auxquelles conduisit ce génie.* Paris, 1787.

(10) Friedrich Creuzer, *Symbolik und Mythologie der alten Voelker, besonders der Griechen.* Leipzig, 1810/12. Só conhecemos esta obra por referências e resumos. A melhor exposição é a de Otto Gruppe, *Die Griechischen Kulte und Mythen in ihren Beziehungen zu den orientalischen Religionen* (1887), Vol. I, pág. 34 e segs.

(11) J.-D. Guigniaut, *Religions de l'Antiquité...*, 11 vols., in-8.º. Paris, 1825-51 (publicados em colaboração com A. Maury e E. Vinet).

(12) Martin P. Nilsson, *A History of Greek Religion.* Oxford, 1925, pág. 10. Palavras escritas a propósito dos monumentos da religião creto-micénica: «*a picture-book without text*».

(13) J. J. Bachofen, *Versuch ueber die Graebersymbolik der Alten* (1.ª ed. 1859). 2.ª ed. 1925 (Basileia), pág. 46 e segs.

A Vico, Hegel e Bachofen se devem os mais vastos e compreensíveis sistemas da história universal. A Cultura dignificou diversamente estes nomes. As *Prelecções sobre a filosofia da história,* se bem que muitas vezes mal entendidas ou tendenciosamente interpretadas, não tardaram em transpor as fronteiras idiomáticas e mentais da Alemanha; a *Scienza Nuova* vem começando de ser lida e estudada pelo escol dos «letrados»; porém *O Matriarcado,* ou o *Ensaio sobre a simbólica funerária dos Antigos,* ainda hoje só é acessível a mui raros estudiosos, mesmo nos países de língua germânica. No decurso de alguns decénios, o nome de Bachofen não figurou nas bibliografias dos tratadistas; nem sequer era pronunciado *ex-catedra.* Mas, apesar do silêncio hostil, o influxo do seu pensamento invadiu irresistivelmente o campo problemático das religiões da Antiguidade.

No espaço restrito de uma «nota» não podemos, evidentemente, traçar o perfil do grande pensador, nem apresentar um resumo da sua obra. Limitar-nos-emos a indicar as «fontes».

Bachofen escreveu as seguintes obras (só mencionamos as principais):

Versuch ueber die Graebersymbolik der Alten (Ensaio sobre a simbólica funerária dos Antigos). 1.ª ed. 1859. 2.ª ed. em 1925 com um prefácio de C. A. Bernoulli e um estudo de Ludwig Klages.

Das Mutterrecht. Eine Untersuchung ueber die Gynaikokratie der alten Welt nach ihrer religioesen und rechtlichen Natur (O Matriarcado. Investigação sobre a ginecocracia do mundo Antigo segundo a sua natureza religiosa e jurídica). 1.ª ed. 1861. 2.ª ed. 1897.

Das lykische Volk und seine Bedeutung fuer die Entwickelung des Altertums (O povo lício e o seu significado para o desenvolvimento da Antiguidade). 1.ª ed. 1862. Edição abreviada de Manfred Schroeter, Leipzig, 1924.

Die Unsterblichkeitslehre der orphischen Theologie auf den Grabdenkmaelern des Altertums (A doutrina da imortalidade da teologia órfica nos monumentos sepulcrais da Antiguidade). 1.ª ed. 1867. 2.ª ed. 1939 (Editor W. Keiper, Berlim), constituindo o 5.º volume das «obras completas». Além deste volume, que o saibamos, só foi publicado outro, o primeiro das *Antiquarische Briefe.*

Die Sage von Tanaquil. Eine Untersuchung ueber den Orientalismus in Rom und Italien (A lenda de Tanaquil. Investigação sobre o orientalismo em Roma e na Itália), 1870.

Recentemente empreendeu um editor de Basileia (Benno Schwabe & Co.) a publicação das «obras completas». Até à data só vimos o 1.º volume, do qual constam apenas os escritos menores: artigos e conferências.

Três antologias em língua alemã e uma em língua francesa, foram dadas à publicidade, desde 1926. A primeira, de Manfred Schroeter, intitula-se *Der Mythus von Orient und Occident* (München, 1926). A segunda é a de Carl Albrecht Bernoulli: *Urreligion und antike Symbole* (Leipzig, 1926). A terceira, que constitui o 52.º volume das «Kroener Taschenausgabe», foi coligida por Rudolf Marx: *Mutterrecht und Urreligion* (Leipzig, 1941). Em 1938 editou a Alcan 140 «páginas escolhidas» e prefaciadas por Adrien Turel, sob o título *Du règne de la mère au patriarcat.* A antologia francesa contém os prefácios e quatro parágrafos do *Matriarcado* e da *Lenda de Tanaquil,* e bibliografia. O antologista dá notícia de que em 1903 «um grupo de feministas francesas publicou, sob o título de *Le droit de la mère dans l'antiquité,* uma tradução do prefácio do *Mutterrecht,* com um proémio sufragista».

Quanto a *estudos:* o mais esclarecedor é da autoria de Alfred Baeumler; compreende as trezentas páginas de «introdução» na antologia de Manfred Schroeter, acima mencionada. O mérito sem par, destas páginas

inspiradas, reside na bem sucedida inserção do pensamento de Bachofen num *sistema do romantismo*. Ao ler a «introdução» de Baeumler, assistimos maravilhados ao gradual desenvolvimento de um *sentido romântico* na exploração da Antiguidade. Quando da publicação da sua antologia, já Carl Albrecht Bernoulli, no volume *Johann Jakob Bachofen und das Natursymbol* (Basel, 1924) expusera o pensamento do seu compatriota insigne, com a mestria reconhecida da leitura do *Franz Oeverbeck und Friedrich Nietzsche. Eine Freundschaft* (Iena, 1908), livro justamente considerado como uma das principais «fontes» da biografia do criador do «Zaratustra». Em *J. J. Bachofens Geschichtsphilosophie*, (Muenchen, 1929), Georg Schmidt expõe ordenadamente as principais articulações da filosofia da história que dá fundamento e garantia ao «*Matriarcado*». Estes estudos foram precedidos e, a bem dizer, suscitados, pela *re-valorização* empreendida por Ludwig Klages, nas últimas páginas do seu livro *Vom kosmogonischen Eros* (1.ª Ed. Iena, 1921). Este livro e a 2.ª parte do terceiro volume de *Der Geist als Widersacher der Seele* (Leipzig, 1932), intitulada *Das Weltbild des Pelasgertums* desenvolvem a gnoseologia de Klages pelos corolários anti-intelectualistas dos teoremas de Bachofen. Em *De la déesse Nature à la déesse Vie* (Paris, Alcan, 1931), Ernest Seillière dedica cinquenta páginas de exposição e crítica à «introdução» de Alfred Baeumler no «*Der Mythus von Orient und Occident*».

(14) Bachofen, op. cit., pág. 93 e segs.

(15) Franz Cumont, obra citada na nota 1, pág. 111.

(16) Ludwig Radermacher, *Mythos und Sage bei den Griechen*, Bruenn/Muenchen/Wien, 1938, pág. 57: «Es scheint urspruenglicher Glaube der Hellenen zu sein, dass der Anblick eines Gottes Tod oder Blindheit bringe». A propósito desta crença, o autor chama a atenção para *Paus. X, 32, 18*.

(17) Callim. *Hymn*. V, vs. 100 e segs.

(18) *Penteu*, o rei de Tebas que pretendeu pôr obstáculos à propagação do culto de Dionisos. Foi despedaçado pelas Bacantes no decurso das «santas orgias», que *viu* sem que fosse iniciado. *Semele*, mãe de Dionisos, por amor de Zeus; morreu fulminada no momento em que *viu* o senhor do Olimpo, na sua glória. A morte de Penteu vem descrita na última e mais bela tragédia de Eurípides: *As Bacantes*; a de Semele é conhecida por quase todos os mitógrafos gregos e latinos, v. por ex. Apollod. III, 4, 3, Ovid. Met. III, 260 e segs., Hyg. 179.

(19) Apull. Metam. XI, 23.

(20) Plut. *De Anima*, in Stob. Flor. 4, 107 (Meineke); apud Nicol Turchi *Fontes, Historiae Mysteriorum aevi hellenistici...* Roma, 1930, pág. 81, seg.

(21) Aristot. *Metaph. A* 980-a.

(22) Álvaro Ribeiro, *O Problema da Filosofia Portuguesa*, Lisboa, 1943, pág. 73.

(23) V. *supra* pág. 38.

(24) Cf. as doutrinas do *Fedro* e do *Banquete*. Sobre a influência dos «mistérios» nas teorias de Platão, v. o recente opúsculo do grande mitólogo húngaro Karl Karényi, intitulado *Der Grosse Daimon des Symposion* (Albae Vigiliae, XIII) Amsterdam/ /Leipzig, 1942.

DOIS POEMAS

I

Fui essa que vinha contente
Subindo a vertente
E perguntando sem cessar:
—Mãe, porque são as horas tão longas?

Fui essa que seguiu no planalto
De olhos ao alto
Em busca de ti.
—Amor, porque tarda tanto o dia de amanhã?

Sou esta que desce o caminho rude
Com passos incertos.
Já nada procuro, já nada desejo...
—Tempo, porque sois tão breve?

II

Vulto indeciso e difuso,
Porque não caminhas?
Não tenhas medo do corredor escuro
Nem das sombras negras que há em teu redor.

Ao fim, estarás às portas
De uma cidade melhor.

Ai de ti se olhas para trás,
Porque em estátua de sal te volverás!

Bem sei:
Aquém ficou o calor do sol,
O gosto dos frutos, o sabor do mar,
E essa estrela que te conduzia
De noite e de dia...

Mas tudo fugiu e se dispersou
Como um bando de aves alvoroçadas.
Pobre autómato sòzinho e sem alma!
Vais andando à toa, e as tuas passadas
São como soluços numa noite calma.

M A R I A F R A N C O

SÓ OS PASSOS, NA NOITE

A princípio o garoto costumava rodear o pântano, fazer das duas mãos porta-voz em direcção à água verde-escura e gritar às rãs que saltavam ao sol enfraquecido na luta com a folhagem cerrada:

— Ô-ô. Ô-ô. Ô-ô.

Os pais tinham vindo de uma terra de sol, onde os campos são planos, onde os rios correm sem achar sombra de árvore — às vezes aqui e ali um pequeno canavial — onde as noites de lua encontram a vila deslumbrada de uma brancura de mármore polido, onde as tardes de verão estão carregadas de poeira e o anoitecer de cantares de moços e mulheres que voltam apressados dos trabalhos, onde as cegonhas procuram o campanário da igreja e aí ficam matraqueando os bicos e enchendo de melancolia as solitárias senhoras, as raparigas inquietas e os adolescentes sensíveis.

Foi dessa terra que o garoto partiu há poucos meses. Serve, agora, como os pais, os senhores daquela grande casa enegrecida, colocada ao cimo de uma rua de faias onde mesmo o dia é escuro porque duas palmeiras gigantescas sombreiam demasiado as divisões enormes.

A senhora raramente aparece aos criados. E o garoto que vive na morada anexa às cavalariças, ouve por vezes, alta noite, gemidos de aflição, o bater no soalho de uma bengala conduzida por pessoa cujo andar não tem o ritmo do andar de toda a gente. A meia voz ouviu já o pai dizer à mãe que a senhora é coxa e maluquinha. Arrependido da comunicação feita em frente do garoto, ameaçou-o mesmo:

— Você não abre o bico para falar no que ouviu ao seu pai agora, entende, seu *Teofo?* Senão corto-lhe a língua.

O rapaz pregou os olhos azulados no prato e não respondeu.

Nessa noite ouviu cantar como só ouvira na telefonia do senhor Joãozinho quando, ao Domingo, ia ao vinho à taberna da sua vila de sol. Durante horas não conseguiu pregar olho. Quando adormeceu, uma senhora de cabelos loiros, longo vestido flutuante e grandes asas de pano preto atravessara a vidraça que estava salpicada das estrelas do céu. E sentara-se à sua cabeceira mesmo debaixo do quadro que lhe parecia feito de pratos de chocolate, representando um alteroso mar e peixes gordos de olhos abertos e vivos, cantando o mesmo canto que ouvira acordado. Fitava-o no fundo dos seus olhos e com uma facilidade que lhe pareceu impossível em pessoa tão frágil retirara o seu corpo da cama e

aconchegara-o ao peito como a mãe fazia quando ele era mais pequeno.

Ao outro dia pegou-se de briga com os rapazes do maioral. E logo depois de acalmado o conflito, arranjaram por sua iniciativa uma tourada no terreiro.

A senhora assomou à janela, severa, aborrecida, chamando para dentro a criada que logo veio dispersar os garotos entusiasmados. Escondido atrás de uma carroça que em descanso se apoiava nos varais. Teófilo reconheceu naquela a senhora que em sonho o acarinhara. Mas não tinha as asas que atravessaram a noite, nem um vestido transparente. O seu fato estava recamado de pedras brilhantes que faiscavam ao sol como os fatos dos palhaços que via no circo pela feira. O seu rosto era quase feio, amarelo, enrugado como a pele de um fruto ao sair do forno.

À noite, o pai que é corcunda diz-lhe de entrada: — O patrão não quer aqui brincadeiras. Vá tourear para onde quiser. A senhora ficou muito doente e você é um malandro que ainda me há-de fazer perder o pão. Veja lá o que faz seu *Teofo*. Ande-me na linha e tenha juízo.

Todo o dia seguinte Teófilo andou no caminho do lugar. A cozinheira tão depressa se lembrava de dizer:

— *Teofo*, corre, vai-me pela noz moscada à botica — como chegava à porta da cozinha e pedia em voz baixa não fosse a senhora ouvir: — *Teofozinho*, não tenho um dedal de banha. Pelas alminhas, vai depressa, antes que a senhora saiba.

Ao pôr do sol, cansado porque o dia tinha sido de calor, veio encostar-se ao portão, comendo a retardada merenda e fixando um cortejo lento que se aproximava. Quando percebeu que se tratava de um enterro já o padre com o rapaz de capa encarnada estava perto, seguido logo dos quatro homens que pelas argolas seguravam o caixão. Atrás do morto, um grande acompanhamento composto por mulheres que choravam alto, embiocadas em lenços pretos, uma de rosto arrepanhado por feridas, outra sem pêlos no lugar das sobrancelhas, umas chorosas, outras gemendo a espaços mas de olhos enxutos. Homens silenciosos fitavam, ao passarem-lhe em frente, o alto portão e o rapazito de olhos tão espantados como se tivesse vindo de um outro mundo. Trémulo, viu o enterro sumir-se lentamente entre as oliveiras prateadas, como a nenhuma outra hora, pelo sol poente. Pensativo, voltou à pequena habitação cheia de fumo onde a mãe preparava a ceia e aí ficou, encostado à chaminé, vendo passar e rapassar no fumo da lenha mal seca o enterro com o seu cortejo e os gemidos, tão tristes, das mulheres de luto. À ceia mal comeu, preso de um mal-estar que não sabia de-

finir e ao deitar-se tremia de frio como se a noite fosse de Inverno áspero.

Voltava-se, enrolava-se na roupa, imaginava que ao mudar de posição ia ficar melhor, mas ao cabo de um minuto o mal-estar instalava-se e o pequeno tremia e sofria. Por fim, sobre a sua cabeça fez-se ouvir a bengala da senhora. Marcava o tecto de um lado ao outro em diagonal e o lamento da sua voz era quase mais triste que o lamento das companheiras do morto.

Quando adormeceu, havia muito que no seu espírito o enterro caminhava sobre a sua cabeça no andar superior. E de cada vez que ao canto da divisão, para voltar, a senhora parava, parecia ao rapazinho que mais uma pessoa tinha passado seguindo o morto a caminho do cemitério. E como a senhora não acabava o seu passeio, o cortejo era infindável.

De manhã não foi capaz de beber o café e a mãe disse em voz baixa à cozinheira, que o *Teofo* estava doente. Pela tarde, com modos misteriosos, esta veio buscá-lo porque a senhora queria vê-lo. À pressa, a mãe lavou-lhe a cara e vestiu-lhe a blusa que estreara pela Páscoa.

Amedrontado subiu os degraus de pedra de uma escada interior, cheios de uma frescura que lhe causava frio e penetrou numa grande sala onde tudo era escuro porque também ali a luz tinha que lutar com um tecido mais forte, caído em pregas ao longo de largas janelas, deformando contornos, fazendo da armadura que havia à entrada da sala uma forma gigantesca que estremecia em ruídos metálicos ao pisarem o chão alcatifado. Atrás da cozinheira Teófilo rodeou a mesa oval que havia a meio e viu então a senhora com aquele mesmo vestido recamado de pedras mais baças agora, porque não tinha luz que as incendiasse, mais deitada que sentada numa cadeira que ela própria baloiçava como um berço, meio fechados os olhos que lhe pareceram cor da água do pântano onde costumava atirar às rãs.

A um gesto da sua mão, a cozinheira afastou-se e Teófilo de olhos baixos, ficou sòzinho em frente dela, respondendo num murmúrio às perguntas que lhe fazia, sentindo, lentamente, que se quebrava dentro de si o medo que o acometera de princípio e que a voz da senhora era meiga como nenhuma outra.

— Onde brincas tu agora, depois que a senhora ralhou contigo? — Ouviu o rapaz dizer docemente e tão longe que teve de fixar bem os lábios da senhora para se certificar de que era dela que partia aquela voz. Não respondeu e tornou a fixar os olhos no desenho de uma flor de lis igual ao desenho do gradeamento que completava o muro da quinta.

— Não ouves o que a Senhora diz? Vem cá!

Teófilo aproximou-se e sentiu uma mão fria pegar na sua. Fria e macia.

— És um bonito rapaz, sim senhor. Os teus pais são muito teus amigos, não são?

Com a cabeça o garoto fez um sinal de assentimento.

— Gostas de estar aqui?

Nesta altura, vencendo a timidez, Teófilo respondeu firmemente:

— Não.

— Mas porquê?

Os olhos da senhora, agora bem abertos, eram, além da voz, aquilo que inspirava mais confiança ao pequeno. E fitando-os, respondeu:

— Não é nada *girinha* esta terra. É muito triste. A senhora gosta?

— Também não. Ouve: — Fora, os cães começaram a ladrar e a senhora, de olhos acossados interrompeu o baloiçar da sua cadeira e fixou a porta por onde o garoto entrara. Ao cabo de um instante, mais sossegada, disse:

— Não, ainda não é ele. — Segurando com mais força a mão do rapazito, perguntou: — Tu queres vir brincar com a senhora? — Reparando no espanto dos seus olhos: — Não é sempre. A senhora tem muitos dias em que não pode brincar. Dói-lhe a cabeça e não pode dormir. Mas às vezes gostava de sair e brincar com um rapazinho como tu.

Calou-se e a cadeira voltou a fazer ouvir o seu ruído de embalo. O vento atirava impiedosamente com o braço de uma palmeira de encontro à vidraça para onde a senhora olhava.

— Não digas a ninguém — voltou ela receosa. Não sabes porque estou sempre de luto? Não? Pela minha sogra, que morreu há dez anos. Achas bem?

Teófilo disse que não.

— Pois não.

A sua voz estava agora mais perto:

— Achas que sou velha? — continuou.

Devia ser velha, sim, pensou o garoto.

— Tenho trinta anos... E nem sempre fui coxa... — Com esforço pos-se de pé e pegou na bengala: — Vês? Não sou muito deselegante... Nem velha...

— Pois não. É muito bonita, a senhora — respondeu o garoto, aflito, a lembrar-se das recomendações do pai.

— Não achas que toda a gente é muito má? — perguntou interessada quando voltou a sentar-se.

— Acho — disse quase num murmúrio.

Atrás dele a cozinheira dizia:

— É melhor levar o rapaz, minha senhora. Está o patrão a chegar.

— Está bem — e o garoto teve de fixar de novo os lábios da senhora para ter a certeza de que era da sua boca que as palavras partiam.

— Volta amanhã — ouviu uma voz pedir de longe quando descia as escadas.

Sentado no degrau de pedra da sua cozinha viu chegar ao entardecer um homem moreno como os ciganos que apareciam pelas feiras da sua vila de sol, a quem os criados, incluindo o pai, tiravam o boné ou o barrete e rodeavam respeitosos. Era aquele o patrão, de nariz em curva para o queixo saliente, e dominando, com uma firmeza de músculos que se apercebiam através do tecido do fato, o cavalo que se impacientava parado, depois do galope em que subira a rua de faias.

Depois de ouvirem as ordens, os criados começaram a dispersar. O abegão levou o cavalo e o patrão passou perto dele sem o fixar.

À porta esperava-o a cozinheira sorrindo.

Ele tocou-lhe no queixo e disse a meia voz:

— Esta noite, hem? Às duas horas.

Depois, os seus passos riscaram a pedra dos degraus, ràpidamente, e Teófilo ficou a pensar: Às duas horas, o quê? Às duas horas... Só se ela era *Amiga* do patrão... Lá na terra também havia coisas assim. E a senhora tão triste...

Estava cansado pela vigília da noite anterior e adormeceu logo que se deitou. Foi depois acordado pelo passeio da senhora, pelos seus gemidos e ainda pouco lúcido lembrou-se das palavras do patrão: «Às duas horas...» Talvez fossem duas horas. Levantou-se e, pé ante pé, dirigiu-se à casita de fora, onde estava a cama dos pais. Era costume o pai pôr o relógio de horas luminosas em cima da mesa que tinha ao lado da cama. Inclinou-se e viu: duas horas.

A cama dos pais rangeu. Com o coração a bater apressado, voltou para a sua cama. Em cima os passos da senhora continuavam no seu passeio.

Como a acompanhar um morto, pensou. E lembrando-se do patrão e da cozinheira, disse baixo, como ouvira aos homens em casos semelhantes: Desavergonhada! E a senhora tão triste! E ela vestida de encarnado.

No outro dia, a cozinheira veio buscá-lo. E durante muitos dias Teófilo saiu com a senhora pela quinta, escolhendo os caminhos escondidos, rodeando umas casinhas com figuras de mulheres nuas e caçadores, a que

a senhora chamava pavilhões, brincando ambos com uma bola como se de facto a senhora fosse uma criança doente.

Todos os dias a senhora lhe dizia, quase em segredo:

— Sabes, Teófilo? As pessoas são todas muito más. Não acredites em ninguém... — recomendava.

— Mas a senhora é boa — disse ele um dia. Teve pena da andorinha que a cozinheira queria dar viva àquele gato grande...

— Ao gato siamês, não foi?

— Sim, sim.

— Também não acredites em mim. Julgas que eu não odeio ninguém, Teófilo? — Estava trémula, encostada à bengala e sombreada pela abóbada de uma fonte.

— Não digas a ninguém, não? Mas ela e ele bateram-me uma vez, ao princípio.

As mãos da senhora eram frias e magras. Teófilo pegou numa daquelas mãos e beijou-a. Frias e descarnadas eram as mãos da Senhora das Dores na sua terra.

Pondo a mão sobre a sua cabeça, a senhora disse:

— Tu és um menino bom.

Sem consciência, o garoto rodeou com os dois braços aquele vestido preto, cheio de folhos ásperos e viu duas lágrimas caírem dos olhos da senhora.

No dia seguinte, quando a cozinheira o veio buscar disse entre dentes:

— Desavergonhada.

A rapariga ouviu e, de olhos duros, duvidou:

— O quê? Diz lá outra vez?...

— Digo, digo — respondeu impetuoso. Desavergonhada, desavergonhada, desavergonhada!

— Ah, sim?! Ele é isso? Tá bem, meu passarão. Espera-lhe pelo almoço.

Logo na outra manhã, por ordem do patrão foi pastar as ovelhas para muito longe dali.

Nunca mais a senhora o mandou chamar. Da sua existência soube anos e anos, por ouvir sempre aqueles gemidos, aqueles passos cruzando alta noite o tecto que ficava sobre a sua cabeça.

N A T E R C I A   F R E I R E

I L U S K A

Iluska veio da neblina,
Trazendo o sonho orvalhado e a alma húmida.
Iluska veio da neblina,
Conduzindo a ânsia presa e os músculos inertes.

Iluska veio da neblina,
Deixando a agitação, esquecida do ritmo.
Iluska veio da neblina
Sonâmbula embalada à música dos astros.

Ela foi um anel do planeta perdido.
Ao acaso, inquieta, bailou, sem destino.
Transfigurada em espectro cansou todos os olhos.
Movendo-se, como sombra, martirizou todos sentidos.

Iluska veio da neblina,
Guardando, em desalinho, um pranto represado.
Iluska veio da neblina,
Escondendo um sonho excitado e confuso.

Iluska veio da neblina,
Movendo o corpo lasso, como onda mansa.
Iluska veio da neblina,
Hesitando entre o dínamo e o êxtase.

Ela foi sacerdotisa de culto estranho e extinto:
Olhos vendados, véu de cinzas, em liturgia rústica,

Celebrou no altar do instinto e da vida os seus mistérios
E olhou para a luz, purificada para toda a eternidade.

Iluska veio da neblina,
Arrastando a visão da dança sobre o braseiro.
Iluska veio da neblina,
Penando o desejo de equilíbrio sobre o abismo.

Iluska veio da neblina,
Vivendo a hora amarga do pesadelo torvo.
Iluska veio da neblina,
Perseguindo, incontida, a sua certeza de louca.

Ela foi um grão de terra grávido
Do anseio infinito de movimento contínuo e perpetuidade,
Uma serpente, uma profecia e um delírio
De forças e átomos em angústia.

Iluska veio da neblina,
Conduzindo a ânsia presa e os músculos inertes.
Iluska veio da neblina,
Escondendo um sonho excitado e confuso.

Iluska veio da neblina,
Arrastando a visão da dança sobre o braseiro.
Iluska veio da neblina,
Perseguindo, incontida, a sua certeza de louca...

Cidade do Natal, Brasil.

ANTÓNIO PINTO DE MEDEIROS

A HISTÓRIA DA FILOSOFIA E O ENSINO UNIVERSITÁRIO

A divisão da história da filosofia em *antiga, medieval, moderna* e *contemporânea* resulta de um preconceito didáctico que só tem por defesa a origem estrangeira. E porque «lá fora» a organização universitária mantém no ensino um esquema que se reflecte nos compêndios escolares, «entre nós» parece quase irreverência, merecedora de áspero castigo, levantar a voz contra a conveniência de uma rotina consagrada pela internacionalidade. No entanto, difícil será justificar a referida divisão da história da filosofia durante uma discussão criteriosa, e muito especialmente depois de gastos os falaciosos argumentos da conformidade com o modelo estrangeiro e da comodidade própria dos velhos hábitos.

A questão merece ser discutida pelos curiosos de filosofia e pelos responsáveis do ensino nacional. Mais ainda: deverá ser conduzida até ao plano da isenta investigação da verdade que é, exactamente, aquele onde aparece mais justificável o autêntico nacionalismo. A narrativa da filosofia como um saber que se desenvolve numa só linha de história, divisível em segmentos *antigo, medieval, moderno* e *contemporâneo,* leva a crer num falso universalismo que, bem analisado, se revela apenas artifício excelente para um povo astucioso impor aos outros a sua própria cultura. É admirável que um pensador de génio, como Hegel, tivesse procurado, nas suas prelecções de história da filosofia, dar satisfação ao orgulho da raça de que era ilustre representante. É, porém, lamentável que estudiosos, bem avisados contra a sedução do estilo e do pensamento do filósofo de Estugarda, confiem por leviandade noutros tratadistas igualmente universitários mas de mais recente erudição. Razões de ordem pedagógica, mas também razões de ordem política, reprovam o ensino da história da filosofia numa só linha que não pode registar a inegável pluralidade de aspectos etnológicos e filológicos.

Devemos ao Dr. Delfim Santos o primeiro protesto contra a divisão, por idades, da história da filosofia no ensino superior. Em 1934, no seu opúsculo intitulado «Linha Geral da Nova Universidade», afirmou o ilustre professor que «a perspectiva cronológica não é mais fecunda para o estudo dos grandes pensadores e das grandes correntes de pensamento» e, com esse fundamento, propôs que a história da filosofia fosse ensinada numa só cadeira anual, a título de propedêutica. Anos depois, em 1939, ao aprofundar as noções de progresso e história no seu trabalho «Da Filosofia», o Dr. Delfim Santos confirmou a doutrina, tão felizmente defendida, que vai sendo cada vez mais perfilhada pelos alunos dos cursos superiores.

É evidente que uma cadeira anual de história da filosofia pode servir o ensino comum a várias licenciaturas, mas de pouco vale para o estudo verdadeiramente filosófico. O mesmo ensino, quando dividido por sucessivas cadeiras anuais, passa a ser contraproducente. Observemos que a legislação em vigor não impede que a regência das cadeiras de história da filosofia possa ser confiada a professores que ignorem os idiomas em que foram escritas as obras que

constam dos programas; e como ainda não existem traduções *portuguesas* dos clássicos da filosofia, a possível deficiência do professor é agravada pelas consequências do recurso às traduções em línguas *intermediárias* e pela confusão propícia às doutrinas estrangeiras que estejam bem disfarçadas de universalistas.

Razões de ordem pedagógica aconselham, pois, que a divisão da história da filosofia obedeça naturalmente a um critério filológico, ou seja, à divisão por idiomas e povos. A história da literatura tem sido dividida por este critério, e do facto só tem resultado vantagem para o ensino. A correlação da filologia com a filosofia permite também confiar nalguns casos com vantagem administrativa — ao mesmo professor—a regência de disciplinas que pertencem a licenciaturas diversas. Ao estudar o grego, o latim medieval e o alemão, — não falando já no hebraico e no árabe — verificaria o aluno, perante três exemplos diferentes, a falsidade da silhueta intelectualista que costuma ser apresentada em nome da filosofia universal.

É certo que existe no plano do ensino superior uma cadeira de «História da filosofia em Portugal», mas o respectivo trabalho de professores e alunos ainda não atingiu volume digno de ser tomado em consideração. Já a própria denominação da cadeira revela a dúvida do legislador acerca da existência de uma filosofia portuguesa; efectivamente, se o estudo tiver de ser feito no quadro sinóptico mais utilizado pelas Universidades da Europa Central, o respectivo resultado será a inevitável conclusão de que o pensamento português é destituído de originalidade e de que a cultura portuguesa andou sempre atrasada em relação à dos povos superiores. Citemos, a propósito, o exemplo mais corrente. A «História da filosofia em Portugal» diz-nos que não tivemos uma reforma cartesiana nem uma revolução kantiana: fácil é concluir, com todos os juízos desvalorativos, que estamos ainda numa época de Escolástica.

Razões de ordem política aconselham a imediata remodelação de um ensino de que está resultando um pessimismo deprimente para a consciência nacional e a vulgarização de uma historiografia que não corresponde à verdade.

A Escolástica representa para nós, portugueses, um período de formação filosófica. A Idade Média é a idade das nossas origens. O nosso subconsciente poético revela-se por imagens medievais.

Não vale, para nós, de modelo, a filosofia helénica. Nunca atribuímos à Grécia uma exagerada importância na cultura e na civilização, porque nunca esquecemos a contribuição dos povos orientais. Não há dúvida de que a nossa saudade esteve voltada para a Índia.

Para sair da Escolástica não é indispensável entrar no Iluminismo. Se o pensamento português nunca assimilou o essencial do pensamento de Descartes e de Kant, facto é para explicar e não para condenar. A aceitação do positivismo em Portugal e a influência perdurável dessa doutrina na nossa literatura possuem um significado digno de interpretação especulativa.

Fácil é verificar, pela análise do ensino público e das obras dos publicistas, que a doutrina dominante em Portugal já não é a Escolástica, mas tão só uma flexível modalidade de positivismo para uso de crédulos e incrédulos. A escolástica, pròpriamente dita, eleva a inteligência humana até ao nível da Revelação Cristã. Abandonámos a Escolástica de tal modo que sofremos uma decadência de pensamento filosófico, e nessa queda houve dois momentos fatídicos: a instituição do Curso Superior

de Letras de Lisboa, que veio a ser foco de radiação do positivismo, e a extinção da Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra por inevitável conclusão de ordem política. Não tivemos em Portugal reforma cartesiana nem revolução kantiana, — é certo —, mas tivemos no século passado, e infelizmente continuamos a ter no século que vai já em meio, a equivalente revolta das *Letras* contra o Espírito.

A influência do positivismo explica, pois, que o ensino universitário da história da filosofia tenha obedecido à «lei dos três estados» ou a outra ficção análoga; não devemos, por isso, estranhar que tal programa didáctico suscite, entre os estudantes, a credulidade no advento de uma fase definitiva da humanidade e que, ao mesmo tempo, vá gerando o descontentamento dos pedantes contra o povo português que, durante séculos, permaneceu indócil às lições de europeísmo vulgar. A ser julgada pelo critério da «lei dos três estados», a História da Filosofia em Portugal merece severa condenação, — sem recurso possível, porque nem vale de atenuante a laboriosa hipótese de ter havido alguns precursores.

Tudo quanto de injusto se tem escrito contra o passado (e até contra o futuro!) do pensamento português, assenta na admitida falsidade de que a filosofia se desenvolve como um só fio que teve origem em Tales de Mileto, por exemplo, e que termina actualmente nas mãos de determinado professor universitário cujo renome é mundial.

A verdade é-nos dada, porém, numa figura mais complexa do que a recta intelectualista. Vemos que todos os povos superiores — e o povo grego nos oferece o mais nítido exemplo — desenvolveram esforços diferentes para atingirem a sabedoria a raros acessível. Poderemos também ver, quando a isso colectivamente nos dispusermos, que o povo português lutou e tem lutado pela expressão de um pensamento original. Não sabemos, porém, quando chegará a manhã de lucidez nacionalista...

Á L V A R O   R I B E I R O

MOUSSIA PINTO ALVES — «*A Procissão*»

POEMETOS EM PROSA

Eugénia Aurora talvez ainda não seja um poeta mas é já, com certeza, a poesia, isto é, a sua própria mina, o seu próprio veio, poesia, às vezes, inconsciente, outras, porém, literàriamente consciente, com palavras a mais por cima... Chega-se a hesitar se será preferível deixá-la assim, sem lhe tocar, no seu estado embrionário ou se devemos libertá-la do seu casulo, deixá-la voar...

Se não se tratasse de Eugénia Aurora, demasiado inteligente, talvez fosse preferível conservá-la nesse estado de inocência que sabe, de *menina-de-cidade-e-quinta* com farrapos de poesia e vida, mais farrapos de poesia ou mais farrapos de vida conforme a hora, o dia ou a estação... Mas Eugénia Aurora, além de ser já poesia (e isso bastaria) é também um caso raro de sensibilidade, de criança perdida dentro de si própria, que precisa de encontrar-se, que tem de saber urgentemente (e não se faça vaidosa...) que vale mais do que julga, que não deve, pois, dispersar-se tanto, *deitar-se fora*... É já poesia, sem dúvida, mas é já também poesia a mais, imaginação a mais. Precisa de saber, quanto antes, onde estão os seus limites, a sua música, o seu ritmo, até sua metrificação. Só o poeta, portanto, que há nela (e ainda é crisálida) poderá contê-la, discipliná-la, deixá-la sonhar sem que os sonhos se transformem em pesadelos, só ele poderá conseguir que a sua alma viaje, e corra todas as aventuras, à volta de si própria...

Filha de um excelente poeta que se esqueceu de fazer versos, novelista de talento e insinuante personagem de romance, Eugénia Aurora, excepcionalmente dotada, encontrará fàcilmente o seu caminho quando acreditar em si sem acreditar demasiado, quando sonhar ou poder sair do seu próprio labirinto... ainda que passeie nele de quando em quando. Por enquanto, aqui ficam os primeiros farrapos de Eugénia Aurora, poesia... Aguardemos agora os primeiros versos do poeta ou as primeiras páginas da escritora.

A. F.

MEU PAÍS DE UTOPIA

É uma história passada no Mundo-das-Meninas-Pequeninas. Um mundo em que não é preciso fingir. Ali, as flores abrem e fecham se está calor ou frio; e a «Maria da Lua», quando não tem que estudar, vem ajudar as andorinhas a escolher o lugar melhor para fazerem ninho. Os mon-

tes são sempre liláses, e há Sol ou chuva conforme se brinca ou não aos «spahis» e se procura uma pista na lama encarnada de qualquer terra sem nome. As crianças sabem que nascem como as flores, e as flores ensinam--lhes que o orvalho só vem para aquelas que são boazinhas e brincam ajuizadamente com as borboletas. As trepadeiras entrelaçam-se e, se as meninas estão cansadas, brincam às cabanas. O musgo nunca se zanga se o deixam sòzinho — só não admite que lhe chamem polítrico. É a terra das palavras largas e cheias de cantigas. O Mar é verde-fundo com peixes de oiro. Os pássaros, ao voar, formam desenhos estranhos. Há caravelas arribadas à costa de areias claras. Os castelos cheios de fadas perdem-se entre árvores azuis. Os dragões e as feiticeiras existem nos fins das florestas sem fim, — mas existem só para formar o mistério. A palavra Poesia está gravada em todas as pedras — pedras com mais alma do que nós! Os cisnes entoam sempre o último canto — é um país sem lógica, talvez, mas a quem interessa mais sentir do que pensar...

Branca de Neve não teve entrada ali: ela é um símbolo criado pela Gente Grande. Mas todas as meninas pobres de todas as esquinas do mundo procuram nesse país o urso de pêlo e a boneca de tranças enroladas a que tinham direito — como direito tinham de dormir quentes e comer batatas fritas.

Os génios da Floresta Cinzenta fazem chover nos dias tristes e sós. Os furacões e as tempestades estão escondidos em masmôrras pretas. A palavra terrível está escrita num desmedido cipreste colocado no fundo de um barranco.

Peter Pan foi castigado pelas suas ideias subversivas. A Gente Grande pensa que o Grand Meaulnes ali vive. Eu vou contar: numa noite pesada e sem luar a Aventura chamou-o com uivos surdos, e o pobre foi arrastado para o país-do-Tem-Que-Ser.

Ali, os papagaios e os canários não são aves: foram elevados à categoria de mártires.

O Fantástico, a Maravilha, a Beleza, só vão embora depois das meninas estarem a dormir.

Uma manhã em que o Pato Donald apareceu, as meninas riram... mas não gostaram — e uma onda levou-o.

O Preto Papusse Papão — «ai não se debruce, menino, não!» — anda agarrado pela varinha de condão da fada Não-Tenha-Medo.

As orquídeas estão no País da Gente de Mau Gôsto e Dinheiro.

Os rios não têm corrente fixa: se as meninas querem remar para o alto das montanhas cheias de neve e sonho — o rio sabe que tem de as levar.

Os pintaínhos ficam sempre bolas loiras e desageitadas, cheias de mimo.

O Presépio está armado todo o ano. Ninguém sabe o que é a Árvore do Natal!

O Tempo e a Distância não têm significação.

Os cogumelos não se arrancam para as bonecas das meninas e as meninas-bonecas poderem fazer casas.

La Fontaine não tem grandes simpatias por causa da fábula da Cigarra e da Formiga.

As meninas pensam que os condutores dos eléctricos ganham todo o dinheiro que metem na saca de coiro.

O azul do céu nunca desbota e o verde transparente das árvores é sempre de Primavera.

«Saudade» é uma palavra ali admitida — nem sei porquê! Talvez porque as meninas ainda a não provaram.

Eu queria tanto ser uma Menina-Pequenina!...

O MEU BRINQUEDO

Eu quebrei o meu brinquedo! O brinquedo era meu — tinha-mo dado o Destino. Pôs-mo no coração com um beijo — um beijo do Destino: sabor a decisivo e a ironia. Mas o Destino tirou-mo!... E eu fiquei sem o brinquedo! Tenho saudades do meu brinquedo. E ele era meu! Choro e soluço com força, achato o nariz contra a vidraça e vejo o Destino rir de mim. Faz bailados de folhas vivas e mata-as esmagando-as no chão. Dá-me vontade de partir o vidro e curvar o Destino! Mas ele agarra-me os pés e ata-me as mãos. Torna-me o coração tão pesado que eu não tenho força de o levar comigo. O coração é menos meu do que era o brinquedo!

E se eu fosse de mansinho e agarrasse o Destino naquela prega do ar?! Mas o ar é viscoso e a favor dele! E se eu trepasse pelo Sol e desfizesse o Destino?! Mas o Sol não passa de uma coisa estúpida que só sabe fazer a sua obrigação!

E se eu ciciasse ao vento que sei os seus cantares?! Mas ele enrodilhava-me e eu caía em pó!

E se eu explicasse à nuvem que me pintasse de oiro e rosa?! Mas ela era capaz de me transformar em chuva mansa!

E se eu pedisse à Vida que me emboscasse numa esquina?! Mas ela nunca me atenderia!

E se eu suplicasse o Menino Jesus que me desse o Destino como presente do Natal?! Mas ele podia ter medo!

E se eu convencesse o Mar a enrolar-me em alga cor de sereia e a ensinar-me murmúrios de amor?! Mas o Mar podia preferir que eu fosse tempestade e obrigar-me a afundar navios!

E se eu insinuasse a Apolo que me emprestasse as rédeas, deixasse guiar o carro e arrastasse o Destino num poente?! Mas o Destino podia levar-me o carro!

E se eu clamasse aos Homens que fizessem guerra ao Destino?! Mas os Homens temem-no tanto como eu!

E se eu olhasse de frente o Destino e o deixasse ler em mim?! Mas ele dava-me o brinquedo... e eu não sabia que fazer dele!

AQUELA MENINA FELIZ...

Era uma vez certa menina triste... Menina para quem a Vida era feita de tardes mornas e arrastadas de Domingo; menina que não sabia compreender os dramas dos olhos alheios; menina feita em todas as exposições sem visitantes e a 200 mil réis o quadro; menina que tocava piano e desconhecia Debussy. Uma criança para quem homem nenhum olhou. Era feita de olhos baços e lábios cortados para dentro a sorrir — esquecida num sonho que nunca chegava. Onde existiria o galã barato que a não sacudia para a Vida?

Tinha uma casa feita para si — inexpressiva e morta. Talvez adormecesse, um dia, encostada no maple *de molas duras e forrado de paninho branco. Não creio que anjo nenhum — bom ou mau — tivesse vindo por ela!*

Não tinha o poder de chorar nem rir. Tudo era igual, igual... Tinham-se esquecido de lhe revelar as palavras: ritmo, pregão, sussurro e bruma. No Colégio ensinaram-lhe que as flores só nascem de sementes, pouco mais — e ela... acreditara.

Ninguém lhe ouvira nunca: — «O meu príncipe», ou sequer «o meu namorado».

Não percebera «O Meu Sertão» porque para ela só existiam as cores neutras. Media o cair do dia pelo número de candeeiros acesos.

Não sabia o que era uma toirada. Pensava que o Menino Jesus e o Natal eram uma invenção dos Poetas. Não acreditava nas Ilhas escaldantes dos Mares do Sul. Seria incapaz de perceber por que razão o palhaço chorou quando lhe morreu o filho: — «Se ele é palhaço?!...»

Nunca pensara que em vez de menina com ancas largas e ombros estreitos pudera ter nascido cavalo selvagem ou ser pinheiro num país nórdico e cintilante de neve.

Nunca vira um cravo quente nem uma gelada orquídea-bicho.

Pensava que o mar era cor de cinza, e o desejo... pecado.

Não sabia que brutalidade e encanto podem ser sinónimos.

Tinha a alma da cor da lombada de um volume de códigos...

Era assim aquela menina...

Abril de 47

E U G É N I A A U R O R A

NUVEM PAIRANTE

I

ERA já oiro a claridade que, ao descerrar os olhos, Lívia percebeu nas frinchas das janelas ainda fechadas. Deitada de lado, alongou, preguiçosamente, o corpo que a leveza da coberta desenhava, na sinuosidade de suas linhas delgadas. Tão profundo fora o sono sobrevindo à espertina, que não tinha dado pelo filho passando à porta do quarto, nem depois, em baixo, no jardim, pelo arranque do automóvel, em que ele costumava sair à fábrica. Trejeitou, fora da roupa, um braço e, logo, apertada entre os dedos, retinira a campainha eléctrica, à cabeceira.

— Muito tarde, não é verdade? — perguntou, vendo entrar a criada, que acorrera à chamada.

— Deram há bocado onze, minha senhora! — informou Rosa.

— Mas que escândalo! — tornou Lívia, com um momo de riso nos lábios.

E parecia justificar-se, enquanto a criada andava a abrir as janelas.

— Custou-me muito a adormecer! Não sei que tinha!...

— Vou, agora, preparar o banho?

— Vai, sim.

De facto, insone, ainda lia quando o «menino» o «Sr. engenheiro» entrou, da rua. Nítidas, no silêncio da casa e da noite, ouvira as duas, as três, soando distantes, nas torres da Lapa. Entretivera-se na vigília com um desses romances fáceis que a tradução vulgariza, de afável brochura azul, e de que lhe ficara ainda que ler, pois lhe havia sucedido, durante a espertina, perder às vezes o sentido do que lia e ter de voltar atrás. A efeito, talvez, do próprio enredo, que a distraía, — a súbitas, nessas síncopes da atenção, revivera a lembrança de outro enredo, de que havia participado, e por terminar, afastado, todavia palpitante: o enredo doutro romance de amor, o romance, de doces anelos, dos seus dezasseis anos. Em seu moço ardimento, «ele» não reparava no fosso que, aos pés de ambos, a separá-los, cavava a desigualdade das condições. Ela, nascida em berço de oiro; Duarte, que não passava dum sonhador estudante de pintura. Inadvertidamente, iam-se amando, felizes da confiança e das expectativas com que viam decorrer os dias. Uma ocasião, porém, todo o ledo engano se lhes desfez. Quase dois anos havia que aquilo durava, — cumpliciada Carlota, a negra que dera a Lívia o peito. Impunham-lhe,

então, um marido. Ela, sem comprometer seu segredo, tentara o apelo a mamã. D. Romualda deixara-a desafogar o pranto, e por consolo, confidenciara-lhe que, igualmente, a ela tinham casado dispensando-se de lhe consultarem o coração. Conformara-se. O pai e a mãe tinham, afinal, acertado na escolha. Não lhe custara, por isso, a conformação, e nela se havia originado uma amizade que acabara por lhe tornar inconcebível a felicidade sem o pai de seus filhos. D. Romualda alegava ainda, a desenganá-la, que fora dos romances, o amor, na forma passional, não existe, ou, se existe é quase sempre para mal-aventurar os destinos. Lívia revivia mais uma vez os derradeiros instantes da despedida. Lembravam-lhe certos pormenores de ocasião... A noite estrelada... Antes de descer ao jardim, houvera de esperar que todos em casa tivessem adormecido. Depois, com infinitas precauções, saíra à varanda, e fora com o coração opresso, a corrida até à grade, que a madressilva enflorava, as lágrimas que chorara, juramentos arriscados...

O encontro quase nada durara, para a exaltação de ambos. Não assustara a ama, na sua fraqueza de filha de antiga escrava, uma cumplicidade mais grave, — e, por força do fervor, ela, uma vez no jardim, ter-se-ia precipitado ao portão, aos braços de Duarte... Raptada! A deliciosa e dramática aventura!... O lance haveria terminado pelo imediato rodar dum trem de alquilador, que pararia, à espera, perto dali... Súbito, interrompendo um diálogo incoerente, de desesperos e de promessas, de pressentimentos, a negra desprendera-se do escuro em que vigiava, e, afiitivamente, acudia a prevenir: «Vem aí gente, menina!» No entanto, em torno, nada se percebia de estranho. Não bolia folha de árvore. Mas, alucinada, a mucama insistia. Lívia trocou, então, com Duarte, ao aroma da madressilva, um beijo... O primeiro e o último, de amor, — que a tinha feito estremecer até ao íntimo de seu ser e parecia passado ao sangue, como um filtro enebriante e letal... Nunca o esqueceu... Que seria feito da outra personagem da comédia lírica, sobre a qual tinha há bastante descido o pano? Entretanto, ela estivera no Rio; três vezes vira o berço ocupado; os filhos tinham crescido; voltara; Ester e Susana haviam casado; enviuvara, por último; consideravam-na ainda interessante, e o próprio espelho lhe não denegava os gabos: o mesmo quebranto de olhos, ao canto dos quais, por efeito do *maquillage,* apenas fenecia uma ruga indiscreta... Os cabelos, que usava à moda, cortados, iludiam na persistência dum castanho-claro, sua cor natural. Por ficção laboratorial, vermelhavam-lhe os lábios... Que admirava que a cortejassem? Cortejavam-na, de facto, um conselheiro, um magnate do alto comércio, um general e, a todo o pretexto, ramos de flores lhe entravam em casa, — outras tantas mensagens mu-

das e melindrosas... O que ela se divertia com tudo aquilo! Que seria feito de Duarte? De que feição se teria, depois, mostrado sua estrela?...

Enquanto lhe preparavam o banho, passara ao quarto de vestir, que um arco, de reposteiros de renda pendendo para cada lado, separava do da cama. Achegando mais o roupão de seda, — embora, desnudo um começo de colo, aproximara-se da janela, que abriu, e, apoiada ao peitoril, distraía-se com a vista do jardim, em baixo. Árvores floreciam. Abotoavam-se as roseiras. A relva luzia no seu verdor de humidade. Esvoaçantes, borboletas lembravam uma tremulina de pétalas brancas. Chilreios de ninhos. Doidejavam asas de andorinhas. Nos quintais vizinhos, galos cantavam. Ligeiramente, se embrumava o azul. Estava-se na Primavera. Percebendo Lívia à varanda, *Piloto* rompera a latir, brincão. Excitava-a um estranho contentamento. Porquê? Tem a Primavera daquelas coisas, e isto explicava-lhe, suficientemente, toda a efusão que sentia... Continuou a divagar-lhe, o pensamento. Lembrou-se da grave embaixada, que lhe estava cometida, de pedir, aquela tarde, aos viscondes de Friães, a mão de Maria Manuela, para o filho. Um amor que nascera dum idílio, à Paulo e Virgínia, em brincos sob a fronde de velhas árvores duma quinta... Outro casamento de inclinação na sua prole. Depois do que, ela ficaria só... Viajaria, então. Há sempre, nessas condições, uma amiga disponível, para tais errores. Viajaria segundo a fantasia, de *Beadecker*, e quem sabe se o acaso nalgum aso feliz a faria encontrada com Duarte, à beira de qualquer lago, à sombra duma nave de catedral... Uma criada aparecera com o jornal na salva. Como de costume, antes do banho, Lívia desdobrou-o, fez o lento percurso dos títulos. Nessa digressão se fixou num deles: *A. Duarte, um artista que esquecemos...* Notícias de Duarte!... E pôs-se a ler, àvida de saber tudo, depressa. Vinha de Paris a prosa, em que se discretiava da obra e do carácter do pintor. Isso produzia-lhe o efeito dum deslumbrante jacto de luz, projectado sobre o mistério da sua existência. Achara-o o cronista, uma manhã, a pintar no parque de Monceaux, e, nessa ocasião, postos em descanso os pincéis, Duarte houvera-lhe confiado o desígnio de visitar, — romeiro, apenas, de saudade, — o seu país, para tornar às deambulações de *globe-trotter;* e levantava um pouco o véu que encobria a vida do artista, deixando subentender no seu passado, um caso de paixão, capaz de explicar o que nela parecia extraordinário...

2

De pé, já com a raposa no braço, Lívia estava irrepreensível, desde o chapéu de flores aos sapatos e à meia de seda. Em ocasião alguma, se

vestira com tanta preocupação de parecer bem, exigente de si, dos esmeros da criada de quarto, do próprio espelho, a que se compunha, insatisfeita, como se em vez de sair à sua embaixada de mãe, a pedir a mão de Maria Manuela, a esperasse Duarte no seu «estúdio», para lhe fazer o retrato. A ideia dum retrato, pintado por ele, acudira-lhe enquanto, mirando-se no cristal, fora apurando aquele «ar» que lembrava a elegância aristocrática de certos modelos de Zuloaga. Notara-se susceptível de embevecer pincéis de arte. Esse fervor duma interpretação pictural de sua figura, que Duarte não podia senão desconhecer, na inalterabilidade, provável, das reminiscências que guardaria dela, complicava-se dum ardil de amor...

— Até logo! — disse, agradável, a Rosa, retirando-se.

E encaminhara-se para a porta. Ficava de seu andar um rasto a essência de *Coty*. Instantes depois assomava ao alto da escada sobre o jardim. Vendo-a aproximar-se, o *chauffeur* descobrira-se, levara a mão à portinhola do carro. Antes de entrar, Lívia havia-lhe dado uma direcção. O motor resfolegou. Transposto o portão, o automóvel virava no sentido da Foz. Através das vidraças, Lívia seguia, com a vista, a corrida das fachadas, das árvores, da gente... Devaneava... Que misteriosa relação existia entre uma noite passada quase em claro e as alvoroçantes novas que a manhã lhe trouxera?

3

Termo de Outono. De Paris, — a propósito dos primeiros acontecimentos de arte e de elegância, por que se soleniza a recuperação da cidade, a exposições, concertos, salões reabrindo à volta de vilegiaturas, aparecimentos literários, modas, — outra crónica contava que o pintor já metera pés ao caminho, e precisava mesmo seus projectados percursos de impressionista, aos quatro pontos cardeais de seu país. Lívia passou, desde aí, a ler os jornais com a febre de quem pesquisasse veio de oiro, e cogitava acerca do que lhe estaria reservado, depois de «o» encontrar. O filho casara, residia à parte, ela começara a viver mais só. E reflectia sobre o favor de suas novas condições de ser...

Era Duarte, finalmente, na capital, e ocupava-se duma exposição, com alguns quadros e cartões, de que três ou quatro críticos escreviam adjectivando a sensibilidade que os informava. Ao termo de hesitações, numa enfiada de dias, por derradeiro vencidas, Lívia escrevera-lhe, sentindo, contudo, pejo de o tutear como dantes, — carta de ânimo feliz, tímida, a afervorar o reatamento dum diálogo, afinal, apenas interrompido... Felicitava o artista e resumia sua vida, dela. Duarte casara? Jul-

gá-la-ia ele digna de receber suas confidências, com que contava? Duarte não a esquecera e só porque lhe lembrava Lívia, pela carícia do olhar, o dourado da pele morena, a esbelteza de falsa-magra, estivera para casar com certo de seus modelos. Sucedera isso nos primeiros anos de Duarte êxule. Depois sobreviera a calma e com a sua imagem inalterável principiara a entrar na idade. Imagem como em contemplação de cego, solitária, à parte da realidade. Não mais que ficção, — porque, de facto, sendo já largo o tempo andado, o temor de se lhe alterar a jocunda e factícia feição, lhe paralisara sempre o intento de voltar. Só ùltimamente, esse receio, parecia impor-se-lhe menos, ceder à nostálgica influência de recordações lareiras, de paisagens familiares, à de Lívia, sobretudo, sujeita, também, à inexorabilidade das transformações que não poupam sequer as coisas de matéria impassível. E um dia, decidiu aprontar a mala para a mais melancólica de suas jornadas de boémia. Com emoção lera a carta, que não esperava. Releu-a ainda, tentando de cada vez penetrar além do seu sentido literal... O perfume que a impregnava, criara-lhe uma ilusão sensual, de presença... Em resposta, ele bendissera a inspiração de Lívia, escrevendo-lhe. Essa carta trouxera-lhe um pouco da felicidade arrebatada... «Encontrar-nos-emos, não é verdade?»

Encontraram-se, com efeito. Lívia conseguira atalhar a reparos de viajar sòzinha e de Lisboa advertiria, ao diante, o filho: «Devo demorar ainda, porque um pintor, moço do meu tempo, começa, agora, a fazer-me o retrato». Uma correspondência contínua, primando a todos os cuidados, sentimental, e, da parte dele, às vezes de indefinida tristeza, fazia-os impacientes duma aproximação a que, no entanto, só veladamente aludiam, no estilo lírico de seu estado de enamorados... A vida a reflorescer!... Seria possível? Passado o Inverno, a Primavera não deixa de apontar de novo, prometedoramente abotoada... Reservaria a vida a ambos uma semelhante renovação, possibilidades de beleza e de gozo?... Nessa feição de humores, a ideia do retrato adquiria mais força, não resultando ùnicamente dum fervor de arte. Proposto na doce inquietação do que sucederia, o retrato dissimulava o fervor, profundo, de consumar a incompleta possessão daquele beijo, trocado, havia muito, uma noite — noite alta, — junto duma grade que a madressilva enfeitava de seus corimbos. Assim, Lívia veio a aparecer em Lisboa, sem todavia deixar de fazer segredo de sua chegada. Mercê de certo amigo, coleccionador e bibliófilo, Duarte improvisara «estúdio» num pavilhão onde cabiam igualmente suas necessidades de morar, dentro de uma propriedade a que o *eléctrico* da carreira próxima, não perturbava a tranquilidade ambiente. Ele próprio se havia precipitado a abrir a porta, sentindo fora, parar um automóvel.

Tocara-o um pressentimento. Em torno, ninguém. Na ardentia daquela tarde, tudo era torpor e silêncio. Apenas, o monótono canto das cigarras quebrava a modorra, entoando adormecidamente. E Duarte deu com Lívia caminhando toda de claro, rosas ao peito, a sombrinha a protegê-la do sol, e, um instante, pareceu perplexo, assombrado. Ela, então, observou, numa inflexão irónica, de queixume:

— Mudámos bastante, bem sei...

Duarte explicava, em esto, seu embaraço:

— Adivinharam-te meus olhos, meu coração! Teu encanto, porém, ia-me fulminando. Porque não me advertiste da tua vinda?

Sem dúvida, Lívia aparecia-lhe bela, com a sedução de qualquer Sr.ª de... dos romances psicológicos de Bourget, tomando o fiacre, dos seus escusos encontros com o amante. O que o perturbara não havia sido tanto sinais de tempo andado nem o desalinho da casa, de que se envergonhava, e pedia desculpa. Tudo nela floriria, mesmo na pobreza, se ele pudera contar com a visita. Para a receber não haveria um móvel sem flores. A diferença que ela fazia da «outra», que ele tinha deixado, e cuja imagem se lhe fixara, de uma absurda inalterabilidade na retina e na imaginação!... Entrando do breve jardim, que sebes de rosas separavam do mais da propriedade, repousaram no «estúdio», num escasso divã. Afogueada, ela usava o leque, num jeito mole e grácil. Uma velha criada, posta à disposição do passageiro ocupante do pavilhão, viera com refrescos, trazidos de qualquer tendinha do sítio. E, longamente, ambos conversaram, por vezes, em melancólica toada, recordando. Lívia mais aberta, sem dominar o alvoroço. Casada, de quem nada se murmurara, pouco tinha a contar, com pouco acudia ao comovido interesse de Duarte. Ele, sim, tinha a referir uma vida extraordinária, desde aquela noite passada há tanto, depois da qual, de todo, o perdera, nunca mais tivera novas suas... Sofrera muito, não é verdade? Ao menos, nos primeiros tempos...

— Começa por aí tuas memórias para mim ... — pediu Lívia.

Se ele sofrera!... Uma tarde, mesmo, procurara as frondes do *Palácio*, a essa hora deserto. O arvoredo tornaria mais romântico o epílogo que ele resolvera dar-se, compondo um quadro sentimental, aliciador... À vista, tinha, no horizonte, o mar, o sol a despedir-se, de oiro e sangue. Arrancou do bolso a arma. Ao cabo, porém, de hesitar, largara-a. Que vergonha, ainda, guardava disso! E tombou a soluçar sobre as costas do banco em que se sentara. Depois, deitou a correr como que a fugir à tentação... Um pavão enchia de seu grito os ecos solitários... Receou, durante dias, pela própria razão, se não conseguira safar-se, antes dela passar a ser doutro. Providencialmente, um mecenas havia surgido no

transe, e, destarte pôde desaparecer de cafés e cenáculos, exilar-se da sua terra.

— Ainda não me mostraste os teus trabalhos! Quero vê-los! — lembrou Lívia, interrompendo a dolorosa narrativa.

E levantou-se do divã. Fazia-o ocupar-se deles, obrigando-o quase à história de cada um. Diante de uma cabeça de estudo, — de qualquer cigana, ruiva e de olhos de gazela, — representara uma curta farsa de zelo. Atentou nalgumas paisagens.

— Ah! O teu retrato! — exclamou, reparando numa tela.

Era o auto-retrato de Duarte, pintado ainda havia pouco mais de um ano, de melancólica expressão: cabelos a branquearem, olhos erráticos, a amargura de uma boca solitária... Então, Lívia voltou-se para ele, e, abraçando-o, beijou-o. Demoradamente...

— Há quanto tempo!... — murmurou.

A solidão terminara.

4

O retrato de Lívia recebera o último toque de pincel. Duarte havia pintado num estado de distracção e abatimento que, apenas, lhe permitira trabalhar lentamente.

— Estás satisfeita? — inquiria, pousando a paleta, cruzando os braços.

De pé, Lívia exultava:

— Imenso, meu amor!

E suscitou, logo, sobretudo ao gosto dele, o delicado problema da colocação da obra.

— Aonde iremos pôr o retrato, na nossa casa?...

Até aí, nesses lânguidos diálogos, no «estúdio» e nos recônditos da quinta, interceptados, às vezes, de súbitos silêncios, nunca o futuro fora um tema deliberadamente tomado, figurado em linhas concretas de projecto. Nem mesmo a isso dera azo a imprecisão daquelas palavras: a «nossa casa», que, entretanto, indiciavam já perspectivas. Com o fim do retrato poucos dias lhes restavam, de conúbio. Até aí, trocar uma noite por outra, o cómodo mercenário do quarto do hotel, pela macia intimidade do cubículo do pavilhão, em que mal cabia um leito, ao lado muito perto da janela, todas as manhãs pipilada, — fora sempre para Lívia, instruída segundo uma pauta de costumes pouco menos que severos, uma deliciosíssima aventura. Ia ser preciso separarem-se. Simplesmente, desta vez à separação se deveriam seguir preparativos para o acto natural, correcto,

devido à sociedade, de se matrimoniarem. Lívia abria de novo caminho a combinações, e, com júbilo, já, probabilizava:

— Dois meses bastam, para se arranjar tudo!

Duarte parecia meditar. Um pensamento o ensombrava. Por fim, falou. Propunha uma ideia estranha. Porque não continuar no mesmo pé o amor de ambos, sápido de recato, cultivado como um rito oculto? Porque não voltariam, Lívia e ele, a procurar-se nas condições em que se tinham encontrado, tanto que qualquer deles não conseguira calar mais a recordação daquela breve núpcia, bizarra, de boémios?... A própria diversidade das paragens em que esses episódios, da comédia do amor, viessem a decorrer, — Sorrente, por exemplo, debruçada de balcões e latadas floridas sobre a magnificência e o azul do golfo; qualquer país — quem sabe? — do Extremo Oriente, de empolgante exotismo, de figuras de ídolos e de danças sagradas, — não faria, talvez, senão infundir a cada um desses reencontros a ilusão de um acaso, provocar, aos sentidos, um novo frémito... Lívia estranhava-o. E, no entanto, as cartas que ele lhe havia escrito, estoavam todas de apaixonada impaciência e fervorosa continuidade. Ali mesmo, quando, na exultação de mùtuamente se terem recuperado, ela lhe dizia, olhos nos olhos, mãos nas mãos, o propósito de reservar todo o seu ser, a ele, à felicidade de ambos, Duarte, invariàvelmente, completava o sentido desse voto, e parecia legendar a fusão íntima de dois destinos, acrescentando: «Para sempre»... Tudo aquilo se passara nos primeiros dias de exaltação. O humor de Duarte demudara, porém. À ebriedade dos estos, Lívia via suceder nele o desânimo... Por isso, não estranhara a sugestão, nem dela tirara razão de agravo... Ùnicamente, pungida, havia observado:

— Quisera-o compreender e não posso!...

Então, a possibilidade de resolverem de vez, uma crise que parecia interminável e os ia encaminhando à desesperança, se lhes apresentava, de golpe, para um desfecho feliz, e ele pretendia evitá-lo, entendendo por melhor a volta de cada qual, ao caminho feito, com a sua recordação!... E, todavia, quanto ela lhe destinava, ainda, na sua paixão! Só a sede de Duarte esgotara depressa a taça... Ele, afastar-se-ia, saciado; Lívia, amargamente descrida... E não duvidou de lhe confiar que, apesar daquele contentamento com que, de contínuo, lhe aparecia, descuidada, feliz como as aves, vindas todas as manhãs pipilar à janela do cubículo, e de seus abandonos da primeira hora, — pudera adivinhar que havia deixado de ser, com efeito, o centro ideal para que, no pensamento e no coração dele, tudo quanto representava convergira, durante tempos. No entanto, na esperança de o ganhar, pela submissão, para as efusões que só a ele reser-

vara, ela suportava-lhe o doentio ciúme do passado, perversões de uma curiosidade que apenas iam envenenando aqueles dias... Em extremo de render-se ao tédio e à dor, incapaz, contudo, de insurgir-se, exorava-lhe por vezes: «Não falemos mais dessas coisas!...» Inùtilmente, Lívia acabava por cair em lágrimas, sobre o divã. Daí a pouco sentia passando sobre os cabelos, suas finas mãos de artista, numa carícia que a fazia estremecer toda, no entanto triste, fria, quase ùnicamente de dó... Ela pressentia-o repeso... Já não lhe oferecia dúvida que Duarte, com a ideia desses reencontros, de longe a longe, ao gosto da fantasia, ùnicamente intentava defender a imagem contra a realidade... A uma delonga até à saciedade, corrosiva como certos ácidos, ele viera, por isso, a preferir a brevidade de simples episódios sem consequência, ao favor de ambiências naturais e de costumes, próprios à exaltação romântica... Mas isto para ela nada tinha de amor. Não era amor. Amar, não pudera ser senão a ebriedade, embora, como no caso de ambos, eivada da melancolia dos momentos que prenunciam os crepúsculos... Lívia, que supusera fundar a felicidade de Duarte no dom absoluto de si, a outro nunca feito, tinha por certo, penetrando o seu próprio ser, que era assim, como ela o sentia, o amor... Depois, tanto que a noite tombara, recolheriam ao jardim enluarado das recordações... Delas viveriam... Duarte, tornava-se desatento à fatalidade do fim, que pesa sobre tudo quanto existe... Esses errores a proteger de desgaste a imagem, também, alguma vez terminariam... A seguir, a terrível solidão... Acaso, irònicamente pensava, lembrar-lhe-ia, então, o recurso, já tentado, uma tarde antiga, no *Palácio,* ao grito alto dos pavões?...

Inclinado para a frente, as mãos inertes, entre os joelhos, numa figuração de derrota, Duarte obtemperara não estar repeso. A recordação daquela obscura núpcia, sobreviveria, apesar do que nela havia de funesto. E não era o tempo o elemento perturbador. A mácula deixada, indelével, na carne de Lívia pela possessão conjugal, é que não tardara a tudo comprometer, — terrível e humilhante para ele... A primavera dessa carne... Outro se havia enebriado de suas fragrâncias... A inocência de Lívia... O mesmo a deflorara... No entanto, nada disto já o devera confundir. E, contudo, acabou por o esmagar. Melhor tivera sido, porventura, na calma, afinal, alcançada, não repulsar de suas contemplações íntimas, — tornada Lívia irreal, — a ideia embora intolerável, do seu possessor. Lívia volvera-se, por este efeito, numa espécie de mito de destino, e suas últimas palavras, na despedida, ao testemunho das estrelas que adiamantavam essa noite, profunda e silente, — tão transacta: «Quem sabe?... Talvez... Acaso, um dia...» — tinham-lhe ficado no ouvido com o vago

de um benigno augúrio, em que, todavia, não acreditava bem... Lentamente, assim, os anos passaram. O desígnio, inesperadamente, veio a consumar-se... Só, então, a ilusão, pouco a pouco, se dissipou. A imagem acabara por não resistir ao contacto com a realidade. E jamais, desde aí o esto deixou de ter o que quer que fosse de agonia...

— Mas eu não deixei de amar-te! — protestava Duarte.

Seria, porém, verdadeiramente, — cogitava —, ainda amor o que ele sentia, desejando-a? Ou não passava antes, de vindicta de amor-próprio, póstuma por assim dizer? Vez alguma o «outro» a tivera, em pleno desnudamento, — e ele possuíra-a, assim, a pretextos de arte, por força de grandes precedentes, como o da nudez de Helena Fourment, servindo de modelo ao genial Rubens, seu marido; Lívia, por fim, vencida no seu pudor, lho havia afirmado: «Nunca! Nunca!» — satisfazendo-lhe a propósito, a curiosidade, sempre doentia. Havia sido para salvar o amor de ambos, que, inquieto da sorte dele, Duarte aventara a volta à mentira de espaçados encontros, à ilusão das efusões do princípio, enquanto o permitissem os derradeiros dias do Outono, acercando-se... A «nossa casa»... Com esta ideia a alvoroçá-la, Lívia transpusera, pela primeira vez, o jardinzinho à volta do pavilhão, e vira-se, depois, no «estúdio», entre os braços dele, rodeada de suas obras. Essa ideia ligava-a sem hiatos aos sonhos da adolescência... Não foram suas efusões de mãe, e a vida decorrer-lhe-ia depois, na persuasão de nunca se haverem separado. Ele tomara-lhe aquele modo de estribilho, — palavras, no instante, de expressão categórica, porque era chegado o momento de resolver...

— Surgindo em nossos tratos, só negativamente meu espírito reagiu a elas. «Nossa casa» seria, não pudera ser senão aquela em que pertenceste a «outro» e que, na mudança de estado, por pejo, e, sobretudo, em respeito aos filhos, não terias ânimo de trocar por nova residência, como seria preciso para aniquilar o passado, os seus vestígios... Apenas alguns móveis mudariam, — adivinho-o por teus próprios escrúpulos. Far-se-ia o discreto arrumo de certas fotografias e compreendo o que teria de grave problema a simples transferência de certo retrato a óleo... E nesse meio, eu... E, a qualquer lado para que me voltasse, a presença de «ele»... As alcatifas guardariam memória de seu piso... Aos meus olhos os espelhos espectralizariam seu vulto. Seria impossível esquecer que o mesmo teclado do *Herz* a que, para mim, interpretarias, nos nossos serões, Chopin, ilegíaco e elegante, transcendências de Wagner, Beethoven entrando nos ciclos profundos da alma, já fora amesquinhado pela satisfação, em horas amenas de outro tempo, de inclinações de gosto acessório... E quantas vezes, no leito, me tomaria a sensação telepática, de um corpo álgido, estranho

a separar-nos... Até no pessoal que te serve, que o serviu a «ele», sua influência não deixaria de se tornar sensível, e, de tal sorte, eu, no juízo de todos, não passaria de um antipático intruso. E teus filhos?... Que pudera eu esperar deles mais do que uma chocante polidez?... Por trás de suas maneiras, apenas ciúme, razões de opróbio...

Não era permitido a Lívia duvidar mais... Sua visão de uma vida recuperada, generosa de mútuo esquecimento, toda transportes de amor e arte, era irremediàvelmente perdida... Erguendo-se do divã carmesim, — já ùnicamente recordação de acasos de suave abandono, arrumado a um canto, à obscuridade de um biombo, — Lívia disse, bela e misteriosa, sem rancor:

— Impossível, tens razão!...

Ele seguia-lhe atentamente os movimentos e, percebendo que se preparava para retirar, não obstante a promessa de passar ali a noite, estranhou:

— Não ficas?...

— Não! — respondeu Lívia. Mandas procurar um carro?

Alguns instantes, depois, um moço da quinta entrava a anunciar que um automóvel esperava. Ela, já de chapéu, estendeu ao pintor a mão, que brilhava de anéis, — os lindos anéis que ela não dispensava na sua preocupação de gosto. Duarte pudera notar, no médio esquerdo, a «aliança»... Era a primeira vez que ela a usava a seus olhos. Como um vestígio que a comprometesse, trouxera-a sempre, cuidadosamente escondida, na bolsa de pele. Mal dominando a comoção, Duarte quis ainda saber:

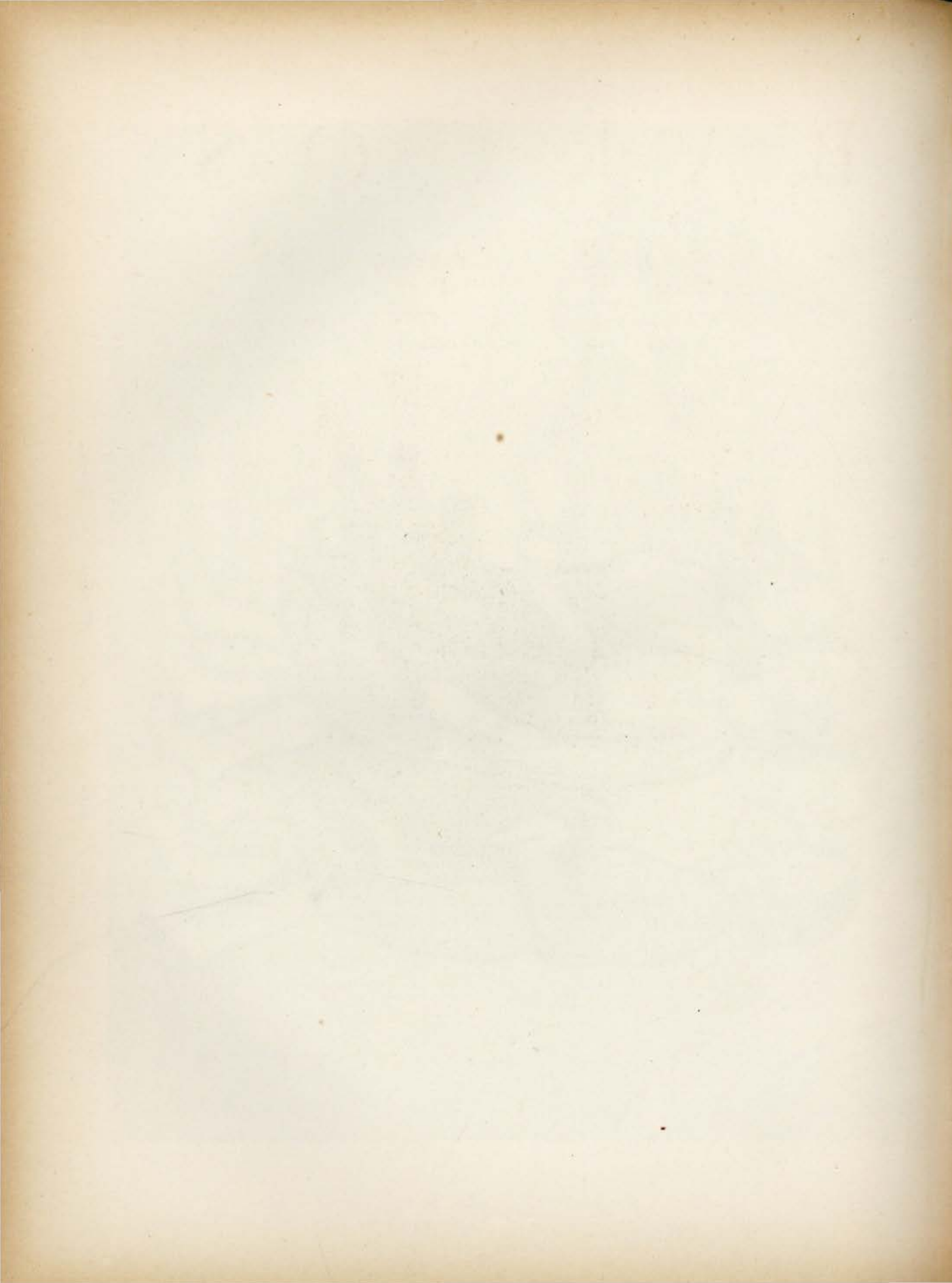
— Até quando?...

Imóvel, grave, outra, Lívia apenas disse:

— Quem o pudera saber?...

Anoitecia. Cantavam os ralos. Carpia, caindo, a água de um tanque. Era mais penetrante o perfume das rosas. Tudo, à volta, parecia já reminiscência da vida ardente até aí vivida...

A M A D E U   C U N H A

JORGE DE LIMA — *«Meninas na praia»*

BARCOS

Ó barcos
quadrados,
redondos,
sem forma,
iguais...
Nos fundos
profundos
de estranho
oceano,
sem rota
rolais...

Redondos,
medonhos,
sem norte
— torna
que torna —
que rumo
tomais?
Que volta
do vento
esperais?

Ide,
sem medo,
alheios
do mais...
Sem nada
lá dentro
vogai,
ociosos,
gozosos
da vossa
vaidade!

Meus barcos
sem Índia
correi,
mareai
ao calhar,
sem vela,
nem rota,
dispersos,
desertos,
quadrados,
redondos,
sem forma,
sem nada
lá dentro...

Que dentro
de mim
— ai! —
há um oceano
sem fim...
sem fim...

LUÍS RIBEIRO SOARES

A PROPÓSITO DE "A CASA DAS MINAS"

A Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia iniciou as suas publicações com a comunicação de Nunes Pereira «A Casa das Minas», sobre um terreiro de tradição voda de S. Luís do Maranhão. Apesar dessa valiosa comunicação, do que tenho escrito sobre o mesmo tema e do muito que colhi naquela casa e, ouso até dizê-lo, da promessa de novos estudos prometidos pelo etnógrafo maranhense que oxalá se realizem brevemente, alinho estas considerações no receio de que o Keregbetã de Mãe Andresa Maria nunca venha a ter o estudo que merece. É certo que uma douta instituição das U. S. A. tomou sob os seus auspícios investigações sobre o negro maranhense, envolvendo, como não podia deixar de ser, o mais puro dos seus terreiros, mas para o Brasil é um imperativo nacional a recolha do vasto património musical, coreográfico e multiplicemente folclórico, psicológico e histórico do grande terreiro gege. Ainda hoje me parecem pouco o meu caloroso entusiasmo e o êxito inesperado das minhas tentativas — coroadas pelo encontro nos arquivos portugueses das obras de língua mina de Costa Peixoto — para avaliar com certeza a importância do tesouro guardado pelas «minas» maranhenses e pelas novisyes do Begum da Cidade do Salvador. A guerra e as minhas atribulações na pátria impediram-me de fazer como devia e tencionava a propaganda em torno desse manancial de riqueza estética e psíquica da nação brasileira.

Empenho fácil e já conseguido é o de classificar o Keregbetã na ordem religiosa. Em introdução ao trabalho de Nunes Pereira, Artur Ramos apresenta a minha conclusão, publicada em trabalho posterior ao do etnógrafo maranhense, de que o culto guno de S. Luís se inclui no «sincretismo ioruba-daomeano». Isso seria apenas a confirmação de um lugar-comum desde Nina Rodrigues. Outra afirmação do mestre baiano (aliás maranhense) mais precisava ser confirmada: a de que o tal sincretismo vinha determinado de África. Do facto encontrei eu confirmação plena, quando identifiquei provàvelmente bem, o senhor Poli-Boji com o «Kpoli» de Mãe Andresa. Se não está bem patente no comentário da *Obra de língua Mina* de Peixoto, volto a esclarecer que me refiro a um sincretismo gege-nogô produzido em África. Sincretismo religioso com demonstração linguística (1). Nos estudos afro-brasileiros tanto da religião como da língua tem dominado uma confusão geográfica, pelo motivo de haver várias tribos nogôs no território do Daomé. A essa confusão se refere já Artur Ramos. Por causa dela publiquei um artigo na *Revista do Brasil*, intitulado *O pessoal gege* contendo acusações ao fundador dos estudos afro-brasileiros, de que mais reflectidamente o ilibei em artigo publicado na mesma revista com o título de *Justiça a Nina Rodrigues*. Com esta explanação ficam reparadas as faltas em que o trabalho de Nunes Pereira não podia deixar de ter incorrido, principalmente ao versar a questão da língua.

Pensar que o sincretismo ioruba-daomé do terreiro de Andresa é de origem afra tem muita importância quando se lê um livro que, como «A Casa das Minas», tanto insiste sobre a pureza da

crença dos fiéis do Keregbetã. Este é o fundo da questão, embora não falte depois onde procurar, quer em pontos de crença quer nas múltiplas manifestações de cultura, evidências de poliédrica aculturação.

O depoimento de Nunes Pereira convida-me a dar o meu pequeno depoimento, porque tudo me parece pouco para decidir os músicos brasileiros a recolher e venerar os «pontos», de que tenho publicado umas duas dezenas, quando possuo mais de um cento, os coreógrafos a fixar as danças, os psicólogos a esgotar a psicologia e outros estudiosos a estudar o resto — e isto enquanto é tempo, porque já Andresa Maria se me queixava, e na Baía a Emiliana, da dificuldade que vai havendo em conservar o velho património em gente moça. E a minha dúvida é que, perdido ele, perdidos não fiquem valores que nem em África seja tempo de recuperar.

O autor de *A Casa das Minas* alude à minha frequência ao terreiro em 1937. Não importa rectificar o que diz a meu respeito. É pena que não seja verdade. Basta agradecer-lhe com a simpatia que a recordação do seu nome me desperta, ligada, não me recordo bem se a algum encontro pela Amazónia se a boas referências que lhe ouvi fazer, a maneira amável por que reproduziu a lenda quc a meu respeito se formou entre a gente da seita no Maranhão sem que, como poderia vir a suspeitar algum crítico, eu a tivesse originado mentindo para mais fàcilmente ganhar confiança. De qualquer maneira, não consegui por completo realizar o meu intento. Andresa declarou não me ter confiado tudo o que sabia e os pesquisadores devem reparar bem no caso, que exponho para governo deles. Em primeiro lugar, a confiança não dependia exclusivamente da vontade da voduno, porque esta entregou a decisão aos voduns, segundo os trâmites que as coisas seguiram. Pelo que tocava à boa vontade da dona do Keregbetã, devo dizer que fui recebido com a maior franqueza desde que ali entrei. Contando apenas com 20 dias de trabalho naquela casa e em S. Luís, trabalhando desde o jantar (às 18 horas) até depois da meia-noite, tempo insuficiente para coligir todos os textos musicais, exclusivamente cantados por Andresa — as novisyes não o podiam fazer e passavam o tempo comigo em conversa fiada nos impedimentos e descansos da voduno —, com essa limitação me conformei desde o princípio. Evitei assim qualquer motivo de reserva que comprometesse o nosso mútuo e tão necessário à vontade, até final, só então pedindo para ser admitido no pegi, menos pelo desejo de lá entrar que para saber se me era permitido. Mas importa mais pormenorizado o meu depoimento.

No primeiro dia, pelas 18 horas, bati à porta da casa da R. de S. Pantaleão, 857, perguntando por Mãe Andresa. O nome fora-me indicado em Belém pela Luzia da «Floresta de Santa Joana d'Arc», à cremação, mulata maranhense. A casa reconhecera-a na véspera em uma ronda pelos terreiros na companhia do amabilíssimo delegado de polícia. Só o *chauffeur* me pôde dar a indicação daquela porta misteriosa, fechada quando depois da meia-noite passámos pela rua. Mãe Andresa não estava no momento em que a procurei, mas, voltando uma hora depois, fui introduzido na varanda para dizer à voduno: «Sei cantigas geges da Baía. (Sabia pouco, ainda não estava reconstituído, ao tempo, o Bogum do Engenho Velho). Quero aprender cantigas geges do seu terreiro». Receou que se tratasse de uma vontade incerta, de uma curiosidade vã, mas foi amável: «Oh! a nossa língua é muito difícil...» — e começou a cantar em nagô, um «ponto» bonito que diligentemente transcrevi e reproduzi logo. Vendo que o

aluno não era muito estúpido, Andresa começou logo a cantar gege, mas não o fez ao acaso o primeiro cântico que escrevi, *Ê masêtô* (2), é um exconjuro. Ignoro se alguma ordem conservaram daí por diante os textos que foram aparecendo, embora me falasse do nome, sexo e idade do vodum a que pertenciam. O essencial é que em muito raras ocasiões, por cansaço, indisposição ou afazeres, a mestra se escusava de cumprir a pesada tarefa que aceitara, correspondendo à minha avidez de melómano cansando-se, repousando apenas a intervalos para conversar sobre as explicações que a propósito dos textos lhe pedia. Por vezes eu instava, sem força — que me não parecia necessário empregá-la — para que me revelasse tudo o que me pudesse revelar sem prejuízo do mistério que lhe convinha preservar na casa. Nessa reserva, seria eu o primeiro a ampará-la, usando da plenitude do meu espírito crítico a ponto de a fazer recear ser indiscreta. Por excesso de escrúpulo? Não. Por um sentimento de solidariedade a que se não pode esquivar quem convive naquele terreiro, eu não perdi de vista que o momento em que todos os mistérios do Keregbetã fossem devassados, seria o início da desagregação; e é necessário que quem tomar essa responsabilidade, tome também a de recolher integralmente para a ciência e para a arte o legado das negras minas. Eu não podia tomar nem uma nem outra. Nunes Pereira, no presente estudo, obedece ao mesmo instinto. Declara com certa humildade que nunca entrou nas casas da direita do terreiro (são habitações particulares) ou na cozinha e das outras divisões dispensa-se de alardear em quais entrou ou não entrou. Lisura com lisura correspondida, a minha, penso eu. A anciã viu-se algumas vezes apertada a ponto de confessar que a significação dos textos não a tinham deixado os antigos. A Anéris repetia-me as palavras misteriosas gritando-mas ao ouvido, para que eu as traduzisse, isto é: as apreendesse na sua integridade sonora (Nunca me gritou assim o seu nome, razão por que até agora sempre lhe chamei Amélia). Nada mais me podiam fazer.

Em breve me demonstraram afeição a nosye e as novisyes assíduas. Estas, com a mãe-pequena (Anéris) à frente, lembraram-me a realização de um tambor-mina, visto a minha permanência em S. Luís não coincidir com nenhuma das festas da casa. Era uma oferta desinteressada. Bastava-me pagar o jantar para as pessoas convidadas. Se eu pudesse dispor de vinte mil réis... Aceitei entusiasmado, propondo-me até dar trinta mil réis para que a comida fosse melhor e mais abundante. No dia aprazado, avisaram-me para comparecer às 15 horas. Tinha o direito de ver tudo. O tempo passou-se à espera até o jantar, que partilhei só com o runtó em uma das salas da ala esquerda. Em seguida, o runtó, oficial de diligências que já me havia sido apresentado e que eu procurava, às vezes, no tribunal, convidou-me para sua casa, uma das tais do lado direito. Saindo, ao fim de algum tempo para o terreiro, a gozar a amenidade da tarde, ali estive com as meninas, Bosu, Desê, etc., a exercitar-me, sem resultado, na arte de tocar gô (cabaça). Aproximava-se a hora, com o crepúsculo. Anéris veio buscar-me e conduziu-me à sala da frente, entre o corredor e a antecâmara do pegi, onde me penetraram de cânticos — Dada-Ho, o vodu mais velho, e outros preferidos da casa. Quando o gã começou a acertar o ritmo, mandaram-me assistir ao começo do tambor na varanda, onde não tardavam a dar entrada vestidas as novisyes, e Anéris me fez sentar em um estrado para presidir à dança. O tambor-mina é uma cerimónia dividida, como o candomblé nagô, em duas partes. Supõe-se que também na

primeira se chamam os vodus e na segunda eles se dignam visitar o terreiro. O intervalo é aproveitado para a caracterização das figuras que têm, assim, de representar dois papéis, aparentemente distintos. A caracterização das novisyes é mais sumária que a das yawôs. A simbologia quase se reduz às cores e os vodus usam bengalas. Pouca liberdade tive para observar o movimento no intervalo, as entradas aos quartos e ao pegi, porque fui instado a conservar-me no lugar de presidência, carregando a bengala de Anéris, que não cessava de me prodigalizar agrados e honras, atrevendo-me apenas a permanecer algum tempo de pé, ao lado do estrado, para desentorpecer as pernas. Demais, o que eu pudesse descobrir, não era oculto ao público que assistia à festa. No meu deslumbramento, provocado pelo vigor e a variedade da percussão, a pureza das melodias, a sobriedade hierática das danças, reparei nos cânticos que nunca ouvira — a despedida de Keibiosô *(Ma para vodun i dô)* e outros que depois transcrevi —, Anéris fez-me sinal para me levantar, quando cantavam *Ja sin je dô,* que também transcrevi e procurei àvidamente fixar os ritmos dos tambores, absolutamente originais. Pelas 23 horas a festa acabou, despediram-me e só notei, da rua, que procuraram ficar sós para cantar outro cântico. Notara também que o tambor não começara pelo *Dangibé yen ma yi oxeunwhé dô.* Pedi explicação ao outro dia e deram-ma. A festa era distinta das de obrigação. Naquelas a invocação primeira é sempre a Dangibé que Andresa, no entanto, não identifica com a cobra de Ajudá.

Tinha conseguido o máximo a que em tão pouco tempo me era dado aspirar. Não era um grau de iniciação. Pelo que o trabalho de Nunes Pereira me confirma, ali só havia uma posição que me conviesse — a de runtó e, se eu vivesse longo tempo em S. Luís, decerto me sujeitaria à longa aprendizagem dos toques de tambor, como na Exposição do Mundo Português, mesmo sabendo que me não chegaria o tempo para nada, quis aprender os toques dos Mandingas. Tanto, porém, não é necessário. Assistindo a todas as festas, mantendo como o Keregbetã contacto diário durante vários anos, é possível apreender todas as atitudes e surpreender todos os actos do único modo plenamente satisfatório. Receio bastante que Andresa Maria se decida a divulgar tudo o que sabe. Enganar-se-ia lamentàvelmente. Nunca o poderá conseguir. A maior parte das coisas que faz estão em um plano da consciência inacessível à sua análise intencionada. Conheço muitas mães-de-santo brasileiras. Sei o muito que algumas valem e o pouco que conseguiriam dizer. Faço justiça à inteligência e à pureza de intenções de Andresa Maria, mas não é ela, certamente, que poderá dar a última palavra sobre a origem misteriosa e o misterioso destino do culto vodu em terras do Maranhão. Requere-se um inventário de tudo e de tudo uma interpretação objectiva, tanto mais que isso é fácil a um estudioso residente na pouco agitada cidade de S. Luís. Não se encontrará? Pensem os maranhenses no assunto. Não será, em todo o caso, perdido o valioso depoimento de Nunes Pereira e os mais que venham de tão competente pesquisador, infelizmente afastado, ao que parece, da terra natal.

Uma observação para terminar. A ligação da mitologia do Keregbetã com os Kpolis nunca será impertinente. Que Andresa Maria tenha em Poli-Boji um nome individual (ou do terreiro) correspondente ao conceito de «Kpoli», que a religião do Keregbetã pertença à mesma zona de sincretismo eve-iorubano, são afirmativas inatacáveis, perfeitas. Mas é de notar: 1.º) que, como Andresa me afirmou e Nunes Pereira confirma («nenhuma imagem ali nos lembra esta ou

aquela divindade», pág. 29)—a voduno só pretendeu enganar-me dizendo que no pegi não havia «nada» — faltam os costumes legbas (estátuas); 2.°) que, para que Poli-Boji fosse o «Kpoli» do terreiro, se esperava que fosse também conhecido como «vodu» das nosyes anteriores, o que se não verifica (v. a lista dos vodus delas, na pág. 24); 3.°) que Poli, embora parecendo sempre dever ler-se Kpoli, só aparece no nome deste vodu — e por que razão me havia dar a mim e depois a Nunes Pereira para decompor o nome? porque não Kpoliboji?; 4.°) que, apesar de tudo, não me atrevi a identificar Kpoliboji com nenhum dos «Kpolis» de Ifá, como nas palavras do seu cântico *Sa lè gba jòbó* — de que me ocupei em *O Mundo Português* (IX, 142-3), onde reproduzi a melodia, que é de incomparável beleza — me atrevi a dar como certa a palavra legba. Embora reconhecendo que as jarras do pegi podem substituir o legba, dispensado na forma habitual para não atrair sobre a casa a grave acusação de idolatria, verifica-se que o tal «Kpoli» não pode ser mais que uma reminiscência singular, talvez pretenciosa reminiscência. Não é pròpriamente o fio da meada do Keregbetã, mas uma ressonância do culto dos babalaôs dentro de um culto especial de sacerdotisas vodus supeditado àquele.

Lisboa, Julho de 1947.

E D M U N D O   C O R R E I A   L O P E S

N O T A S :

(1) São exemplo de linguagem religiosa contendo dois dialectos do Eve em diferentes proporções com um pouco de Soruba, os provérbios dos Kpolis, que podem ver-se no artigo de Jacques Bertho, *La science du destin au Dahomey* in *Africa* (Londres), 1936 e mais exaustivamente em J. Spieth, *Die Religion der Ewer in Süd-Tego,* Leipzig, 1911, págs. 189-23.

(2) Azètó: o que possui um mocho — feiticeiro. Variantes desta toada são, como o seu uso (nas competições de terreiros, etc.), muito difundidas. Até o Oxũmaré da Mata Escura (Cidade do Salvador) tem a sua. No despacho da alma de uma mãe-de-santo gege, invoca-se o mocho: «Azẽ, azẽ!» A Emiliana do Bogum do Engenho de Dentro (Salvador) tinha muito respeito pela toada do mocho. Se lhes parece...

(N. B. — Os acentos não indicam os tons da língua Eve, mas o timbre das vogais segundo o Português).

MOUSSIA PINTO ALVES — «*Samba*»

O Camarada Inoportuno...

O «ilustre escritor», no seu gabinete de trabalho, muito divertido, enconchado na larga poltrona junto à mesa, saboreava uma novela faceta, de frades e de monjas, dum Crébillon qualquer do século XVIII, — quando a criada entreabriu a porta: — Ó meu senhor, está ali um sujeito, bem esquisito, por sinal, que me recomendou que lhe dissesse que é seu camarada. Natálio Borba... Foi o nome que percebi... Não estou bem certa...

— Diabo! O que me quererá «isso»? Podia ter-lhe dito que eu não estava... Bem. Mande-o entrar para a saleta. Depois a chamo, a si, para vir com ele...

Evidentemente contrariado, o «ilustre escritor» desenroscou-se do seu aconchego, e indo abrir uma das gavetas da mesa, atirou para lá com o volume faceto, fechando-a em frenesim.

Caminhou depois para uma das estantes, todas em «torcidos», de madeira rica, luzindo negrumes solenes, que revestiam a quadra, e retirou de entre os grossos tomos, com doirados de encadernações, que a preenchiam, um deles, dizendo na lombada: *L'institution de la famille, depuis le Moyen-âge jusqu'aux jours actuels.*

Abriu o «códice» (tinha um magnificente conspecto de «códice») sobre a secretária, bem estatelado em cima da pasta valiosa, com cantos de prata fosca, figurando dragões nipónicos.

Espalhou ainda em volta do cartapácio, outros volumes sábios, que escolheu, com demorada atenção, nas prateleiras, dando-lhes um jeito de estarem ali a servirem de «instrumentos de consulta». Proferiu: — Muito bem! Que entre agora a «personagem». E, completado o arremedilho, depositando ao través das páginas abertas do calhamaço os óculos de aros de tartaruga, premiu o botão de campainha...

Natálio Borba ficara na saleta, onde o «ilustre escritor» tinha o que ele chamava a sua «câmara verde».

Forradas de verde as paredes, e no estofo dos móveis a mesma cor. Numa mesita em losango, ao centro, um busto de Rabelais, com a sua face aguda, *toda em músculos zigomáticos,* que dir-se-ia picada da *petite*

vérole dos seus sarcasmos, e a preitear-lhe a presença, junto ao soco, uma minúscula «biblioteca» de cartão caro, com os quatro volumes das suas «obras completas», na edição Garnier, vestidos de couro lavrado, com caracteres a preto nas lombadas, reproduzindo os adoptados na época.

Um armário *talvez* Luís XVI (— Sim, devia ser Luís XVI, observava para si o visitante), entremostrava, em alinhamentos circunspectos, rimas de mais clássicos, toda a patuleia pensante dos séculos idos. Um outro armário em estilo inglês, que duas colunas acolitavam, sustentando cerâmicas de preço, donde irrompiam plantas, dessas, inevitàvelmente exóticas, que há sempre nos «interiores» prósperos, como «motivos» ornamentais, — um outro armário entumecia de uma miscelânia de brochuras e largos cartões com «assuntos» de arte.

Tapetes ao diante das cadeiras ; almofadas contra o rodapé da «dependência» ; a cópia dum «nu» subversivo de Steinlen, no filete da sua moldura negro-e-oiro, *vis-à-vis* duma reprodução de «ruínas», de Hubert Robert, — acrescentavam ao ronrom do ambiente, sápidas apostilhas de conforto.

Um misto de inveja, de saudade e de aprazimento desagregava-se-lhe daquilo tudo.

Tinha-se sentado perto do bom-senhor sacrílego de Chinon. Tirou da biblioteca-miniatura um dos tomos, ao acaso, e esteve, por minutos, a deliciar-se com o assoalhado riso, repercutindo a estrugida jovial dos heróis de Homero.

Parado em frente do armário, de estilo inglês, mirava, com um pungitivo ougar de criança, a sucessão dos *in-oitavos* e cartões de Arte, ocupando-se do seu «ache» bem-amado de sensitivo...

Nessa contenção cobiçosa veio surpreendê-lo a criada, a dizer-lhe:
— Que fizesse favor, o senhor esperava-o...

Natálio Borba era o que se podia chamar um modelo autêntico de esquipático. Devia andar à roda dos cinquenta anos. Com a sua calvície à Verlaine, desnudando-lhe um crânio de atlas de Lombroso, viam-no passar, ao lusco-fusco, rente à fachada dos prédios, como que a querer desaparecer neles, à maneira daquela criatura dum conto de Apollinaire.

Poucos compartilhavam do pão do seu convívio, mas se um, ou outro adergava de o abeirar, em qualquer precária coincidência de café, num dos seus bem raros momentos de crise comunicativa, e topava, assim, ensejo para um «duo» de cavaco, ante o testemunho de duas xícaras

vazias, — saía desses instantes, numa assunção de encantamento, para vir contar aos demais que — não havia dúvida, era um «tipo» estupendo de imprevisto, de pessoalidade, de humor fulmíneo, de sabedoria multímoda...

Os seus orgulhos eram pábulo de lendas. Contava-se que duma vez, em Paris, num *après-minuit* wagneriano, a que ele pudera ir, privando-se, durante seis dias seguidos, de jantar, como notasse que Gabriel d'Annunzio, um dos assistentes, lá do seu poiso, volta, meia volta, o fixava com estranheza, mordido, à certa, pela bizarria das suíças imoderadas, que ele ao tempo usava, e com o negro acintoso das suas pinceladas disparatando-lhe mais ainda na tónica muito branca do fácies, — conseguiu que, à saída, o demiurgo d' *O Fogo* tivesse de passar por ele. Posta-se-lhe, então, defronte, para lhe disparar: — *Moi, vous savez: je suis quelqun!*, e segue, desinteressado da reacção produzida.

Morava não se sabia em que salitrosos quartos de aluguer, com a cama clássica, de lençóis de lavado, semana sim, semana não; banca pernalta de cabeceira; a cadeira de fundo de palhinha, jungida à mesa de oleado; lavatório de espelho, e luz gratuita, — tenha paciência! — só até à meia-noite.

Nessas asfixias de *ghetto,* atordoava-se de Sonho, entremeando Spinoza e a pústula bruxa dos russos, Shelley e a pletora fantasista de Hoffmann, litanias litúrgicas e o soluço convulsivo de Henri Heine...

Era quase inédito. Apenas, numa efémera revista condescendera em *trazer* bocados de «monólogo interior», superando, em poder de introspecção, a Jammes Joyce. Fora rico, havia muito. Esfarelara-se-lhe tudo na freima das viagens...

Sabia falar, por isso, de não importa que canal, o mais ignorado dos «guias», da pátria anadioménica de Paul Potter.

Como o poeta do *Jadis et Naguère*, ele podia entoar também, por força duma continuada verificação semelhante, *in loco:*

L'Angleterre, mère des arbres,
Fille des beffrois, la Belgique...

E ruotas de Espanha, trescalando a «antigo», a baralharem-se com certos céus cismáticos dessas cidadezinhas de Itália, de que não podemos dizer os nomes, mas rezá-los; recantos de Budapeste, como se estivessem a acontecer na bem-aventurança, e o deslumbramento em nácar e cinza-pérola, de amanheceres na Suécia, — formavam-lhe na memória dioramas, ao mesmo tempo que não era senhor de desfitar os olhos do papel da

parede, no cacifro da pensão, todo injuriado pelos deslustres pandilhas da humidade.

... — Que fizesse favor: o senhor esperava-o...

Mas, porque estava ali no *alcazar* do «ilustre escritor»?

Conhecera-o num acaso de porta de livraria. Apresentaram-lho, que raiva!

— Estimava mesmo muito, creia, apertar-lhe a mão, — gorgolejou o «talentosíssimo consagrado». Uma pessoa amiga havia-lhe proporcionado a leitura de trechos dos seus «monólogos». Surpreendentes, na verdade. Ainda não se escrevera melhor...

A caminho do «tabernáculo», onde o «grande homem», o aguardava, o que Natálio Borba queria agora era fugir, desde que já matara, ante o espectáculo daquelas sumptuosidades de *habitat*, as suas fomes subitâneas de luxo, de existência faustosa, de que se lembrava ainda, *afinal*, apesar de tudo: apesar dos sustos de vir a *faltar*, nos dias curiais da mesada; apesar do «falsete», a vibrar-lhe sempre nos ouvidos, da sua hospedeira, recomendando-lhe, do lado de lá da porta, — que não se deixasse adormecer, senhor Natálio, com a luzinha acesa...

Era só mais uma dezena de passos no corredor. Oh, mas impossível, entretanto, suportar a perspectiva do «homem notável», e eructar-lhe: — Meu caro camarada, que agradável surpresa!

Pretextou que deixara na rua um amigo a esperá-lo. Ia, num instante, dizer-lhe que não se fosse embora.

Não tornaram a vê-lo.

Tinha razão a pobre mulher: — ... Bem esquisito, por sinal...

Lisboa, Fevereiro de 1947.

CARLOS PARREIRA

B I O G R A F I A

Extrair poesia duma alma
Precária, qual a minha,
Num corpo frágil,
Eu sei... é quase heróico.

Porque cá dentro é escuro,
Como falar senão da noite louca,
Da morte que nos ronda
E se interpõe
Entre o meu olhar e a luz do dia?

(E há um fantasma a corroer a nossa
Ai! a nossa alegria...)

Como falar das paisagens belas,
Se a noite é sem estrelas?

Como cantar os tempos de criança,
Se nunca tive infância?

— E creiam: bem quisera
Vibrar, jovem que sou, à luz do sol
E enleado esquecer-me no mistério
Duma flor que nasce,
Aberta para o mundo,
Ao sol duma manhã de primavera!

L U Í S   A M A R O

SUJEIÇÃO

A noite foi longa. Infiltrada no sono, uma agonia venenosa criava imagens, sempre semelhantes, cansativas. Lutas, fugas sobre telhados tortos, desnivelados e resvaladios ; ambientes sufocantes, gordurosos, onde o ar não circulava, era sempre o mesmo. Ah ! fugir dali para fora !

Gino acordou cedo. Era domingo, o dia escolhido para resolver tudo. Era só falar ao Esteves. E, pela semana, o projecto havia de cumprir-se.

No quintalório, as poeirentas folhas da figueira, riscadas por traços húmidos, abanavam, de vagar, em frente da janela.

Se ele chegasse à varanda, a névoa do rio estaria ao longe estendida, formando um grande rolo branco por cima dos telhados marginais, muito pequenos por causa da distância.

Havia uma correnteza de barracões que podia assentar num dedo estendido ; e depois havia outra. Entre as duas, passavam os mastros. Passavam muito direitos, com uma flâmula tremendo no topo. Era bonito. Lembrava o tempo das boas leituras: Capitão Morgan lido com pão e manteiga ao lanche, no telheiro do Esteves.

O quintal dele era ao lado. De uma vez, tinha nascido um buraco ao lado do muro, na parede da casa. Aquilo era a gruta dos piratas. E os piratas eram uns bichos pretos e brilhantes, com uma pinça castanha no rabo, que entravam e saíam. Quer dizer, não saíam.

Ambos, um mais acima, outro mais abaixo, subidos na escada da figueira, esperavam o seu regresso.

Os piratas não tinham sorte. O avô do Esteves era marchante e no barracão, ao fundo do terreno, estava um grande arsenal de facas e cutelos. De maneira que, durante horas, as cabeças dos piratas rolariam para o mar — a relva esverdinhada que manchava o reboco. Era só questão de avistar o sinal: o flibusteiro estandarte entrando no porto. Então, batiam fortes pancadas na parede da gruta e os malvados — da parte de fora também eram corsários, mas corsários decentes — apareciam à entrada, furibundos. A escada tremia tanto que foi um milagre os atacantes conservarem a vida durante a semana que durou a batalha. Ao fim, a parede ameaçava ruína e alguém da casa do Esteves se lembrou de lhe pespegar um remendo de bom cimento. Ainda hoje lá está, enquistado e cinzento, com os vincos deixados pela espátula inábil.

De repente, espadeirada de cana e galeões de rolha pareceram esquecidos.

⁂

Uma bela tarde, a mãe saiu da cozinha limpando as mãos ao avental e chamou-o.

— Vai lá a cima e pergunta à D. Elvira se o filho está melhor.

— Mas a mãe já lá foi hoje! E ele nunca me falou.

— Tu também nunca lhe falaste, palerma. Ele já é um homem. Vai anda.

E foi. Quando voltou trazia um grande livro debaixo do braço: atravessou o corredor muito calado e meteu-se no quarto. Saiu de lá para jantar e para lá tornou quando engoliu o último bocado.

Tinham batido duas horas da manhã quando o pai voltou do turno. Tirou a panela da água de cima das brasas semi-extintas e vazou-a na bacia de esmalte que estava ao lado da chaminé. Depois, soprou a cinza cuidadosamente. Com as pontas da tenaz foi retirando um a um os pequenos carvões e deixando-os cair dentro da água do balde que chiava, desprendendo nuvenzinhas brancas.

Quando estava a tirar a camisola para se lavar, reparou na luz muito fraca que iluminava o pequeno postigo. Do outro lado era o quarto do rapaz.

Dentro dum caixote, posto ao alto ao lado da cama de ferro, estava o candeeiro de petróleo. O bocal de vidro projectava na face superior do caixote um círculo de luz que ia queimando lentamente a tábua. E de barriga para baixo, o queixo apoiado nos cotovelos, sereno e imóvel, o miúdo lia.

— T'as tu a fazer? Apague já a luz.

A mão direita do garoto atirou-se para o candeeiro e a cabeça voltou-se espantada para trás.

— Estou aqui a ler uma coisa, apago já.

— Apaga já, hã? Isso do caixote era p'ra não se ver a luz?! Deixa que logo conversamos.

E conversaram.

Não obstante, pela tarde, Gino enrolou o braço na cintura da mãe.

— Vou lá acima à D. Elvira.

E todos os dias trazia livros. Lia de pé, sentado, comendo, passeando. Acabou por ter um ar fatigado e ausente. Se as notas da escola comercial não fossem boas o pai desancava-o e o tio não pagaria os estudos.

A leitura acabou por fartá-lo. Diminuíram as visitas à biblioteca

pública e ao filho da D. Elvira. Mas aumentaram as faltas à escola. E quando o barco do Esteves subia o estuário — o Esteves agora fazia parte da tripulação do «Mântua» — a coisa agravava-se. Esteves contava histórias de uma realidade longínqua, inatingível. Fazia estalar a unha do dedo médio na do polegar e começava:

— Tínhamos chegado a Filadélfia, de madrugada...

O último ano do curso passou-o nas docas, pelas vielas e pelos arredores da cidade. Conhecia ao longe o pavilhão de todos os navios e sabia calcular-lhes a tonelagem. Mergulhava nas águas barrentas do cais e cobrindo dezenas de metros nadando num ritmo certo, sem fadiga. E ao domingo, nos arrabaldes, procurava a casa das bicicletas que alugava mais barato.

Mas em casa já estavam fartos de ter um homem à boa vida.

Quando Gino teve 18 anos, o pai olhou-lhe para as mãos fortes e compridas sem sinais de trabalho.

— Depois de amanhã vais trabalhar.

E pregou com ele num escritório de comissões e consignações, que dava para um saguão.

Por cima as sopeiras batiam tapetes, e linguajavam tardes inteiras. Por baixo havia uma garagem. Todo o dia eram buzinas, gritos, e o ruído da água esguichando sobre o aço dos carros.

— Aquilo não te serve, pàzinho. Sabes lá o que é a vida a bordo.

Foram-se aproximando do parque. A luz doirava as grades verdes pintadas de fresco e os bancos da alameda central despovoada.

— A gente mete-se naquilo pensando que é bom, mas não presta. Ainda esta semana...

Gino desapertou o colarinho da camisa nova e tentou falar com calma.

— Senta-te aqui. Ainda da última vez me disseste que não havia nada melhor. Disseste-o lá em casa, à mesa.

— Está bem, não se ganha mal, mas amarga-se.

— Quero lá saber disso. Quero é safar-me do buraco. Qualquer dia parto-lhe um corno.

— Partes um corno a quem?

— Ao meu patrão, já te disse que parto.

Um avental branco brilhou à esquerda numas ancas bem feitas.

O saibro estalou, amável, sob uns passos ágeis. O olhar do Esteves seguiu-os.

— Aquilo é que é material!

O jardim começava a respirar, as folhas dilatavam-se no ar fresco e no chão as sombras móveis da folhagem ficavam mais nítidas. A conversa não adiantava.

O Esteves puxou dum cigarro. Acendeu, chupou.

— E a família? O teu pai sempre fixe, não?

— O meu pai não percebe nada disto. Tu é que podias...

O Esteves mexeu-se no banco.

— Se quiseres eu falo em ti... Bem vês, não me custa nada. Mas agora é que não posso. O barco parte na terça-feira e eu tenho de ir à terra do avô, por causa daqueles patacos. Mas depois está bem. Só não digas que eu não te avisei. Bom... E «about fêmea»?

Gino não insistiu. Mas pareceu-lhe que estava ali sentado com um tipo qualquer, desconhecido. E achou-o parecido com um colega do escritório.

— Bem, vou andando. Desculpa. Cumprimentos aos velhotes. Depois tratamos disso.

E o Esteves abalou sem gingar.

Pelos largos portões escancarados para a rua começava entrando o bulício calmo de um dia de repouso. No grande lago, reduzido a uma poça amarelada, os cisnes, fugindo para o centro, deixavam reflexos claros ondulando.

As áleas enchiam-se do colorido dos fatos domingueiros. As cores misturavam-se, misturavam-se. Senhores graves cumprimentavam estùpidamente senhoras velhas de óculos. Também não percebiam nada «daquilo». Não lhes dizia respeito.

Encostado ao balcão do quiosque, um velhote conversava para dentro, raspando com a unha a fita encebada do chapéu. Gino desculpou-lhe a indiferença, por ele ser um velho e parecer-se tanto com o avô do Esteves, que era boa pessoa e tinha tantas facas no barracão, ao fundo do terreno. E também não se zangou com um miúdo que veio correndo abraçar-lhe as pernas. A ama dele era bem bonita, por sinal. Só quando saiu do parque, e passou em frente da capelista da Senhora Antónia, procurou, com os olhos, entre os jornais infantis, amarelecidos pelo sol que inundava a montra, as aventuras do Capitão Morgan.

A mãe abriu-lhe a porta.

— Entra, já estávamos a almoçar. Veio cá o Gomes perguntar se querias ir à «matinée». Se quiseres passa por casa dele.

À mesa não se fala. O pai ficava-lhe em frente, sentado na melhor cadeira, mesmo assim um bocado torta. Ele é que dividia a comida.

Pôs-lhe no prato uma posta de pargo, muito quente, bem molhada em azeite. A louça do prato era muito branca. Quando mergulhou o pão escuro no óleo louro, a boca encheu-se-lhe de água. Mastigou, calado e macambúzio. Quando acabou, pôs o banco no seu lugar. A mãe tirou-lhe dos cabelos uma folhita morta.

— Passas pelo Gomes?

— Não, hoje não vou ao cinema.

A N T Ó N I O   V E R A

MOUSSIA PINTO ALVES — «*A Curandeira*»

“UMA DISTINTA SENHORA...”

PEÇA EM 1 ACTO

(Há, sucessivamente em foco, um piano sobre estrado, como no «CAFÉ-CONCERTO», onde a PIANISTA *acompanha a recitação* «cantabile» *do* «Peitoril», *aplaudido, no final, por figurantes que resumem a assistência e estão sentados a mesas redondas, de ferro, bebendo e tasquinhando; e uma janela, grande como um «écran», que surgirá como «aparição» durante o diálogo da* FREQUENTADORA *com o* CANÇONETISTA. *Este usa fato preto e* «lavallière», *condizendo à cabeleira enorme e evidentemente postiça. Deve tudo mostrar-se tràgicamente caricatural, nas cores e nos traços: não fará mal nenhum, bem pelo contrário, que o piano seja roxíssimo, as caras do* Cançonetista *e da* Frequentadora *amarelíssimas ou brancas como caveiras lavadas (só destacando, nesta, o sangrento lacre da boca pintada), vermelhíssimos os rostos da* Pianista *e do* «CABARETIER» *— em compensação, ambos, com os beiços lívidos —, verdíssimo ou azulíssimo o caixilho da janela. Num cunhal, balizado por um candeeiro lúgubre, o letreiro camarário* «Beco da Janela»*)*.

«CABARETIER», *acenando para que parem as palmas fracas, coroadoras dum hipotético número anterior do qual a PIANISTA ainda martela os últimos acordes e enquanto o CANÇONETISTA ainda se dobra em vénias de profissional agradecimento:* — Para terminar a sua exibição desta noite, o artista Simeão Santos, o popular «*Recitador-da-Canção*», como toda Lisboa o conhece, vai estrear a composição *PEITORIL*, que pede licença para dedicar a uma distinta senhora aqui presente... — *(A PIANISTA preludia, Simeão Santos pigarreia e ajeita-se...)*

FREQUENTADOR, *com a boca cheia de tremoços, para a COMPANHEIRA:* — Quem será a senhora, a distinta...? *(Trocista:)* Se calhar, és tu... O «*lingrinhas*» do homem tem-se fartado de olhar para ti. Olha... Lá está ele...!

FREQUENTADORA, *um pouco tonta, de cerveja:* — Vai-lhe partir o focinho, anda! Achata-o sobre as teclas e fecha a tampa, que os ossos rangem ao mesmo tempo que o piano ronca — e há-de ser *giro!*

FREQUENTADOR, *rindo: — Fixe!* E, de caminho, posso dar uma pèsada no bandulho da matrona *(Indica a PIANISTA)* e tirar o *pio* ao «fala-barato»!... *(Indica o* «CABARETIER»*)* — vai ser um cheiro a sangue!... *(Grande gargalhada. Vozes indignadas pedem silêncio: — «Chiu!» — Cala a boca! —, etc.. Baixo:)* — Vês tu? Obrigas-me a fazer cada figura!... És uma companheirona, mas és destravada por completo!

FREQUENTADORA, *crispadamente:* — Paga a porcaria da cerveja — e anda embora! Isto é que foi um raio duma pontaria, virmos a esta cegada!...

FREQUENTADOR — Já vejo que estás sempre mal contente!...

FREQUENTADORA — Se reparares, verás que não há ninguém bem contente quando tu estás perto...

FREQUENTADOR — Não aceitasses vir comigo, quando te convidei.

FREQUENTADORA — Isso é bom de dizer... A gente, chegada a certa altura, tem de aceitar tudo: beber cerveja amarga... Viver... Ouvir cantigas... Viver... Levar beijos, tão amargosos como a cerveja... Mastigar tremoços e mastigar a raiva de não poder deixar de aceitar os tremoços, a cerveja, as cantigas e a vida!

FREQUENTADOR — Anda, então, embora! Eu chamo o criado... *(Menção de ir bater as palmas).*

FREQUENTADORA, *detendo-lhe o gesto, exaltadíssima:* — Não! Pensei melhor: não chames ninguém. Escuta o que aquele homem vai dizer e, se o entenderes, mata-o depois, logo a seguir! Quando estiverem a dar-lhe palmas, aproveita para seres original e dá-lhe um tiro! Antes que as pessoas compreendam o que se passa, há-de levar tempo: cuidarão que a sua queda é fingida, para dar comoção ao final. Quando virem que se não levanta, quando apalparem que vai arrefecendo, — estaremos longe daqui e irei eu aquecendo nos teus braços, como nunca imaginaste, como nunca imaginei!

FREQUENTADOR — Estás maluca! Parece que bebeste pólvora! *(Ri. Redobram as vozes indignadas impondo silêncio. O piano preludia de*

novo. E o «CABARETIER» torna a anunciar, enervadamente:)

«CABARETIER» — Vamos lá a ver se é agora que o popular artista Simeão Santos pode recitar a composição *«Peitoril»* que há pouco anunciei... Atenção! *(Um momento em que só se ouve o piano.)*

FREQUENTADORA, *erguendo-se, ante o pasmo do companheiro e dos demais! Voz trémula, angustiada:)* — Então, — já não dedica esses versos a ninguém?! *(Grande* charivari *de indignação: — «Parece impossível!» — «Ponham lá fora essa mulher!» —, assobios, etc.. Mas o* Cançonetista, *sorridente, fala ao ouvido do «CABARETIER», que acalma, no seu gesto anunciador de palavras, o auditório. O* FREQUENTADOR, *estorcegando um braço da companheira, obrigou-a a sentar-se; e existe uma vergonhosa ameaça de pancada ciumenta em toda a sua atitude, pela qual ela, aliás, não dá, em hipnose esgaseada para o Cançonetista — que de novo pigarreia e se ajeita, sorridente, ufano...)*

FREQUENTADOR, *raivosamente, baixo:* — Nunca passei por vergonha assim!

FREQUENTADORA, *baixo também:* — Vinga-te, como puderes! Mas agora deixa-me ouvir!

«CABARETIER» — Simeão Santos pede-me para elucidar que os versos *«Peitoril»* continuam a ser dedicados a uma senhora aqui presente.

FREQUENTADORA, *alto, corrigindo:*—«Distinta»... «Distinta senhora» — foi o que disse da primeira vez.

«CABARETIER», *fulo mas autorizado por um aceno do artista:* — Está bem, pronto: «distinta» — está dito! «Distinta senhora»... Acabou-se! *(O* FREQUENTADOR, *à sucapa, deu um safanão brutal na rapariga. Ela chora sem ruído, mantendo a atenção pregada ao trecho que, enfim, começa, intencional e vergastante...)*

CANÇONETISTA: —

Ó peitoril puído e já cansado
de apoiar cotovelos levezinhos
(também cansados, delidos)
da que espera um namorado,
— tens um destino dentre os mais mesquinhos...
O busto persistente, debruçado,
sonha que passe um desses «bons-partidos»
que lhe compre o arfar
oferecendo-lhe um lar
e perfumes, e jóias, e vestidos.
Mas ninguém olha essa janela alta
onde há olhos febris em sentinela!...
— Parte-de-casa aonde tudo falta
menos «bâton» para os làbiozitos d'Ela
— que querem ser provocantes,
irresistíveis, gritantes,
como armadilha vermelha! —
Mortinhos por ser sugados
— quando noivos, *bem comprados, —*
para por sua vez, libarem o conforto,
serem refeita e consolada abelha...!

....

Mas, se alguém olha, é distraìdamente...

....

Mais um dia perdido, um dia morto!
— Ó Peitoril velhinho e paciente! —

(Aplausos fracos... Imprevistamente furiosa, a PIANISTA ergue-se e dirige-se, ameaçadora, ao CANÇONETISTA, para agredi-lo. Borborinho. Interpõem-se e procuram dominá-la, embora ela se debata imenso, o «CABARETIER» e o FREQUENTADOR que, impulsivo, acorreu. Falam e barafustam quase ao mesmo tempo. Só a FREQUENTADORA se deixou ficar abancada, emborcando cerveja, numa grande apatia.)

«CABARETIER» — Que disparate é este?! Que queres tu fazer?!

PIANISTA — Larguem-me! Mas larguem-me! Quero matar esse malandro! Deixem-me dar cabo dele!

FREQUENTADOR — Mas não pode ser!... A senhora não é distinta... A senhora não é a «distinta senhora»!... Aquela é que é! *(Aponta a companheira.)* E eu é que estava encarregado por ela de dar um tiro neste homem quando ele chegasse ao fim!

«CABARETIER», *como quem dá o reforço dum argumento:* — Tu não tens nada que matar as pessoas que eu contrato... Tu és pianista!

FREQUENTADOR — Pois! Não passa de pianista! Toca no piano: não pode tocar nesse homem... Não é «distinta senhora». A que veio comigo, é que é! Foi a quem ele dedicou os versos...

«CABARETIER» — Está visto! *(O CANÇONETISTA, entretanto, tem descido do estrado como um autómato sorridente, alheado... E tomou, à mesa o lugar do FREQUENTADOR... Pega nas mãos da rapariga, que as não retira; e os olhos dos dois mantêm-se tão presos como as mãos.)*

PIANISTA, *entre enormes gargalhadas de doida, designando, de cima do estrado, onde continua segura pelos dois homens, o parzinho da mesa:* — Vejam agora, ceguinhos! Arreganhem os olhos, porque, se os escacharem, talvez entre luz! A «distinta senhora» está com os cotovelos fincados na mesa, como estava dantes com eles fincados no peitoril da minha janela, *(ao* «CABARETIER») da nossa janela... — recordas-te agora, imbecil?...

«CABARETIER» — O quê?! É a tua filha?! Eu tinha ideia daquela cara... Então, este Cançonetista...

PIANISTA, *desdenhosa, trágica, com remorsos:* — ...Foi o primeiro que passou pela rua e olhou para a janela alta, quando nós lhe pintámos a boca como um medronho. Assim à laia de minhoca num anzol... *(Ri, mas a voz tem lágrimas.)*

FREQUENTADOR — Espera! Parece-me que vou entendendo... O «*lingrinhas*» conheceu-a antes de mim...

PIANISTA — Antes de todos!... Foi o primeiro que passou pela rua e olhou para a janela alta...

FREQUENTADOR — Então, tenho que o desancar! *(Movimento para descer, que os outros dois impedem.)*

PIANISTA — Quando alguns cegos abrem demais os olhos, ficam ainda mais cegos por terem visto demais... Que tens tu contra ele?!

FREQUENTADOR — Está a fazer pouco de mim! Olhe para aquilo: a pegar nas mãos da sua filha, muito chegado a ela...

PIANISTA — Se ele não lhe tivesse agarrado nas mãos, há muito tempo... ; se não tivessem estado muito abraçados — muito mais do que se encontram agora! — não fazias tu vista com ela pelo braço, não lhe oferecias cerveja e tremoços ou, pelo menos, ela não to aceitava! Só tens que estar agradecido àquele homem e *(Cheia de nojo, indicando o «CABARETIER»:)* a este...!

FREQUENTADOR, *atarantado:* — A este?! Ah! Sim... Você é pai da... distinta senhora. Mas então neste Café-Concerto, é tudo em família! Até parece que entrei por um engano numa casa particular!...

«CABARETIER», *rectificador:* — Alto lá! Não haja confusões! Eu nunca fui pai daquela pequena... Quando fui viver com a mãe dela, já a encontrei uma mulheraça...

PIANISTA, *em voz sumida, nostálgica:* — ...Uma mulheraça tão pouco forte, coitadinha, que vinha de estar uns poucos de anos num sanatório... Que não pintava a boca de «bâton»: só lha avivava, às vezes, um fiozito de sangue... E que, só por tua lembrança, condenámos a ser exposta na janela, como tabuleta apetitosa...! Ainda o pai era vivo, prometi eu, por ela, se voltasse curada, dez velas de cera ao Senhor dos Passos da Graça. Haviam de ser colocadas e acesas por sua mão em dez castiçais que o sacristão disporia em redor da imagem a que eu pedira que não deixasse morrer a nossa filha. Naquela tarde, antes da tal noite, fizeste-me uma cena, porque saímos as duas e gastámos dinheiro. Sabes agora onde fomos? — Fomos «cumprir».

FREQUENTADORA — Eu ia contrafeita de comprometimento, cheia

de melancolia e de nervos. Levava as velas embrulhadas em papel pardo, granuloso, e, na igreja, rezei a conta de orações que me incumbia.

PIANISTA — Não chovia quando saímos, mas a tarde era mais triste do que as de Inverno — como os olhos de quem não chora e é infeliz são mais tristes do que as lágrimas ou os berros.

FREQUENTADORA — Tarde para modorra ou para suicídios.

FREQUENTADOR — ...Ou para vícios. Conheço o género...

FREQUENTADORA — Mas nós íamos cumprir uma Promessa e eu sentia-me a mesma menina de há muito tempo, quando era muito calada e muito quieta — ainda que já insatisfeita e perigosamente instintiva...

PIANISTA — Lá se cumpriu tudo...

FREQUENTADORA — E para o meu regresso — doce e amargo — aos tempos de dantes ser perfeito, — lá senti, diante da túnica roxa, dos cabelos ásperos, da cruz enorme e do sangue negro na cara branca da Imagem, o mesmo arrepio de medo, a mesma invencível precisão de não olhar para Ela demoradamente, que sofria quando, nas visitas da Semana Santa às igrejas, com o pai, era cobardezinha de superstição respeitosa e quase amalucava em frente do mistério das sombras que cheiravam a rosmaninho e cera... *(Pausa.)*

«CABARETIER» — Eu queria que ela namorasse para o «bom fim»! Compreenda-me: estava órfã de pai; eu achava-me mais ou menos no lugar de chefe da família...

PIANISTA *(enquanto a luz vai esmorecendo de sobre ela e os dois homens, até se sumirem, para ficarem só em foco, quando acaba esta fala, a FREQUENTADORA e o CANÇONETISTA, sentados à mesa:)* — ...E foi no *papel* de chefe de família, que, quando desesperaste de fazer chegar o sabor de medronho à rua, fizeste o prodígio de fazer baixar até à rua a janela alta... A janela fez-se porta... A escada era escura... Mas o medronho pintado na boca da minha filha alumiava e rescendia. Parecia uma brasa — e era fresquinho, no pa-

tamar da escada escura... escura... *(Apagam-se. «Acende-se» a janela.)*

CANÇONETISTA, *sempre precipitado, como quem não tem tempo para a empreitada de curiosidades que deseja saciar:* — Depressa! Depressa, Maria Ondina! Algum deles vai, com certeza, matar-me, ou a ti; pelo menos, separam-nos—e eu quero, antes, saber muita coisa! Dizer-te muita coisa também! É preciso que te pergunte e tu me respondas tanto; que tu me escutes tanto, também, num segundo, como a quantidade de perguntas e respostas que cabem em cada hora das conversas normais, demoradas, pastosas, das pessoas que têm muito vagar: que não estão no embarcadoiro da morte nem no do apartamento, ou, pelo menos, não sabem que estão lá. Os nossos relógios, para esta conversa, têm de ser relógios para agonizantes: que permitem tanto cabimento à narração duma vida como ao tirar dum revólver e ao seu disparo. Sabes que, no que chamam «último suspiro», — mesmo no *último,* entendes? literalmente no último — comparece a vida toda a despedir-se, sem dispensar nenhuma minúcia de lembrança? E sabes que toda se resume na lágrima clássica, tão *«pontualmente transitória»,* que nasce em órbita viva e resvala já em face morta?! Assim temos que ser nós, neste instante: tudo o que diremos, por bastante que pareça, levará menos tempo do que a trajectória duma bala desde aquele estrado até aqui. *(Ofegante:)* Depressa, Maria Ondina! Depressa!

FREQUENTADORA — Que queres tu saber? O que passei, desde que me deixaste?

CANÇONETISTA — Não. Isso adivinho-o, visto que o premeditei... e é uma das poucas coisas que batem sempre certas. A cruzada por vielas enfarinhadas de pó de arroz que o chuvisco limpa. Bailaricos de pátio e *«farras»* de clube. *Cafés* onde o café custa menos dois tostões em xícara — ou «chás» onde o bule custa um casaco de peles... Charangas no coreto — ou sósias do Artie Shaw, mal traduzidos. E, afinal, o melhor que se encontra, seja onde for, de tal *turismo,* é o luzir dos olhos e a voz trémula das vencidas, a evocarem, entre duas palermices, o *rapaz-que-as-enganou. (Aponta-se, com certo orgulho, por se saber na conta...)* O destino das raparigas iludidas não tem fantasia nenhuma: repete-se monòtonamente; nem sei como a elas pró-

prias ainda pode interessar banalidade tão sediça!... O que te pergunto é diferente — é anterior.

FREQUENTADORA — Antes de tu me trazeres até à rua — onde me deixaram ficar... — aqueles dois, a minha mãe e esse homem, pregavam-me ao peitoril da janela como se me pregassem numa cruz!

CANÇONETISTA — Bem sei. Punham-te a secar, ao sol, a boca pintada de fresco... Mas faltam-me pormenores para o teu epitáfio ficar completo: — quem era aquele homem?

FREQUENTADORA — Quando adoeci e fui para o sanatório, — porque o meu pai era oficial do Exército e as filhas dos oficiais do Exército têm direito a serem tratadas de graça se cuspirem sangue — aquele homem era nosso criado: *impedido* do meu pai. Forte e novo, tanto como o meu pai era gasto e velho em relação à mulher...

CANÇONETISTA — Resume, quanto puderes, porque não temos tempo nenhum, Maria Ondina! Quando voltaste, findo o tempo que a Assistência marca como razoável para cura ou morte, em tua casa encontraste só aqueles dois.

FREQUENTADORA — O meu pai tinha-se suicidado havia dois ou três dias; nem me lembro ao certo...

CANÇONETISTA — De desgosto?

FREQUENTADORA — Talvez também — mas secundàriamente. A razão principal foi que iam julgá-lo por falcatruas, falsificações... — ele jogava, percebes? — e não queria ser condenado, para a mulher não ficar sem pensão, nem eu sem direito ao riquíssimo sanatório, com luxos gratuitos de: *pneumotórax,* quarto orientado ao Sul, injecções de cálcio e sais de ouro...

CANÇONETISTA, *deslumbrado:* — De ouro?!

FREQUENTADORA, *com vaidade:* — Oiro, pois! É um dote como outro qualquer... De tal modo me rodeavam, lá, o conforto e a fartura — porque eu era pensionista de 1.ª classe...

CANÇONETISTA, *interrompendo, deslumbrado:* — Primeira classe?!

FREQUENTADORA, *com vaidade:* — Primeira classe, pois! Que julgas tu?! Um céu aberto! E muito perto do outro céu, porque estávamos na serra. *(Evocando, deslumbradora:)* Convivi com filhos de titulares, filhas de banqueiros!... Tive, muitas vezes, temperaturas ainda mais altas do que eles!

CANÇONETISTA — A família escrevia-te?

FREQUENTADORA — Ao princípio. Depois, compreende-se... Sabia-me arrumada, opulenta... Era como se tivesse casado bem... E, pelo que vim a saber e já te contei, havia mais em que eles pensassem. Só notava a falta de cartas, porque padecia a falta de vestidos e sapatos. As outras luxavam muito! Mas eu, felizmente, estava quase sempre de cama...

CANÇONETISTA — Estou a ver. Quando regressaste...

FREQUENTADORA — Foi como quem acorda de um sonho! Encontrar aquele homem no lugar do meu pai e notar as faltas de dinheiro com que em casa se lutava, foram descoroçoamentos iguais. Então, resolveram pintar-me a boca e pendurar-me à janela.

CANÇONETISTA — Eu passei...

FREQUENTADORA — E eu desci...

CANÇONETISTA — Fiquei muito agradecido à sorte, muito admirado da sorte! Era feio, antipático, as mulheres de quem gostava ridicularizavam-me, chamavam-me «*lingrinhas*» quando eram ordinárias e sinceras. Nenhuma me cedera nunca... Não era novo para mim, isso não, o velho contrato do amor. Mas foi a primeira vez em que, no contrato, recebi mais do que dei. *(Evocando:)* Um sorriso fácil; uma ciumeira postiça, que nos lisonjeia, mesmo assim; um olhar que, à força de banal, vestimos de mistério — só por nascerem e acabarem nos dentes ou nos olhos da Rapariga estimada, já os tinha pagado, noutras ocasiões, com insónias, obsessões, sacrifícios, corridas à desfilada para a Doideira! Se Ela o sabia ou presumia, divertia-se, afagada no amor-próprio: — «Mas porquê, maluquinho?!» — Dava-me

alguma das carícias do repertório, e nem recordava o gesto, a expressão, a ninharia que me tinha inquietado. Dei sempre mais do que recebi, não há dúvida, Maria Ondina.

FREQUENTADORA, *com orgulho triste:* — Menos a mim...

CANÇONETISTA, *continuando:* — Eu e os pouquíssimos meus «*semelhantes*» — queimamo-nos em chamas vivas! E vocês não vencem a mornice do quarto...

FREQUENTADORA — Era uma escada...

CANÇONETISTA — Ouvimos, despertos e transidos, o relógio sonoro do coração. Entretanto, «*a Pequena*», a terrível «*Pequena*» dorme — como se dorme sem remorsos de que os relógios trabalhem, nunca durmam enquanto não escangalhados...

FREQUENTADORA — Na minha vida, só houve uma noite, só houve uma hora — e foram tuas, sem sono.

CANÇONETISTA — Na manhã seguinte, tudo, em Lisboa, parecia novinho em folha — menos eu, o meu fato enrodilhado, a minha barba torpe...

FREQUENTADORA — «Cada noite — cada vida», ouvi eu dizer a um cantor de fados. Achei mentira. Só aquela é que foi Vida, porque me senti morrer...

CANÇONETISTA — ...Eu ia a calcar, nas ruas, sem querer condoer-me, a evocação dos nossos instantes...

FREQUENTADORA, *corrigindo:* — ...Do nosso INSTANTE!...

CANÇONETISTA — Mas a gente, quando Deus quer, acha o sofrimento em qualquer lado. *(Rindo:)* Recordo-me muito bem de terem passado por mim uma velhota e um rapazito, que levavam, seguro pelas pegas, um açafate cheio de boroa... Caminhavam lépidos — como todos os derreados... Jogavam alto o pregão: — «Pão de milho!» — Logo vieram desdenhar de mim, do meu cinismo forçado, as lembranças puras e implacáveis da província onde nasci, onde havia mi-

lharais que não eram meus, mas onde nasciam as esmolas de pão que nos sustentavam... E outras memórias vieram castigar-me: pinheiritos desolados, com a lua muito estranha, no meio deles... Loureiros, que rangem, como pequena bulha, à aragem... Córregos onde boiam folhas... O sino... Lembrou-me tudo, menos as pessoas!...

FREQUENTADORA — Porquê?

CANÇONETISTA — Porque as pessoas, lá, são como eu: feias e antipáticas. O que algumas são, também, é ricas... Além de antipático e feio, como sempre, sentia-me, nessa manhã, mais pobre do que nunca... Muito mais do que tu, que saboreavas a sobremesa do «bâton» depois da super-alimentação do Sanatório. Também me parece que sou tísico, mas não tenho direito à Assistência, compreendes?...

FREQUENTADORA — Mesmo que o não fosses antes, — eu beijei-te tanto!...

CANÇONETISTA — Talvez... Desde então, tenho-me sentido pior, lá isso é verdade... Até vem a propósito contar-te uma coisa reinadia. Tu tens um homem, não é?

FREQUENTADORA — Tinha, até há bocado... Até aos versos do Peitoril...

CANÇONETISTA — Para não te ficar atrás, acabou igualmente esta tarde um caprichozito em que cheguei a pôr esperança.

FREQUENTADORA — Disseste que o caso se relacionava com a tua fraqueza...

CANÇONETISTA — ...E com a minha timidez. Vais saber... Vinha com ela no carro *directo* para aqui. Puxei, a tempo, a corda da campainha, mas dèbilmente, tìmidamente... O eléctrico ia *largado* e o guarda-freio, só duas paragens passadas o estacou, à ordem enérgica doutro passageiro — que não era dos fracos, dos tíbios como eu. Ficámos muito longe do lugar destinado. Ainda por cima, sem mais nem menos, começou a chover. Ela resmungava e fazia troça do «*anjinho*», do «*lingrinhas*»... — eu. Tudo deve ter morrido então, entre nós. Caiu-me uma lágrima só: foi o resumo do mundo! Se o passageiro

enérgico encontrar a Natália, tem mulher... *(Pausa.)* Podes não crer, mas isto fez-me recordar vivamente de ti, Maria Ondina. *(Continuando a contar:)* Quando passei na tua rua, era tão tarde, lembras-te? Pois bem: não tinha tomado mais do que o negro café da manhã. Ao mesmo tempo que fiquei muito agradecido à sorte, muito admirado da sorte, senti-te como um empecilho a travar o meu caminho... É que eu ia procurar uma côdea, um caldo, — e o morango da tua boca só me avivava mais a fome. Isso apagava a minha gratidão: o estômago não acha grandes calorias na vaidade.

FREQUENTADORA — Não voltaste mais. E, se tivesses voltado, não me encontrarias ali. Eu nunca mais tornei a subir aquela escada. Passadas umas grandes horas, alguém me levou sem uma palavra, amparada, quase ao colo... Só hoje reencontrei a minha mãe, aquele homem...

CANÇONETISTA — E me reencontraste, a mim, que trabalhava com eles e não sabia quem fossem. Podia lá supor! *(Transição:)* Olha lá: como vieram eles para este ofício? *(Ela encolhe os ombros)* Não sabes?! Nem eu sei de mim... Deve ter sido a mesma enxurrada que nos trouxe. Do teu nome, sim, lembrava-me: Maria Ondina! Fresco, com saibo húmido de «bâton»... Espuma de beijos... Água a crescer-me na boca, como diz quem sente fome — e eu sentia-a. *(Sorrindo:)* Tu e a Fome ficaram sempre unidas na minha memória. *(Outro tom)* Houve duas coisas que, num relance, me fizeram conhecer o pavoroso treino de sedução que te tinham dado juntamente com o carmim para os beiços.

FREQUENTADORA — Já sei: uma foi este jeito, assim, da cabeça, este sorriso... *(Executa)*.

CANÇONETISTA — Exactamente. Aprenderas que, olhando assim de esguelha, com esses miúdos preceitos reguladores do jeitinho a dar à boquita bem feita, ficavas com uma expressão «*marota*» ou «*riquinha*» e que não haveria sentidos de homem que não fossem escravizadores do mesmo homem e escravos teus, quando — por garridice ou precisão — quisesses olhá-lo de lado com o teu infalível soslaio de garotita provocante...

FREQUENTADORA, *humilde:* — Confesso... Estava convencida... E qual foi a outra coisa, o outro sintoma?

CANÇONETISTA — O tom com que falaste do marido pelintra de uma tua amiga. Chamaste-lhe «verbo-de-encher»... Denunciou-te: vi que o que parecia tornar-te mais odiento o indíviduo era não ter dinheiro nem saber arranjá-lo. Detestei-te!

FREQUENTADORA — Eu nem te vi. Fantasiei-te filho dum titular, como os tais.

CANÇONETISTA — Meu pai é «gato-pingado»...

FREQUENTADORA, *rindo:* — Imagina! Pode ter sido um dos que levaram o meu a enterrar... *(Um momento, em que os dois, riem, divertidos).*

CANÇONETISTA, *quase sufocando às hilariantes evocações:* — A minha mãe, então, chamava-se Ricarda, calcula! Ricarda! Um nome com raízes de cardo...

FREQUENTADORA, *também sempre divertidíssima:*—E que era ela?... Sim, com esse nome e para estar disposta a viver com um «*pingo-de--tocha*», — se calhar era defunta... e a família não sabia! *(Grande gargalhada).*

CANÇONETISTA, *emborcando, com a cerveja, um pouco de melancolia...:* — Esteve muito tempo morta sem a gente saber, lá isso é verdade. Olha: nunca tinha pensado no caso até hoje, mas — talvez fosse mesmo essa a causa de o marido seguir a carreira... Ou por vocação ou por desforra...

FREQUENTADORA — Não entendo...

CANÇONETISTA — Oxalá que haja tempo de te explicar... Nós não morávamos então em Lisboa: a nossa choupana era numa serra do norte. Terra feia, de gente feia. Mas as pessoas mais feias de todas as daquela terra feia, eram: a Ricarda e a mãe dela — a minha avó, que estava entrevada e cega. Ambas tinham cicatrizes, deixadas pelos cães-das-quintas, que os donos soltavam à noite, quando elas lá iam de visita, sem serem convidadas...

FREQUENTADORA — Eram ladras?

CANÇONETISTA, *em gesto afirmativo:* — Tudo estava certo: elas eram ladras e os cães ladravam... Isto, à noite. De dia, acertavam-lhes ou zumbiam-lhes às orelhas as pedradas dos rapazitos, pequenos como eu...

FREQUENTADORA — E o teu pai, que fazia?!

CANÇONETISTA — Bebia vinho, dormia... Quando acordava, espancava as duas.

FREQUENTADORA — Por causa de elas roubarem?

CANÇONETISTA — Não. Por serem assim tão feias! Por vergonha de ter arranjado um filho — e um neto — às duas mulheres mais feias do mundo! *(Riem.)* Quando deu o ataque à velha e ela ficou sem se poder mexer, a minha mãe meteu-se a caminho para ir buscar à bruxa umas receitas de benzeduras e mezinhas. A curandeira morava lá nos píncaros, lá nos cocurutos da serra. Era Novembro e, por ali, não havia fornos de pão onde se dormisse. O meu pai, apesar de bêbado, bem a avisou!... Mas ela não quis saber!...

FREQUENTADORA, *num arrepio:* — Morreu de frio?

CANÇONETISTA — E de fome, talvez, porque, se não havia fornos para abrigo, também não havia quintas para assaltar... O que havia, era neve. Neve — e cães! O meu pai e eu, também meio-mortos de canseira e de *taró*, encontrámo-la toda esmordaçada das dentuças...

FREQUENTADORA, *transida:* — Seriam lobos?! Na serra, parece que há lobos...

CANÇONETISTA — Talvez fossem. Mas palpita-me que não. Deviam ter sido cães; se calhar os mesmos que já a tinham abocanhado tanta vez. Viram-na passar... Conheceram-na... Não estariam acorrentados — sei lá!? Seguiram-na... *(Num resumo fatalista:)* São sinas!

FREQUENTADORA — E depois?

CANÇONETISTA — O meu pai compô-la o melhor que pôde... — Já era a vocação!... — Lá ficou.

FREQUENTADORA — Tu ajudaste?!

CANÇONETISTA — Muito mal... Ainda a tenho nos meus olhos. Veio-me à lembrança, durante a manobra, um eucalipto que a ventania havia atirado abaixo, noites antes, na nossa aldeia. Partiram-se-lhe os ramos — os braços — quando desabou. Eu e outros pequenos tirávamos a casca, feia e pudica, em brincadeira, lasca a lasca. Ficou tudo branco e perturbante como num grande corpo de loira gigantesca que, em certos recantos, começasse a gangrenar acastanhadamente, sob a mentira perfumada das folhas ainda não secas. *(Pausa)* Outra vez me recordou esse eucalipto: quando tu foste minha...

FREQUENTADORA — Mas eu não sou loira nem grande...

CANÇONETISTA — Pois não, bem sei... Era talvez o aroma... Misturava-se ao cheiro da tua rua, cheiro de certas ruas de Lisboa em certas horas de Verão: melancia fresquinha, eucalipto, ou verniz de móvel novo... O «bâton» reunia tudo — e, na cor, semelhava as chagas da minha mãe, morta pelos cães!...

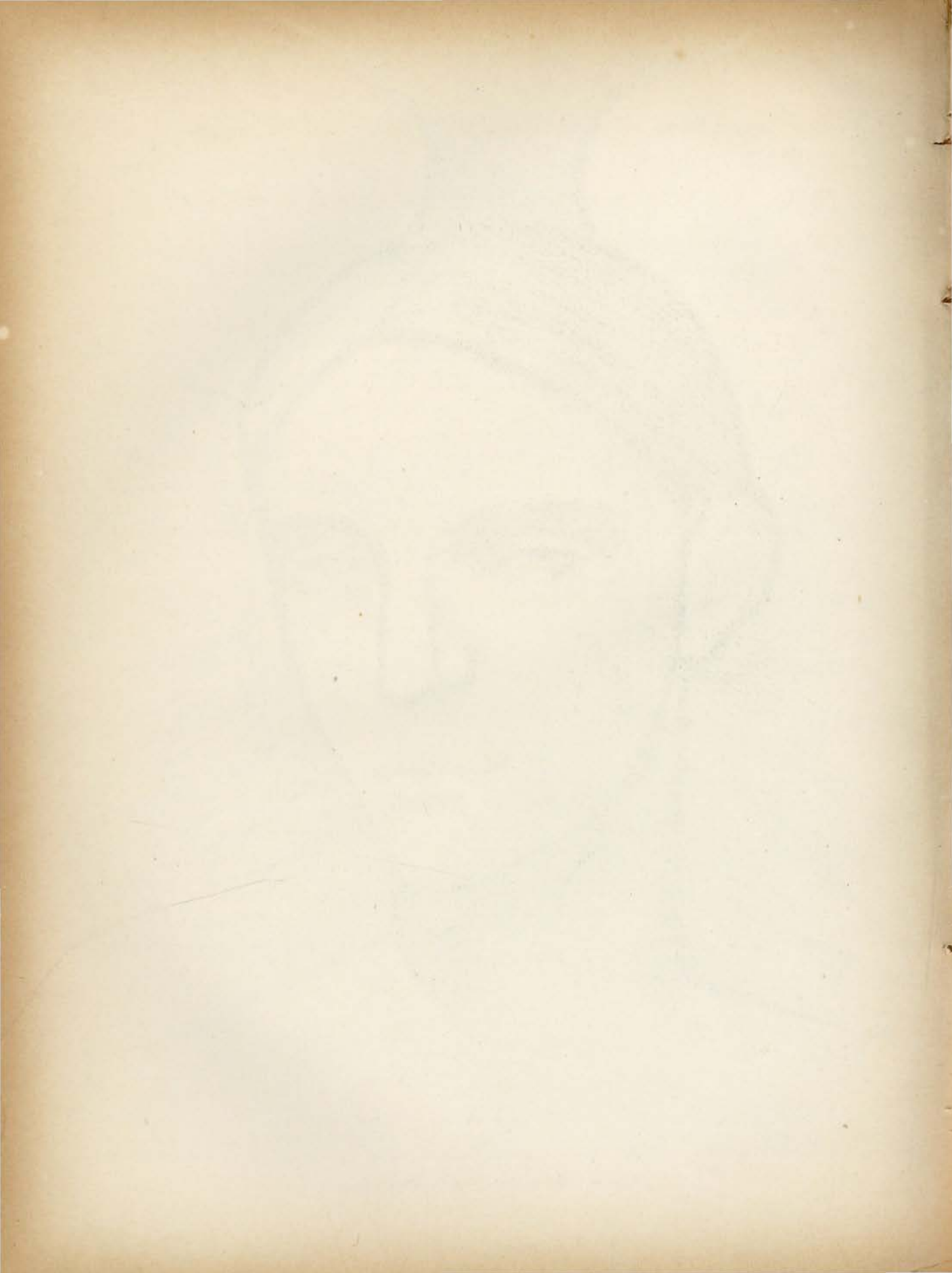
FREQUENTADORA — Quando vocês chegaram a casa, contaram à velha?

CANÇONETISTA — Não foi preciso. Tinha *marchado* também. *(A um gesto dela:)* Mas não de desgosto!... É que ninguém se lembrara de lhe chegar uma côdea. *(Pausa.)*

FREQUENTADORA — Que famílias as nossas! Têm que contar...

CANÇONETISTA — As outras, também, quando calha. Não vês tu que «as famílias são as células», ou «as bases», ou qualquer coisa que o valha... Até vem nos jornais!... E nos livros. Nós tivemos bases pouco firmes... pouco enfeitadas... Umas células que são uma vergonha! A vida tem coisas!... Peitoris de janelas, escadas escuras...

FREQUENTADORA, *num frouxo de riso e tosse:* — ...*«Lingrinhas»* que a gente julga filhos de condes...

JORGE DE LIMA — «*O Anjo*»

CANÇONETISTA — ...Oficiais e *impedidos*, viúvas alegres acompanhadas ao piano...

FREQUENTADORA — Sanatórios de 1.ª classe e enterros de terceira...

CANÇONETISTA — Cerveja e tremoços... *(Outro tom, sério e preocupado)* A propósito: quem é que paga isto, a despesa?!

FREQUENTADORA — A morte, homem! Não te preocupes!... Já te não recordas de que estamos à espera de um tiro?!

CANÇONETISTA — Ah! É verdade: a Morte! Calcula como eu sou distraído!... *(Num grito de imenso pânico:)* Maria Ondina! Tenho medo! Tenho medo! E se a morte não vem depressa, como vai ser?! *(Abraça-a como uma criança timorata!)*

FREQUENTADORA — Meu Deus! É verdade?! E se a morte não vem?! *(Buscando serenar:)* Mas ela não falta, decerto... É como eu, é como tu me chamaste, — é uma «distinta senhora»!

CANÇONETISTA — ...Uma distinta senhora!

R O D R I G O M E L O

VÁRIA

Carta aos Escritores do Brasil

O escritor José Osório de Oliveira, Secretário da Redacção da «Atlântico», estando no Brasil, publicou no semanário «Letras e Artes», suplemento literário do jornal «A Manhã», do Rio de Janeiro, na sua «qualidade de luso-brasileiro», a carta que a seguir transcrevemos, por ele corrigida:

Prezados confrades:

Estranham, alguns de vós, o meu silêncio, e perguntam-me a razão. Há dois meses já que estou no Rio, e exceptuando a inevitável entrevista sobre os motivos da minha viagem, ainda não importunei nenhum auditório nem roubei aos jornais o mais pequeno espaço. Desejaria poder visitar o Brasil sem ter que alegar um objectivo. Só dessa forma me sentiria na minha terra, pois nunca, ao voltar um homem à pátria, se lhe pergunta: A que vem? É certo que, desta vez, a minha viagem visou uma finalidade concreta: preparar a visita de outro português, desejoso de trabalhar pelo Brasil.

A minha campanha sistemática, em prol de um mais amplo e exacto conhecimento do Brasil em Portugal, tem-me dado alguns momentos de satisfação e alguns títulos de orgulho. Um deles foi, sem dúvida, a confissão feita pelo mais perfeito artista da prosa portuguesa do nosso tempo: Teixeira Gomes. Disse-me ele, numa carta do fim da vida, escrita do seu exílio voluntário, que lamentava já não ter idade para empreender o conhecimento da literatura brasileira, pois acabara por se render ao meu apostolado — ele que, espírito mediterrâneo, só se interessava pela arte da velha Europa.

Não pretendo invocar motivos para o vosso reconhecimento. O mais alto prémio que um escritor português, dedicado, como eu, à crítica e à história das letras brasileiras, poderia pretender, já o alcancei quando alguns de vós proclamaram a validade, para os brasileiros, da minha «História Breve» da vossa literatura. Permitam-me que distinga o nome de um dos vossos pares, especialmente atento ao meu esforço de tantos anos: Mário de Andrade — o morto sempre presente. Só há pouco, em Portugal e por mero acaso, pois que até o editor que publicou a edição brasileira da minha «História Breve» se esquece de que preciso dos livros brasileiros; só há pouco soube que Mário de Andrade ratificara em livro o que dissera pela imprensa.

Essa voz de um morto valeu por todos os silêncios dos vivos, fazendo-me acreditar na utilidade da minha acção, num momento em que duvido do valor da expressão literária. Nem Mário de Andrade, com ser íntimo amigo; nem Gilberto Freyre, que, além de amigo pessoal, conhece a vida portuguesa; nenhum de vós pôde jamais avaliar o esforço que representou a iniciação brasileira dos portugueses, levada a cabo por mim, desde 1926.

Seria preciso, não só que lessem tudo quanto, nestes vinte anos, disse ou escrevi sobre a literatura brasileira (sempre, especialmente, sobre a mais brasileira): livros, conferências, ensaios dispersos, prefácios, artigos, entrevistas, palestras radiofónicas; não só que tivessem notícia das antologias que tenho organizado, como dos programas musicais em que pus a colaborar comigo, pelo Brasil, a voz que me acompanha na vida; não só que soubessem dos artistas plásticos que revelei em Portugal, como da revista que secretario, exclusivamente por amor do Brasil; não só que conhecessem todo esse persistente e absorvente trabalho de quase todas as horas, mas que pudessem ter-me ouvido pregar, infatigàvelmente, às mesas dos cafés, às portas das livrarias, nos salões ou nas casas de homens de letras: leiam os escritores brasileiros.

Ainda não há muitos anos, um plumitivo, que alguns brasileiros indevidamente consideram o melhor crítico literário português (sem conhecer todos os outros), se espantava quando eu lhe dizia que o Brasil fora o berço e o ambiente de um dos maiores e, sem dúvida, o mais perfeito dos prosadores da língua portuguesa. Hoje, esse crítico pontifica sobre Machado de Assis. Hoje, aliás, já podiam constituir uma Academia, os críticos da literatura brasileira em Portugal. E são todos sapientíssimos! Apenas esquecem que ainda não há muito se sentavam nos bancos

da escola — modestíssima escola primária, de ensino gratuito e não remunerado, sem protecção oficial, que instalei para eles há vinte anos, nas páginas dos livros e das revistas, nas colunas dos jornais, nas salas de conferências, nos estúdios da Rádio e na minha própria casa, procedendo a leituras do «Cobra Norato», dos poemas nordestinos de Jorge de Lima ou de trechos de «Macunaíma», para não falar de outras leituras, de «Os Sertões» ou do «Dom Casmurro», cuja necessidade envergonha a inteligência portuguesa.

Ainda hoje, alguns de vós me falam de um artigo meu de jornal: «Adeus à Literatura Brasileira», com que, há anos, pretendi despedir-me da ingrata missão de escrever sobre a literatura de um país cujos escritores nem sequer mandavam os seus livros ao único crítico que tinham, então, em Portugal. Mas, depois da obra de crítica, verificando que faltavam, aos estudantes portugueses da literatura brasileira, os elementos necessários ao conhecimento directo, dediquei-me à não menos ingrata tarefa de antologista.

Publiquei já cinco antologias da literatura brasileira, para não falar de uma «Pequena Antologia para ilustrar uma Conferência», que acompanha o opúsculo: «A Poesia Moderna do Brasil». Três dessas antologias pertencem à Colecção «Cruzeiro do Sul», exclusivamente dedicada à literatura brasileira — colecção por mim dirigida, e publicada, sem qualquer apoio, por um editor português. Intitulam-se esses volumes: «Contos Brasileiros», «Ensaístas Brasileiros» e «Prosas Brasileiras», tendo eu pretendido oferecer, aos leitores portugueses, especialmente nos dois últimos, uma suma, embora incompleta, do Brasil.

Recentemente, publiquei noutra colecção, de «Antologias Universais», o volume que lhe faltava, de «Contos do Brasil». Pois só a mais insignificante das antologias por mim organizadas: a «Pequena Antologia da Moderna Poesia Brasileira», mereceu referências de críticos brasileiros (Tristão de Athayde e Tasso da Silveira), tão só para lhe regatearem valor.

Está tomando um ar de queixa esta minha carta, mas não creiam que pleiteio, com ela, prémios ou louvores. Antes de tomar o «Constellation», mas sabendo já que teria que voltar ao Brasil, escrevi na Revista Luso-Brasileira «Atlântico» (tão mal apreciada e, mesmo, tão mal julgada por alguns de vós), não já um «Adeus», mas um «Post-Scriptum». Com efeito, se conseguir continuar a escrever, sem ilusões sobre mim próprio e com tão grandes dúvidas sobre o valor da literatura em face da vida, procurarei dedicar a outros problemas do espírito a minha atenção.

Não creio que, hoje, o Brasil perca grande coisa — muito menos a literatura —, se eu não escrever mais. É preciso que seja Domingo, dia sempre triste para quem vive fora do lar, na solidão de um quarto de hotel, para que me tenha decidido a voltar, por umas horas, à melancólica tarefa que é a literatura.

Se escrevo esta carta é para desabafar entre amigos, talvez só porque todos os que conheço, e sei que me estimam, estão hoje nas suas casas, ou passeando com suas famílias, e não me posso comunicar com eles. Alguma coisa de especial tenho, sem dúvida, para lhes dizer, mas já lá chegaremos. Quero que saibam, ainda, de outro motivo de orgulho do brasilianista que eu sou. Não há, por certo, quem ignore que se encontra no Brasil um grande artista português: o realizador de Cinema Leitão de Barros, sobre cuja obra máxima, o filme «Camões», entendi ser possível escrever um esboço de ensaio: «O Cinema como expressão nacional». Tenho a honra de ser colaborador literário desse artista, que é, ele próprio, como sabeis, um intelectual. Mas a minha glória, ou vanglória, é ter sido eu quem lhe inoculou nas veias o veneno do Brasil.

Porque é um veneno o que se bebe, com os olhos, em tudo que é expressão do Brasil: livros, quadros, esculturas, paisagens, danças, mulheres; o que nos entra pelos ouvidos: música de sambas, música de Dorival Caymmi ou de Heitor dos Prazeres, música de Villa-Lobos ou de Oscar Lorenzo Fernândez, música da vossa fala; o que ficou, para sempre, na memória do paladar: o gosto das jaboticabas, comidas na infância, numa chácara paulista...

Depois de vos dizer, ou recordar, o que tenho feito por vós, para que fiqueis sabendo, exactamente, o que significais para mim; depois de vos ter provado a minha qualidade de luso-brasileiro, posso dizer-vos o que, há um mês, dificilmente consigo calar: que estou indignado com alguns de vós. Com efeito, de uma maneira geral, o vosso conhecimento da literatura portuguesa é mais do que incompleto: insuficientíssimo. Depois do Eça, que admirais como se fosse único, com injustiça, portanto, para com o génio literário português; depois do Eça e de António Nobre, saltando por cima de um prosador com a genialidade de Raul Brandão e de um poeta tão extraordinário como Camilo Pessanha, apenas haveis descoberto Fernan-

do Pessoa e, ao que parece, outro poeta contemporâneo.

É possível encontrar, nos suplementos literários, artigos sobre a literatura infantil (dois li eu recentemente, ambos de escritoras — um da maior romancista do Brasil: Rachel de Queiroz, o outro da última revelação do talento feminino: Ruth Guimarães) sem uma referência à criadora da literatura infantil em Portugal: Ana de Castro Osório — aquela que deu expressão estética à mais rica literatura fantástica, de origem popular, de toda a Europa; aquela que educou, com os seus livros de histórias maravilhosas, a sensibilidade de algumas gerações, não só de portugueses, mas de brasileiros, e que teve, para mais, as suas obras didácticas aprovadas oficialmente nas escolas de São Paulo e de Minas.

O facto que me indignou foi outro, porém — não sei se mais grave; em todo o caso, mais geral. Alguns de vós, e não foram poucos nem insignificantes, sancionaram, ou repetiram como sua, a afirmação de certo poeta, de que era o primeiro de Portugal. Cada um admira o que lhe agrada: está no seu direito. Mas o que ninguém pode é afirmar, sem inteiro conhecimento da poesia portuguesa de hoje, que tal poeta, ou outro qualquer, é o primeiro. Conheceis Teixeira de Pascoais, o António Correia de Oliveira da «Alma Religiosa», Afonso Duarte, Mário Beirão, Cortes Rodrigues, Cabral do Nascimento, João de Castro Osório, José Régio, o Miguel Torga-poeta, Carlos Queirós, o caboverdiano Jorge Barbosa, Fernanda de Castro ou Natércia Freire, para só citar alguns nomes? Se conheceis, está muito bem; estranho o vosso gosto, mas respeito-o.

Se não conheceis, com que consciência afirmais que esse, ou qualquer outro, é o maior? Imaginai que um poeta brasileiro, que não fosse Manuel Bandeira ou Cecília Meireles, chegava a Portugal e dizia: Eu sou o maior poeta do Brasil! Os escritores portugueses, não conhecendo toda a poesia contemporânea do Brasil (e conhecem-na melhor do que vós a de Portugal), teriam escrúpulos em dizer: Amen. E se fossem levianos, que diríeis vós?

Bom, já desabafei. Agora vou ver como está o mar, nesta maravilhosa praia de Copacabana. Para literatura, basta por muito tempo.

Serei sempre o vosso:

JOSÉ OSÓRIO DE OLIVEIRA

Rio, Setembro.

CULTURA PORTUGUESA

«Oliveira Martins e as contradições da geração de 70». — de Óscar Lopes.

O escritor portuense Óscar Lopes publicou pela impressão o estudo que já o fora pela conferência acerca de «Oliveira Martins e as contradições da geração de 70».

Já Óscar Lopes se notabilizou como literato a quem a seriedade reflexiva que costuma dotar os portuenses escritores ergueu muitos graus acima do literato lisboeta e afrancesado.

A primeira parte da publicação, a que nos vamos referir, é constituída pela exposição histórica e literária da actividade da geração de 70. A clareza desta exposição, num assunto que tão agitado e confundido tem sido, deve-a, decerto, Óscar Lopes ao esclarecedor livro «História das Conferências do Casino (1871)» do escritor António Salgado Júnior.

Começa Óscar Lopes por definir correspondentemente os dois movimentos culturais de 1865 e de 1870, nomeados na história literária pelos nomes das manifestações que obtiveram público escândalo: «A questão Coimbrã» e «As Conferências do Casino».

Do primeiro nos diz que sua doutrina «não era nova nem em Coimbra nem no Porto» e que, no desenvolvimento da cultura portuguesa, «a Questão Coimbrã de 65 fez sobretudo ruído de nomes bárbaros e de princípios morais». Antecedentes da questão coimbrã teriam sido «o socialismo federativo e utópico emergido, aqui e além, desde meados de 50, em Soares de Passos, Mendes Leal, José Estêvão, Tomás Ribeiro, Henriques Nogueira»; «o *Firmamento* de Soares de Passos» com o qual «a poesia lamartiniana da emoção cósmica deriva de Herculano para as *Odes Modernas* de Antero»; «o culto pessimista de Camões» que «chegou de Garrett, por intermédio de Passos e Mendes Leal, a Teófilo», «ideològicamente o nosso mais puro romântico»; o republicanismo federal que «tinha feito escola desde 51 com Henriques Nogueira»; e tudo isto nos diz o ilustre autor portuense que já em 1861 — quando Antero «tinha ainda como modelo o lirismo de Lamartine e antes até de Teófilo editar os seus primeiros versos românticos garretteanos» — era trovejado em alexandrinos huguescos «no Porto, à rua das Flores, na loja do ourives e poeta Nogueira Lima e às mesas do *Aguia de Ouro* e do *Portuense*».

Assim, a questão coimbrã longe estaria de ser um ponto de partida (como, em ge-

ral, é considerada), e antes foi um momento mediado entre radicais entusiasmos românticos e o escândalo final das conferências do Casino em 1871. De 1860 a 70 temos nós um decénio que foi decisivo para a cultura portuguesa posterior, alcançando vigorosamente ainda hoje a maioria retrógrada dos portugueses cultos.

Quem não reconhece na hodierna pujança do literatismo francês, no cientismo que a nossa cultura continua a preferir à filosofia, no verrinoso intelectualismo crítico que diminui ou encobre as mais valiosas obras nacionais, na aceitação das formas maximalistas e internacionalistas da política, quem não reconhece a continuação desenvolvida da voga dos românticos franceses, da preocupação cientista do superficialismo novecentista contra a qual o conhecimento de Hegel através das adaptações de Vera era impotente, do iluminismo que preencheu no século passado a ausência da filosofia, do socialismo de Marx e de Proudhon?

Que o reconhece Óscar Lopes no-lo mostra a sua afirmação de que os estudos etnográficos iniciados por Teófilo Braga «auxiliarão uma reacção nacionalista a partir de 1890 e ajudarão, nos tempos turísticos de hoje, a admirar o génio do povo a uma distância confortável». Mas só o reconhecendo neste aspecto, diminui-se Óscar Lopes, neste modo, por uma unilateralidade e, talvez, por uma injustiça; porquanto, se é nítida a alusão à actividade etnográfica do S. N. I. e de outros organismos oficiais como as Casas do Povo, cumpriria observar que tal actividade resulta de um esforço honesto, e que colherá resultados, para a definição de uma estrutura étnica da sociedade portuguesa; aliás, a mesma existência daqueles organismos só pode justificar-se com a nobreza dos fins.

Da geração de 70 herdou, sobretudo, a cultura portuguesa uma divergência e confusão de sentidos que, patentes hoje, no-las evidencia Óscar Lopes naquela época. Logo elas começam na possível fundamentação comum, por aquela geração procurada no *germanismo*, o qual cada escritor entendeu em definições divergentes. De início, pois, ressaltam «as contradições da geração de 70».

Se, em exemplo, Eça de Queirós escrevia «sem consciência ideológica precisa», o mesmo aconteceu com os restantes, seja Antero, ou Teófilo, ou Ramalho ou Junqueiro. Fundamentalmente, o que parece que Óscar Lopes denuncia por motivo das contradições da geração de 70 foi a falta daquilo a que se pode chamar, numa expressão do autor, uma «teoria geral da cultura», ou seja, numa expressão mais precisa, de uma filosofia nacional. Óscar Lopes atinge, deste modo, o máximo problema da cultura em Portugal que é o problema da filosofia portuguesa.

Mas a este ponto de tão interessantes perspectivas chegado, Óscar Lopes reduz o seu estudo à obra de Oliveira Martins por ser este «o espírito mais inteligentemente sistemático do seu tempo», quer dizer: o mais filosófico dentre os escritores daquela geração, afirmação deveras lúcida, tanto mais que ainda essa atribuição é dada pelo vulgo ao poeta Antero do Quental.

Infelizmente, o leitor atento palpa, a partir deste momento da obra, uma quebra na unidade do discurso, e forçoso é confessar que a segunda parte do opúsculo nos não oferece nem o encanto literário nem o interesse cultural que a primeira nos houvera proporcionado.

Óscar Lopes encontra as contradições de Oliveira Martins no seu conceito da história e na sua actividade política. Determina um, refere-se amiúde à outra. Aliás, do primeiro provém a segunda, do historiador é gerado o político. Do modo como mais tarde, em nosso tempo, Osvaldo Spengler magistralmente considerou a história, nos diz Óscar Lopes que Oliveira Martins «em teoria geral, admite que os organismos sociais tendem a evoluir através de fases determinadas, tal como certos minerais tendem a critalizar segundo configurações geométricas determinadas». Ora, estabelecida a fase actual dos organismos sociais, teríamos dela explicados os motivos e previsto o desenvolvimento. Nesse momento, o político substitui o historiador.

Do político Oliveira Martins bastará fixar que sua acção falhou. E porquê? Porque «as condições portuguesas só permitiam vitalizar o jacobinismo». Esforçadamente, conclui Óscar Lopes que do político Oliveira Martins só restou «o paradigma para a posteridade», naquele aspecto em que ele foi uma «reencarnação socialista de Sá de Miranda e de Herculano», homens de «um só parecer» — ou sem contradições — e tão do agrado do crítico intelectualista António Sérgio a cuja influência Óscar Lopes parece não se esquivar.

O autor exprime, em seguida, uma sagaz observação: «Repare-se bem que a falência de Oliveira Martins e a troca de sinal no nacionalismo de Teófilo são os signos terríveis sob que nasceu a República». No pensar de Óscar Lopes, a referida troca de sinal é o nacionalismo jacobino que motivou a falên-

cia de Oliveira Martins. Ora, cumpre observar que, se nesses signos nasceu a república *não sonhada*, neles não foi *sonhada* a república apesar das «condições portuguesas que só permitiam vitalizar o jacobinismo». E na terribilidade dos signos preciso é contar antes as forças negativas dos literatos cultos, dos políticos parisienses (como mais tarde um grande movimento cultural portuense os considerou) e dos «bacharéis em direito como toda a gente».

Quando a república nasceu, cansados estavam os múltiplos adeptos do socialismo — socialismo federativo, socialismo libertário, socialismo nacionalista — que no Porto tiveram centro entusiástico. Do facto se esqueceu Óscar Lopes, o que é estranho. E com tal esquecimento truncou fatalmente o seu estudo. É que não se pode falar na segunda metade do século passado sem considerar a propaganda socialista — a que estiveram ligados intimamente Antero do Quental e o estudado Oliveira Martins — e no mesmo golpe considerar a cultura espanhola. Não só pelo socialismo federativo a cultura portuguesa se relacionou com a espanhola (a influência de Pi y Margall é mais do que nítida em muitos dos nossos escritores, especialmente em Antero) como também pelo «nacionalismo jacobino». Mas é desculpado, é elogiado, desconhecermos a Espanha. Mais o será no lisboeta afrancesado. Nunca o devera ser no portuense que possui, na lida obra de Sampaio Bruno, os elementos necessários para integralmente estudar os turbulentos últimos cinquenta anos novecentistas.

E para o estudo especial de Oliveira Martins, importa lembrar que em Sampaio Bruno se encontram inúmeras observações, censuras quase sempre, à obra do autor do «Portugal Contemporâneo» e que, reunidas, constituiriam o melhor estudo sobre o tão falado e ignorado historiador. Em assunto que Bruno tratasse, tendo-o sido anteriormente por Oliveira Martins, nunca falta a referência a este, numa insistência teimosa que o mais alto interesse da actualidade cultural amplamente justificava. Esquecido, Bruno goza de uma sorte talvez preferível à do rival.

Cometendo, pois, a falta de não situar Oliveira Martins no quadro cultural que lhe corresponde, Óscar Lopes alarga-se depois em comentários críticos ao pensamento político de Oliveira Martins. Mas, aqui, procura utilizar uma expressão filosófica que não é a mais apropriada ao seu temperamento de escritor estudioso das literaturas, do que resulta notar-se no escrito a dificuldade evidente .

Aliás — e é, esta, uma justa e interessante observação — julgamos ser geral aos escritores portugueses de géneros literários a dificuldade de expressão filosófica. Diríamos ate que, por motivos cuja complexidade não podemos agora analisar, neles se apagou a possibilidade de filosofar. Isso explicaria a negação ou a problematização com que se opõem à afirmação necessária da existência de uma filosofia portuguesa.

Registando esta observação a propósito do opúsculo de Óscar Lopes, de modo algum ela recai em desvalor da obra no quadro geral das publicações portuguesas. Dentre estas, a de Óscar Lopes alcançou distinguir-se. E tanto, que é nossa intenção, ao publicar esta recensão crítica, despertar no leitor o interesse justíssimo por um livro que nos é grato considerar notável.

«Idearium» — Antologia do pensamento português

A colecção «Idearium» tem prosseguido, com rara e elogiosa regularidade, a sua publicação. Depois do primeiro volume — o da «Ínclita Geração», de que nós demos notícia nas páginas desta revista — mais quatro volumes saíram já pela seguinte ordem: «José Acúrsio das Neves», «Cunha Rivara», «A Revolução da Experiência (Duarte Pacheco Pereira e Dom João de Castro)» e «Sampaio (Bruno)».

Esta colecção, que se subdenomina «Antologia do Pensamento Português» e que foi apresentada pelo escritor João de Castro Osório no seu primeiro volume, pretende constituir um vasto repositório do pensamento nacional, considerado no que o caracteriza perante a filosofia ecuménica.

O «Idearium» revela, pois, uma notável contribuição para a cultura portuguesa e dignifica a actividade editorial do S. N. I..

Vamos oferecer ao leitor uma breve referência aos dois ultimos volumes publicados.

«A Revolução da Experiência (Duarte Pacheco Pereira e Dom João de Castro)» — Selecção, prefácio e notas de João de Castro Osório.

Se no anterior volume, o da «Ínclita Geração», João de Castro Osório seleccionou textos dos escritores que iniciaram o pensamento português da época dos descobrimentos, prossegue em «A Revolução da Experiência» o desenho da mesma figura.

Neste volume, os textos escolhidos pertencem a Duarte Pacheco Pereira e a D. João de Castro, escritores cujas obras fornecem indispensáveis elementos para a história da ciência geográfica renovada com as descobertas.

Segundo João de Castro Osório, «o motivo verdadeiro» do Renascimento será a actividade descobridora dos portugueses com o que nela houve de «imenso esforço intelectual necessário para opor às autoridades das civilizações anteriores a verdade e a realidade do Mundo que a experiência ia fazendo surgir e os homens souberam observar». Participantes daquela experiência e desta observação teriam sido Duarte Pacheco Pereira e D. João de Castro, descobridores e escritores, homens de acção e de pensamento.

O Renascimento não terá sido, sòmente, renovação da cultura greco-latina. Restrita, esta apareceria mesmo contrária à criação renascentista como, por restrita assim, o foi a cultura classicista francesa do afamado século de Luís XIV.

Exprimindo o subentendido, podemos completar o quadro com a restante latinidade: o mais alto valor italiano da época, a «Divina Comédia», pertence ainda à Idade Média; a Espanha seguiu, na acção descobridora, os resultados da acção e da ciência portuguesas. Resta, pois, que o Renascimento, no que teve de criador e de novas expressões, terá sido obra de impulso lusitano.

Esta é a brilhante tese de João de Castro Osório, registada no prefácio de «A Revolução da Experiência». Complementar parece da já exposta no prefácio de a «Ínclita Geração», primeiro volume do «Idearium». Sendo complementar, é também reforçativa no que a primeira possuía de maior audácia em relação ao dominante conceito romântico da teoria da história portuguesa. Neste prefácio da «A Revolução da Experiência», não responde João de Castro Osório às objecções que a cultura portuguesa possa opor à sua tese, mas preferiu antes prever as objecções possíveis do conceito do Renascimento da cultura geral europeia.

É neste sentido que Castro Osório considera promovida pela nova ciência geográfica a originalidade do Renascimento. Embora não explicitando, Castro Osório dá os elementos para supormos que a ciência geográfica é a melhor versão científica da experiência, e, portanto, os portugueses teriam dado em ciência feita e aplicada o que, depois, no pensamento de Descartes, foi abstracta valorização da experiência.

É inegável a grandiosidade da tese e, digamos até, a sua coerência. Mas da nossa cultura há-de partir a interrogação mais embaraçosa. Pois, como compreender a repugnância sentida em Portugal até ao século XVIII pela filosofia de Cartesius, que compendiaria todo aquele movimento renascentista, e a sua ainda hoje restrita admissibilidade? Como compreender também que a filosofia da experiência venha a ter na filosofia portuguesa apenas precursores — sejam do valor de Francisco Sanches — e não o arquitecto que só em França, onde o Renascimento foi, pouco mais do que imitação, renovação do classicismo greco-latino, se veio a manifestar?

Talvez que, por grandiosa, seja áspera a tese de João de Castro Osório. Certo é que, exposta em dois prefácios complementares da colecção «Idearium», ela possui uma estrutura em que a objecção aparece também difícil. Esperemos que o autor enriqueça a nossa pobre filosofia da história, de índole sebastianista, com um novo conceito que venha a ser decisivo.

«Sampaio (Bruno)» — Selecção e prefácio de Álvaro Ribeiro.

O filósofo Álvaro Ribeiro não prefaciou a antologia de Bruno com a exposição de elementos eruditos sobre a vida e obra do grande pensador portuense, mas oferece-nos algumas páginas de estudo sobre o pensamento filosófico em Portugal desde fins do século XIX e a originalidade portuguesa da obra do autor de «A Ideia de Deus».

Bruno referiu sempre, por meio de circunstante e labiríntica erudição, o seu pensamento à actualidade cultural; esta era predominantemente positivista. Impunha-se, pois, pré-faciar a pré-leitura de Bruno com a explicação do que foi e do que significa o positivismo.

Como todo o pensamento genuìnamente autóctone, para o qual «filosofia sem teologia não é filosofia portuguesa», e dada a genuína facilidade nacional de conceber o divino, a filosofia de José Sampaio incide sobre a discussão do problema do mal e solve-o com uma religiosa confiança messiânica. Impunha-se, pois, expor ao pré-leitor de Bruno o que significa o messianismo.

Com ambas as explicações, o prefácio de Álvaro Ribeiro intitula-se «Positivismo e Messianismo».

O tempo da entrada do positivismo em Portugal foi a primavera alvorescente do pensamento filosófico em Sampaio Bruno

Entrada fácil a daquele, logo aceite pela mentalidade portuguesa desorientada com a reforma universitária de Pombal, e não impedida pela insuficiente oposição da Faculdade de Teologia de Coimbra; Álvaro Ribeiro regista esta oposição e comenta-a afirmando que «como sempre à defesa corresponde uma atitude retrógrada e retardatária». Esta é, de facto, a explicação do resultado da polémica travada, na imprensa de Coimbra, entre o Professor de Teologia Doutor Manuel Eduardo da Mota Veiga e o Professor de Direito Administrativo Doutor Manuel Emygdio Garcia. Foi o caso de o Dr. Mota Veiga, numa série de sermões proferidos durante a Quaresma de 1873, ter condenado a difusão do positivismo pelo ensino universitário. O professor mais visado, Dr. Emygdio Garcia, que era colaborador assíduo da «Correspondência de Coimbra», comentou algumas afirmações do orador sagrado e transcreveu textos de Comte e de Littré para mostrar o respeito e a admiração dos chefes do positivismo pela Igreja Católica e pela acção moral do catolicismo. Numa carta enviada à redacção, o Dr. Mota Veiga desloca o problema do campo sociológico para o campo teológico, e mostra como o positivismo era incompatível com a dogmática cristã, tal como a interpreta a tradição católica.

Não interessa nesta nota relatar todos os incidentes da polémica, mas apenas salientar dois pontos: — que já em 1873 o positivismo conquistara a cátedra universitária; — que ao lado do Dr. Emygdio Garcia, na «Correspondência de Coimbra», aparecem colaboradores que se hão-de evidenciar na doutrinação republicana, entre os quais se destaca Sebastião de Magalhães Lima.

Embora ainda hoje dominante, diz-nos Álvaro Ribeiro que o positivismo «incessantemente renovado» foi «sucessivamente refutado». Efectivamente, como contemporâneos de Bruno, combateram o positivismo, além de Antero do Quental e de Oliveira Martins, que são os nomes mais conhecidos, os escritores, menos ilustres mas não menos valiosos, como Cunha Seixas, Domingos Tarroso e Ferreira Deusdado. Na geração seguinte cumpre mencionar, entre outros, Leonardo Coimbra nas suas primeiras obras, António Sérgio nas «Notas sobre Antero do Quental» e Cabral de Moncada em «Direito Positivo e Ciência do Direito», e na geração mais nova, em especial Delfim Santos, autor de «A Situação valorativa do positivismo».

Na literatura realista, o positivismo «encontrou o melhor aliado», aliança esta que se repete em nossos dias com a sucessão literária do neo-realismo ao neo-positivismo.

A república, com o governo provisório presidido pelo mais activo positivista português, «de certo modo homologou a vitória do positivismo ao transformar em Faculdades de Letras (!...) o Curso Superior e a Faculdade de Teologia». A admiração a respeito da Faculdade de Letras compreender-se-á, revendo a crítica que a essa Faculdade Álvaro Ribeiro exprimiu no seu opúsculo sobre «O Problema da Filosofia Portuguesa». De facto, a Faculdade de Letras é uma instituição escolar de rito francês e não permite o ensinamento filosófico nem define o ensino das disciplinas filológicas. Se a Faculdade de Letras prolongou e ampliou o Curso Superior, distante está de ter substituído a Faculdade de Teologia.

Na hierarquia e método do conhecimento, Álvaro Ribeiro aproxima-se da ordenação dos teólogos especulativos medievais, modificando porém a relação entre teologia e filosofia segundo uma interpretação pessoal. Procurando a filosofia o conhecimento do absoluto, será a teologia, numa inteligência religiosa, o último grau filosófico. A metafísica, se permanece, será de modo cognitivo transitório. Logo, a negação da metafísica nada significa e não caracterizará o positivismo.

Com originalidade, portanto, vem Álvaro Ribeiro definir o positivismo: «consiste, essencialmente, na substituição da teologia pela sociologia no grau unificador de classificação das ciências».

O sistema de um filósofo define-se de dois modos: ou na oposição referente ao circunstante ou na originalidade própria. Na elaboração do leitor os dois modos virão a coincidir. Interessava, como é óbvio, seguir o primeiro modo. Portanto, Sampaio Bruno opõe-se ao positivismo porque:

1.º) «A preocupação da teodiceia caracteriza desde a adolescência o pensador portuense».

2.º) «...uma nova teoria do mal e do erro e o sugestivo poder da saudade», produtos do exílio, contribuíram para que Sampaio Bruno pretendesse, estudadas as características mentais portuguesas, não *europeizar Portugal*, sim promover a susceptível progressão da moralidade. Esta preocupação do filósofo provocou os escritos de que a antologia reuniu excerptos nos capítulos sobre «A Pena de Morte» e «A Brandura dos nossos costumes».

Neste ponto, a oposição ao positivismo surge directa. É na ordem jurídica que o positivismo, substituindo a sociologia à teo-

logia, despindo a legislação de religião, atrai sobre si a condenação social, pois que qualquer sistema de penalidade corporal é ofensivo e injurioso da «base terrestre da humanidade» e são repugnantes «os argumentos jurídicos e políticos com que se pretende defender, em casos excepcionais, o procedimento de lesa-humanidade».

3.°) Os estudos literários ofereceram ao positivismo um fértil campo de acção que Teófilo Braga soube semear. Sampaio Bruno tem, na defesa de Guerra Junqueiro e nos excerptos publicados do «Plano de um livro a fazer», uma teoria literária, nascida das relações entre a alma e o espírito ou entre a emoção poética e o pensar filosófico. Desta teoria restou-nos, segundo Álvaro Ribeiro, «um método de investigação inteiramente oposto à análise positivista» e cremos que só à luz dela nos é lícito apreciar os juízos negativos lançados pelo filósofo à literatura portuguesa.

4.°) Sendo o positivismo descaracterizante do pensamento nacional, Bruno a ele se opunha pela genuinidade da sua filosofia. Aos três grupos em que se costumam classificar os sistemas filosóficos, Bruno faria a crítica que mais tarde Fernando Pessoa construiu em «A Nova Poesia Portuguesa», e, eliminado o pluralismo, Bruno condena o dualismo e o monismo, e «gradualmente revela a sua simpatia pelos sistemas que se desenvolvem em três momentos distintos da ideia absoluta». Álvaro Ribeiro, aludindo assim a Hegel, fá-lo para mostrar que, se o pensamento português é trinitarista, não o é concordando com a lei dos três estados do sistema que é «mais grato ao humanismo próprio dos historiadores».

Assim, definindo a oposição de Bruno ao positivismo, se desenha o esboço do pensamento do filósofo. Influenciado pelo evolucionismo, Bruno aceitava o progresso da humanidade. Influenciado pelo martinismo, Bruno concebia o progresso como aproximação da origem. O início e o termo do mal definiriam os dois movimentos. É deste aspecto da sua filosofia que provém a obra poética do autor do «Regresso ao Paraíso».

Este volume do «Idearium» será talvez o primeiro passo para clarificar a personalidade que múltiplos factores obscurecem. O prefaciador, que é autor de um estudo sobre Leonardo Coimbra, não quis, decerto, mostrar que, segundo a regra constante de as gerações se oporem às anteriores, a obra de Sampaio Bruno foi ofuscada pela luminosa personalidade de Leonardo Coimbra, que em muitos pontos contradisse a obra de José Sampaio, como aconteceu na «A Alegria, a Dor e a Graça» onde apresenta uma teoria do espaço e do tempo e outra do mal, contrárias às expostas por Bruno em «A Ideia de Deus». Aliás, sendo Leonardo Coimbra um pensador cristão, não o era o autor de «O Encoberto».

A obscuridade do filósofo portuense não é a penumbra filosófica portuguesa a que se referiu a «Revista Portuguesa de Filosofia» quando disse:

«Portugal, tendo interferido em tempos passados nas correntes filosóficas da Europa, e por vezes de um modo invulgar, nestes 150 anos passou despercebido, à penumbra. Que simples ideia filosófica portuguesa entrou no pecúlio da história da filosofia moderna?»

Observemos nós que a filosofia moderna é a filosofia dos sistemas metafísicos, como os de Descartes e de Leibnitz. E dos últimos 150 anos fez a história o próprio Sampaio Bruno nos dois primeiros capítulos de «A Ideia de Deus», história que precedeu por afirmar que «nunca os portugueses mostraram queda para as altas especulações filosóficas» mas que terminou por esclarecer que «da metafísica os portugueses quiseram saber na matemática e na poesia». Bruno, que não houvera lido Hegel, dizia metafísica onde nós dizemos filosofia; porque, se, como informa Álvaro Ribeiro, «teologia sem fundamentação metafísica é a que Sampaio Bruno admite», não deixava Bruno de considerar, embora faltos de metafísica, quedados para a filosofia os portugueses, o que demonstra.

É esta incapacidade metafísica que explica a rápida entrada do positivismo em Portugal.

Mas argumentando, como os comteanos, contra a metafísica, Bruno «confessava de certo modo uma gnoseologia transcendente». E ao estabelecer o significado regressista do universo, formulava uma angelogia que justifica a profecia e permite o messianismo.

ORLANDO VITORINO

Faculdade Pontifícia de Filosofia

A Sagrada Congregação dos Seminários e Universidades, com sede em Roma, reconheceu o Instituto Filosófico do Beato Miguel de Carvalho, existente em Braga, entre as Faculdades Pontifícias com o direito de conceder graus académicos em Filosofia aos escolásticos da Companhia de Jesus que frequentarem os seus cursos.

A constituição de uma Faculdade de Filo-

sofia em Portugal não podia deixar de causar júbilo aos espíritos cultos e estudiosos, e, efectivamente, a notícia publicada no último número da *Revista Portuguesa de Filosofia* nos oferece o testemunho do regozijo verificado até nos meios oficiais.

A importância deste acontecimento para a formação cultural do clero português avulta aos olhos de quem compreender a essência do pensamento católico que é, consubstancialmente, pensamento religioso e pensamento filosófico. *O catolicismo*, como se sabe, *é a religião filosófica*. Ora, se do ponto de vista da cultura religiosa tem sido notado um admirável aperfeiçoamento do nosso clero, depois de 1918, — data das aparições de Nossa Senhora de Fátima, e, portanto, data de um renovo nas aspirações espirituais do povo português, — do ponto de vista da cultura filosófica havia até agora muito a desejar.

A Companhia de Jesus, cuja dedicação aos estudos filosóficos tem sido constante, apesar de todas as adversidades, fica agora habilitada, pela sua Faculdade de Filosofia, a exercer uma influência cultural de cujos benefícios hão-de necessàriamente aproveitar, não só os eclesiásticos, mas também os outros letrados do nosso país.

Estas palavras justificam que a *Atlântico* gostosamente se associe a todas as publicações que exprimiram regozijo pela constituição da Faculdade Pontifícia de Filosofia— acontecimento que é, para a cultura portuguesa, um dos mais importantes, não só do ano de 1947, mas dos últimos tempos.

Cabo Verde e o Brasil

Não pode passar sem referência, numa revista como a «Atlântico», o facto de ter reaparecido, em São Vicente de Cabo Verde, a «revista de arte e letras» «Claridade», que é o órgão da intelectualidade crioula e pode ser mais: o instrumento de uma consciência colectiva, que o Arquipélago só terá no dia em que souber que posssui uma cultura social, própria, dentro da Comunidade Lusíada.

Nos dois novos números, o 4.º e o 5.º, publicados em Janeiro e Setembro deste ano, insere a «Claridade» um importante ensaio filológico de Baltasar Lopes, o romancista de «Chiquinho», que é, também, o poeta Osvaldo Alcântara, conhecido dos leitores da «Atlântico». Intitula-se esse ensaio: «Uma Experiência Românica nos Trópicos», e nele se estuda o dialecto crioulo de Cabo Verde — fulcro das observações que levaram o estudioso Baltasar Lopes a escrever a obra de envergadura sobre a «Expansão do Português no Ultramar», que está sendo esperada. Interessa aos brasileiros conhecer a revista «Claridade», o ensaio nela publicado e a obra futura de Baltasar Lopes.

Para se avaliar do equilíbrio com que o filólogo de Cabo Verde encara as transformações da língua, que são, mais pròpriamente, adaptações a outros climas e a outros estilos de vida, veja-se como se refere ao caso, já apontado por João Ribeiro, de algumas das formas que portugueses e ingleses consideram brasileirismos ou americanismos não passarem de formas e tipos de construção que deixaram de ser de uso corrente nas duas metrópoles, continuando, mesmo, em muitíssimos casos, a viver ali dialectalmente: «Não haveria reparo a fazer ao facto de se lhes apor o rótulo de brasileirismo, americanismo ou outro qualquer *ismo*, se por isso todos entendessem, não uma variação aberrante de negação do tronco comum, mas sim uma espécie de especialização no concurso das duas tendências aparentemente contraditórias que definem o desenvolvimento das línguas, o qual se opera ora no sentido da conservação, ora no da inovação. O contraste entre a tenacidade de certos tipos e formas nos dialectos ultramarinos e — quase diria — a prodigalidade de novo-rico na criação de recursos de expressão que atestam não têm, a meu ver, outro sentido».

Depois de afirmar, e provar, que a influência europeia continua actuante em Cabo Verde, diz — e isto deve constituir, para muitos brasileiros, uma revelação, apesar de José Osório de Oliveira, várias vezes e por diversas formas, ter chamado a atenção para o facto de o Brasil se projectar em Cabo Verde —: «...no entanto é possível desde já descortinar a concorrência de um outro prestígio, o brasileiro, o que não é de admirar se aderirmos à ideia da existência de uma consciência transnacional dentro do «bloco de sentimento e de cultura» que os territórios de cunho português representam — umas das teses mais atraentes de Gilberto Freyre — e, por outro lado, se atendermos a esta espécie de consciência profunda e misteriosa que o povo tem das suas afinidades, mesmo quando não doutrinado nesse sentido.»

O Brasil é grande demais, e muito novo ainda, para dar importância à sua projecção fora do imenso território nacional.

Cinema Luso-Brasileiro

Leitão de Barros foi ao Brasil para realizar o primeiro grande filme luso-brasileiro — «Castro Alves» — obra a cujo significado nos referiremos mais largamente no próximo número. Convidado por um magazine do Rio a dar a sua opinião sobre a personalidade artística do grande realizador português, o seu colaborador literário José Osório de Oliveira escreveu as palavras que transcrevemos e que foram publicadas sem nome de autor, apesar de pessoais, não se sabe se por lapso, se por oculto propósito da redacção do magazine :

Em qualquer das artes, o mais difícil de conseguir, e o que mais importa alcançar, é um estilo próprio — do artista ou da nação a que ele pertence. Em cinema, por motivos que seria longo analisar, a dificuldade de o conseguir é maior do que na literatura, no teatro, na música ou nas artes plásticas. Para o provar, basta a verificação de que são muito raros os casos de estilos próprios, como os de Charlie Chaplin, King Vidor, John Ford, Frank Capra, Fritz Lang, Pabst, Eisenstein, René Clair, Jean Renoir ou Leitão de Barros. Pode discutir-se a arte de Leitão de Barros, não pode negar-se que o realizador português criou um estilo seu, de que são exemplos «Inês de Castro» e «Camões» — estilo que é, ao mesmo tempo, português. Entendo por estilo nacional aquele que exprime a essência da alma de um povo e corresponde à orientação da sua cultura. Quem não verá que Leitão de Barros deu forma, pela cinematografia, àquilo que se exprime, ao mesmo tempo, pela arquitectura, no manuelino, e, pela poesia, no lirismo apaixonado de um D. Pedro ou de um Camões? Espírito decorativo, gosto sumptuário, por um lado, e, por outro, alma enamorada, para a qual o amor tem um valor ético absoluto — eis o que torna o Português uma individualidade estética e moral inconfundível no cenário do Mundo e na história da sensibilidade humana. Leitão de Barros compreendeu-o ou adivinhou-o, e por isso os seus filmes não são, apenas, obras de técnica, mas obras de um alto significado espiritual. E porque é assim artista, e assim português, estou certo que Leitão de Barros compreenderá e sentirá o Brasil. É essa a fé de um luso-brasileiro.

Brasileirismo de um Português

Com o título : «Notícias do Brasil», José Osório de Oliveira leu uma palestra ao microfone da Emissora Nacional. O que disse, sobre o Teatro no Brasil, tem outro lugar, mas interessam à «Atlântico» as palavras de introdução, por definirem um caso de brasileirismo.

Trago-vos notícias do Brasil. Regressei de lá — dessa minha outra pátria — há um mês. Já podia ter vindo aqui, dizer-vos, alvoroçadamente, as palavras entusiásticas que traz nos lábios todo aquele que volta do Brasil. Mas eu não sou um viajante da espécie turística — dos que vão, se deslumbram mas voltam intactos. Eu não volto, aliás, pois que nunca deixo o Brasil. Ele anda comigo desde a infância, e não me larga, embora eu já tenha tentado desprender-me do seu sortilégio. A pátria é, acima de tudo, um encantamento, e, na minha boca ou na minha pena, dizer que o Brasil é a minha outra pátria não é uma expressão retórica. Eu não podia, realmente, ter falado do Brasil ao descer do avião. Precisava de esperar que o tumulto do reencontro com o Brasil acalmasse um pouco — tantas são as sensações que se desencadeiam sobre mim a cada nova visita que faço à pátria distante.

Não é qualquer escritor que pode encontrar no Rio, vinte e quatro anos depois, um companheiro dos sonhos literários da juventude. Ainda agora me aconteceu isso, ao entrar, por acaso, numa cervejaria da Avenida Rio Branco, e descobrir ali Prudente de Morais Neto — o notável crítico literário Pedro Dantas, que conheci quando era, apenas, o Prudentinho, ainda aluno do Colégio Pedro II. Não é qualquer português que pode sentir a presença da infância no sabor dos frutos brasileiros, mesmo que sejam as insulsas jaboticabas. Não é qualquer europeu que pode sentir a nostalgia da liberdade no seio da natureza, ao escutar o canto de um sabiá engaiolado, como me aconteceu no claustro do convento de São Francisco, na Cidade do Salvador. (Num convento de franciscanos — ó Poverello!). Não é, ainda, qualquer europeu, de formação cultural baseada na lógica, que pode admitir a presença do mistério, que se verifica nas cerimónias dos candomblés, como aquela a que assisti na Baía. Para que tudo isso aconteça, é preciso ser-se, como eu, meio brasileiro, pela intimidade do coração e do espírito, e não um simples amigo do Brasil.

«Evocação Lírica de Lisboa»

Na sessão de encerramento das comemorações do VIII centenário da tomada de Lisboa ao mouros no Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, a grande poetisa Cecília Meireles, flor atlântica do génio português, insular pelo espírito, brasileira pela densidade vegetal das suas metáforas e universalmente lusíada pelo misterioso esplendor da sua obra, leu uma «Evocação Lírica de Lisboa», que é das páginas mais belas, senão a mais bela, de toda a prosa até hoje inspirada pela cidade tágide. Esperamos que dela se faça uma edição portuguesa que a torne conhecida de todos quantos sentem o sortilégio marinho de Lisboa e a exuberância manuelina da língua oceânica, que em Cecília Meireles repercute com a harmonia de todos os sons, num contínuo enriquecimento.

Um inédito de Leonardo Coimbra

A «Atlântico» publica neste número um excerpto do ensaio póstumo de Leonardo Coimbra intitulado «O Homem às mãos com o Destino».

O filósofo português, cuja obra continua sendo objecto de estudo e progressiva valorização, deixou vários trabalhos inéditos, alguns dos quais muito extensos, que hão-de ser publicados na já anunciada edição das Obras Completas. Esta edição, organizada por discípulos do Professor da Universidade do Porto, será constituída pela reedição de todos os volumes e pela reunião de dispersos em tomos respectivamente agrupados por ordem temática: estudos literários, pedagógicos, políticos, filosóficos e religiosos. O tomo final será exclusivamente dedicado a índices analíticos.

A «Atlântico» agradece ao Dr. Leonardo Augusto Coimbra a amável autorização para honrar as suas páginas com este inédito do admirável pensador português, seu Pai.

Uma aguarela de Fialho de Almeida

Publicamos, neste número, uma aguarela do grande escritor Fialho de Almeida. O interesse desta publicação é o que possui tudo quanto se refere a um dos maiores artistas da língua portuguesa, acrescido da novidade que é a revelação de Fialho como aguarelista.

A aguarela publicada pertence à colecção do Senhor Marques Valente, tendo sido cedida por amável interferência do Dr. Luís Ribeiro Soares.

Manuel Lapa

A nova feição gráfica que a «Atlântico» tomou, não justificava mais, aos olhos de Manuel Lapa, a incumbência que, em boa hora, lhe fora confiada pelo Director português desta revista. Quantos nos têm acompanhado, sabem que a ele se devia a direcção artistica desta publicação, que, em grande parte, graças a Manuel Lapa conquistou o apreço de portugueses e brasileiros.

Colaboração

No próximo número publicaremos: um poema de Cecília Meireles; outro poema, de Ascenso Ferreira; um poema de João de Castro Osório; poemas de Carlos Queirós; um conto de Ruth Guimarães; um conto de Maria da Graça Azambuja; um argumento de bailado, de Azinhal Abelho; um novo ensaio do helenista Eudoro de Sousa; um novo capítulo de memórias da infância, de Rodrigo Melo; um artigo de José Osório de Oliveira sobre Castro Alves no Cinema; um artigo de João de Castro Osório sobre o Congresso Luso-Brasileiro de Folclore; as habituais notas críticas de Orlando Vitorino sobre Cultura Portuguesa; uma nota de Amadeu Cunha sobre Estudos Africanos; uma nota de crítica de Arte, de Carlos Parreira, etc..

ESTE QUINTO NÚMERO (NOVA SÉRIE)
DA REVISTA LUSO-BRASILEIRA

ATLÂNTICO

ACABOU DE SE IMPRIMIR NO DIA
TRINTA DE DEZEMBRO DE MIL
NOVECENTOS E QUARENTA E SETE,
NA OFICINA GRÁFICA, LIMITADA, SITA
NA RUA DA OLIVEIRA DO CARMO,
NÚMERO OITO, NA CIDADE DE LISBOA